

UNIVERSIDADE DO MINHO
ESCOLA DE ECONOMIA E GESTÃO

Ciclos Político Económicos e o Poder Local

César Alberto Campos Coelho

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Economia

Orientadores:

Professor Francisco José Veiga

Professora Linda Gonçalves Veiga

BRAGA

MAIO DE 2004

Aos meus pais

...Esta foi uma longa jornada.

A todos os que, de alguma forma, me acompanharam neste percurso e contribuíram para que pudesse escrever e virar esta página...

...aos que me guiaram

...aos que me apoiaram

...aos que me alentaram

...aos que me inspiraram

...aos que não pediram mais

...aos que não exigiram mais

...aos que não criaram barreiras

...aos que não me fizeram abdicar de mais...

A minha infinita gratidão...

A minha amizade...

RESUMO

A Economia Política e, em particular, a literatura dos Ciclos Político Económicos debruçam-se sobre a análise da inter-relação entre os sectores político e económico. A ideia fundamental desta análise assenta no pressuposto central de que as preferências dos agentes políticos, e logo a função objectivo subjacente, são determinantes para entender de que forma o sector político influencia a evolução económica e, por sua vez, de que forma a última vai exercer qualquer tipo de impacto sobre a evolução dos resultados políticos.

Este estudo analisa os Ciclos Político Económicos ao nível do Poder Local, um segmento da literatura menos explorado até à data. Depois de se verificar o estado da arte da literatura, tanto ao nível da Administração Central como da Administração Local, a análise é transportada para o caso português. Especificamente, com base numa amostra constituída pelos municípios da região NUT II do Norte para o período temporal compreendido entre 1979 e 2000, é estudado o impacto do sector político sobre a evolução da economia local, nomeadamente sobre os instrumentos de política económica ao dispor dos Governos Locais, traduzidos pelas Despesas Municipais, e sobre os resultados económicos dos concelhos, traduzidos pelo crescimento no emprego em cada município.

Os resultados empíricos indicam a ocorrência de ciclos oportunistas quer ao nível dos instrumentos de política económica, quer ao nível dos resultados da economia local. Não se encontra, no entanto, evidência favorável à ocorrência de ciclos partidários. A manipulação oportunista da economia local por parte dos líderes dos municípios, da qual este estudo encontra evidência, justifica a adopção de medidas no sentido de aumentar o controlo sobre as variáveis financeiras geridas pelos municípios.

ABSTRACT

Political Economy and, specifically, the Political Business Cycle literature analyse the interrelation between the political and economic sectors. The basic concept of this analysis departs from the central hypothesis that political agents' preferences, and the subsequent objective functions, are crucial to understand how the political system influences the economic performance, and how this performance will be able, as well, to have an impact on political outcomes.

This study investigates the Political Business Cycle at the Local level, a segment of the literature that has received a smaller share of attention until now. After reviewing the state of the art, both at the Central and at the Local Administration levels, the analysis focuses on the Portuguese case. Specifically, based in a sample of all municipalities belonging to North of Portugal NUTs II region, for the period 1979–2000, we study the political system's impact on the local economic performance, namely on the economic policy instruments at the disposal of Local Governments, such as municipalities expenditures, and on municipal economic outcomes, such as the growth of employment in each municipality.

Empirical results provide evidence of opportunistic cycles on economic policy instruments and on economic outcomes of municipalities, but show no evidence of partisan cycles. The opportunistic manipulation of the local economies by municipal leaders, found in this study, justifies the adoption of measures leading to a tighter control of financial variables managed by Local Governments.

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE FIGURAS	III
ÍNDICE DE QUADROS	III
ÍNDICE DE TABELAS	III
GLOSSÁRIO	IV
1. INTRODUÇÃO	1
2. A INTERACÇÃO ENTRE A ECONOMIA E A POLÍTICA	4
2.1. <i>A Economia, a Política, e a Opinião Pública</i>	4
2.2. <i>O Impacto da Economia nos Resultados Políticos: As Funções de Voto e as Funções de Popularidade</i>	8
2.2.1. O Estado da Arte	9
2.2.2. Economia do Comportamento do Eleitor Individual	17
2.2.3. A Função de Popularidade em Portugal	20
2.3. <i>Os Ciclos Político Económicos</i>	21
2.3.1. Os Percursos	24
2.3.1.1. De Marx, Keynes, e Schumpeter	25
2.3.1.2. A Hotelling, Tinbergen e Downs	27
2.3.1.3. Michael Kalecki	28
2.3.1.4. Johan Åkerman	29
2.3.1.5. Bruno Frey e Lawrence Lau	30
2.3.2. O Modelo Oportunista	34
2.3.3. O Modelo Partidário	39
2.3.4. Os Modelos Oportunistas Racionais	44
2.3.5. O Modelo Partidário Racional	50
2.3.6. Algumas Extensões aos Modelos	57
2.3.6.1. Modelos de Interacção Oportunista e Partidária	57
2.3.6.2. Eleições Endógenas	59
2.3.6.3. Sistemas Multipartidários e Sistemas Ditatoriais	60
2.3.6.4. Modelo de Restrição do Sucessor	62
2.3.7. Evidência Empírica dos CPE	63
2.3.8. Os CPE no Poder Local	67
3. OS CPE E O PODER LOCAL: APLICAÇÃO AO CASO PORTUGUÊS	73
3.1. <i>Organização Político-Administrativa e Financiamento das Autarquias Locais em Portugal</i>	74
3.1.1. O Sistema Político e Administrativo Português	74
3.1.2. O Financiamento das Autarquias Locais	78
3.2. <i>Descrição dos Dados</i>	82
3.3. <i>Metodologia</i>	84
3.3.1. Variáveis Dependentes	88
3.3.2. Variáveis Independentes	89
3.3.2.1. Variáveis de Controlo	89
3.3.2.2. Variáveis Políticas	91
3.4. <i>Resultados Empíricos</i>	93
3.4.1. Estimacões sobre os Instrumentos: As Finanças Municipais	94
3.4.1.1. O Saldo Orçamental e as Despesas	95
3.4.1.2. As Componentes das Despesas Correntes, de Capital e de Investimento	98
3.4.2. Estimacões sobre os Resultados: O Emprego	101

3.5. <i>Síntese dos Resultados Empíricos</i>	106
4. CONCLUSÃO	109
BIBLIOGRAFIA	113
ANEXOS	
<i>Anexo I</i>	126
<i>Anexo II</i>	128
<i>Anexo III</i>	129
<i>Anexo IV</i>	132

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.	A interacção entre a economia e a política.	5
Figura 2.	Curva de Phillips e curvas de isovoto.	37
Figura 3.	Dinâmica do Modelo Partidário.	42

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.	A evolução da literatura sobre os Ciclos Político Económicos.	22
Quadro 2.	Preferências dos Partidos Políticos nas Sociedades Industriais Avançadas, em relação a diversos objectivos económicos.	41
Quadro 3.	Datas das Eleições Autárquicas.	77
Quadro 4.	Peso da Transferências de Capital nas Receitas e Despesas de Capital Totais dos Municípios Portugueses: 1986-2001 (milhões de contos).	80
Quadro 5.	Transferências, Receitas e Despesas dos Municípios Portugueses em 2001 (milhões de euros).	90

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.	Efeitos políticos no Saldo e nas Despesas municipais.	96
Tabela 2.	Efeitos políticos nas componentes das despesas municipais (I).	99
Tabela 3.	Efeitos políticos nas componentes das despesas municipais (II).	99
Tabela 4.	Impacto da Despesa Municipal na percentagem de população empregada em cada município.	102
Tabela 5.	Efeitos políticos sobre as Taxas de Crescimento do Emprego e do número de Empresas, por concelho.	104
Tabela 6.	Efeitos políticos nas Taxas de Crescimento do Emprego por Sector de Actividade Económica.	105

GLOSSÁRIO

AD – Aliança Democrática
CAE – Classificação de Actividade Económica
CDS/PP – Partido do Centro Democrático Social – Partido Popular
CNE – Comissão Nacional de Eleições
CPCP – Curva de Phillips de Curto Prazo
CPE – Ciclos Político Económicos
CPLP – Curva de Phillips de Longo Prazo
EUA – Estados Unidos da América
FCM – Fundo de Coesão Municipal
FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia
FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro
FFF – Fundo de Financiamento das Freguesias
FGLS – Feasible Generalized Least Squares
FGM – Fundo Geral Municipal
FVP – Função de Voto e de Popularidade
GGM – Grande Guerra Mundial
GLS – Generalized Least Squares
GMM – General Method of Moments
ICF – Índice de Carência Fiscal
IDO – Índice de Desigualdade de Oportunidades
IPC – Índice de Preços ao Consumidor
IRC – Imposto sobre o Rendimentos das pessoas Colectivos
IRS – Imposto sobre o Rendimento das pessoas Singulares
IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado
IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado
LSDV – Least Squares Dummy Variable
NUT – Nomenclatura de Unidades Territoriais
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PIB – Produto Interno Bruto
PPM – Partido Popular Democrático
PRD – Partido Renovador Democrático
PS – Partido Socialista
PSD – Partido Social Democrático
QCA – Quadro Comunitário de Apoio
STAPE – Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral

1. INTRODUÇÃO

A interacção entre a economia e a política tem vindo progressivamente a tornar-se um dos principais objectos de estudo pelos investigadores de economia e de ciência política, facto confirmado pelo número de publicações crescentes nesta área nos últimos anos. Esta literatura aponta para a análise integrada dos sistemas político e económico, dado que a interacção entre ambos conduzirá a resultados diferentes dos que se obteriam estudando cada um deles isoladamente. Efectivamente, a determinação das variáveis reais e nominais de uma economia, bem como as medidas de política adoptadas pelo respectivo Governo, são factores que não podem ser analisados sem ter em consideração o comportamento das instituições e agentes políticos.

A literatura dos Ciclos Político Económicos (CPE) enquadra o estudo deste tema, procurando analisar o impacto que as variáveis económicas têm nos resultados políticos e vice-versa. Tendo como ponto de partida o princípio da responsabilização, de acordo com o qual os eleitores acompanham a evolução da economia e responsabilizam o Governo pelo desempenho económico do país, esta literatura procura analisar de que forma esse desempenho vai ser influenciado pelos agentes e instituições políticas, nomeadamente pela ideologia dos governantes e pelo seu desejo de serem reeleitos.

Apesar de já existir a nível internacional uma vasta literatura sobre este tema, ela tem sido sobretudo orientada para o poder central. Os estudos teóricos e empíricos realizados centram-se essencialmente nos grandes agregados económicos dos países (taxa de inflação, crescimento e desemprego nacionais) e na sua relação com os principais órgãos de soberania política (Governo, Primeiro Ministro, Presidente da República, eleições nacionais). Em Portugal, existe um grande défice de investigação

nesta temática. Existe por isso uma forte motivação para se desenvolverem estudos que averiguem a ocorrência de ciclos político económicos no poder local, de forma a atingir uma melhor compreensão sobre o funcionamento dos órgãos executivos e políticos, locais e centrais.

Neste sentido, este trabalho propõe-se analisar os ciclos político económicos no poder local em Portugal. A motivação para a sua realização emerge precisamente dos dois factores supramencionados. Por um lado, o défice generalizado de estudos aplicados ao poder local, relativamente aos que existem para o poder central, indica a necessidade de se aprofundar a investigação neste tema de forma a obter uma maior compreensão da inter-relação entre a política e a economia no poder local, tanto a nível teórico como empírico. Por outro lado, a aplicação desta temática ao caso português encontra-se ainda numa fase embrionária, dado que os estudos existentes, relativos ao poder central ou local, são ainda reduzidos em número e relativamente recentes. Este trabalho procura, então, contribuir para o esclarecimento quanto à inter-relação entre a economia e a política no poder local português através do enquadramento teórico dos CPE, para o que tentará responder às seguintes questões:

- (i) Ocorrem CPE no poder local em Portugal?
- (ii) Existe evidência de efeitos oportunistas nos resultados económicos locais e nos instrumentos de política utilizados pelo poder local?
- (iii) Observam-se efeitos partidários nos resultados económicos e/ou nos instrumentos de política económica locais?

Desta forma, no próximo capítulo será apresentada de forma esquemática a evolução dos estudos sobre os ciclos político económicos. Nesse capítulo procura-se dar um enquadramento teórico dos ciclos político económicos ao longo do tempo, partindo-se das contribuições fundadoras para os dois modelos de ciclos político económicos: oportunista e partidário. Será ainda feita uma análise dos principais resultados empíricos encontrados na literatura sobre este tema, bem como uma digressão sobre a literatura das funções de voto e de popularidade, que analisam o impacto da

economia nos resultados políticos. O capítulo termina com uma referência aos estudos desta área realizados ao nível do poder local.

A secção inicial do capítulo 3 é dedicada à evolução do sistema político e administrativo português nos últimos 25 anos, ao nível do poder central e do poder local. Esta secção debruça-se em especial sobre o financiamento das autarquias locais, o processo orçamental dos municípios e a sustentabilidade da hipótese de ocorrência dos ciclos político económicos no poder local. De seguida é apresentada a aplicação empírica do modelo dos ciclos político económicos aos 86 municípios portugueses que fazem parte da Nomenclatura de Unidades Territoriais (NUT) nível II, do Norte, durante o período compreendido entre 1979 e 2000. Neste capítulo explica-se a metodologia seguida e o modelo escolhido, sendo depois apresentados os resultados empíricos e a interpretação dos testes aos parâmetros obtidos. No último capítulo são apresentadas as conclusões deste estudo.

2. A INTERACÇÃO ENTRE A ECONOMIA E A POLÍTICA

A literatura dos CPE assume como pressuposto fundamental a inter-relação que se estabelece entre a política e a economia, a qual vai ser determinante para a evolução dos respectivos resultados, políticos e económicos, ao longo do tempo.

Neste capítulo vamos ver qual o estado da arte na investigação teórica e empírica realizada ao nível dos CPE. Depois de uma breve análise, na próxima secção, à interacção entre a economia, a política e a opinião pública, a secção seguinte debruça-se sobre as Funções de Voto e de Popularidade, parte da literatura dos CPE que analisa essencialmente o impacto das variáveis económicas nos resultados políticos. Na secção 2.3 é abordada a parte da literatura que analisa o impacto das variáveis políticas na evolução dos resultados económicos. Partindo dos primeiros contributos para a literatura, as várias subsecções apresentam a revisão dos diversos modelos dos CPE, de algumas das suas extensões e dos estudos empíricos e principais resultados obtidos. A última subsecção sintetiza o enquadramento da aplicação dos CPE ao poder local.

2.1. A Economia, a Política, e a Opinião Pública

A Economia e a Política eram sectores, até há pouco tempo, analisados de forma individual, independente. O Estado era encarado como um ditador benevolente cuja acção visava apenas maximizar o bem estar social. Como exemplo paradigmático temos a perspectiva Keynesiana da análise económica, que se debruça primordialmente sobre o sector económico e deixa para segundo plano a hipotética influência que o sector político possa exercer. Com o desenvolvimento da Escola das Escolhas Públicas esta perspectiva é alterada, na medida em que se reconhecem

motivações adicionais para o Estado. Este deixa de ser visto apenas como um agente benevolente e quase invisível na sua acção, para passar a ser encarado como um agente que tem motivações próprias e susceptível de ser influenciado como todos os outros agentes. É a literatura dos CPE, em particular, que chama a atenção para a relação mútua entre ambos os sectores, ao realçar que tal como a evolução da economia exerce fortes pressões sobre o sector político, este também determina o desempenho do sector económico. A opinião pública representa, nesta relação, o pêndulo que equilibra a correlação de forças entre ambos os sectores. A avaliação pela opinião pública, quer do desempenho económico quer do desempenho político define, pelo menos parcialmente, a evolução de ambos os sectores.

A inter-relação entre o sistema político e o sistema económico é, assim, feita em dois sentidos. Por um lado, os resultados económicos vão influenciar os resultados políticos e estes, por outro, irão ser determinantes na evolução da economia.

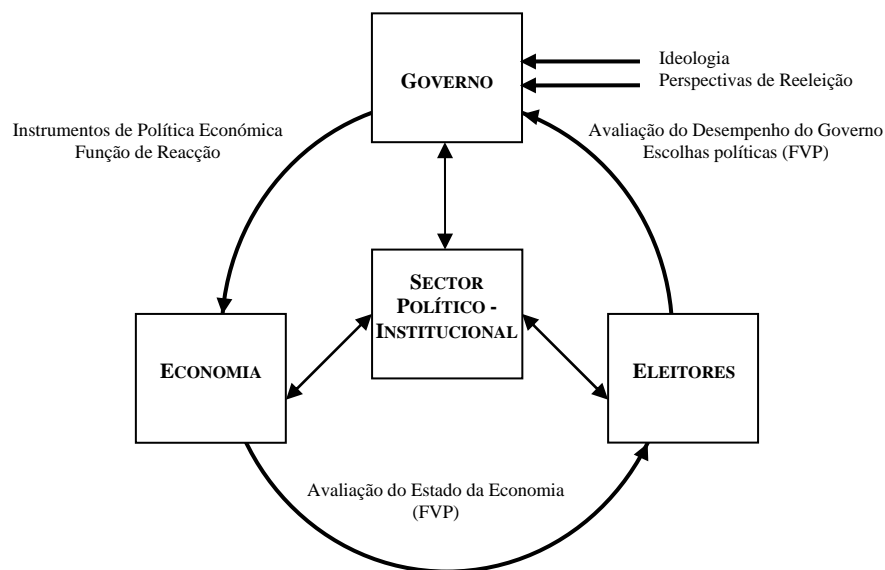


Figura 1. A interação entre a economia e a política.

O diagrama apresentado acima serve para mostrar como se processa a relação entre ambos os sectores. Existem quatro grandes intervenientes cuja interacção define o

sistema político económico: o Governo, a Economia, os Eleitores e o sector político-institucional.

A opinião pública tem um papel decisivo na relação entre os sectores económico e político. A opinião das pessoas sobre a política, os políticos, as suas medidas, ou a evolução da economia reveste-se de tal importância nas democracias modernas que os agentes políticos e económicos sentem necessidade de a conhecer regularmente ao longo dos mandatos, e não só nas eleições. Essa opinião repercutir-se-á nas escolhas dos eleitores no momento das eleições, pelo que funcionam como uma condição restritiva com que os políticos se deparam na prossecução dos seus objectivos. Os eleitores baseiam as suas escolhas políticas, a decisão de voto (ou a intenção – popularidade) na avaliação que fazem do desempenho do Governo, para a qual a avaliação da economia é determinante.

A evolução da economia exerce, então, uma influência determinante sobre o rumo do sector político, em particular sobre as perspectivas eleitorais do Governo. É geralmente aceite que a evolução positiva da economia é favorável ao incumbente, enquanto este terá menores possibilidades de reeleição quando a economia está em depressão. Isto significa que a evolução da economia influencia a opinião dos eleitores sobre o desempenho dos políticos, e em particular sobre o desempenho do Governo, que é responsabilizado pela conjuntura económica, traduzida na evolução de variáveis como o desemprego ou o poder de compra dos indivíduos.

O Governo, por sua vez, recebe utilidade da execução do seu programa ideológico. É de esperar, por exemplo, que um Governo de esquerda obtenha maior utilidade com medidas de carácter social, como o fortalecimento do emprego ou a redistribuição equitativa do rendimento, enquanto se espera que um Governo de direita obtenha maior utilidade com medidas que fortaleçam as actividades de mercado, como a estabilidade de preços e o equilíbrio das contas públicas. A evolução da economia é em parte determinada pelas opções de política económica do Governo (nomeadamente ao nível das políticas orçamental, monetária e fiscal). No entanto,

vimos acima que uma das principais restrições do Governo é que apenas pode manter-se no poder, e assim pôr em prática o seu programa ideológico, se for (re)eleito. Há assim um conjunto de factores de ordem ideológica e eleitoral que subjazem à definição pelos políticos das medidas de política a implementar. O Governo utiliza os instrumentos de política em função quer das perspectivas de reeleição, quer dos seus objectivos ideológicos.

Por fim, o papel do sector político institucional aparece destacado, na medida em que afecta todos os agentes do sistema político económico. Podemos definir o sistema político institucional como o ambiente em que estes agentes interagem. É caracterizado por aspectos como o número de partidos existente, o grau de coesão no poder, as regras institucionais (ou constitucionais) a seguir pelos agentes políticos e económicos, a forma de organização económica e política. Este ambiente político institucional varia de país para país, e afecta o sector político, o sector económico, e os eleitores. Por exemplo, diferentes regras eleitorais afectam o comportamento estratégico dos eleitores. O cumprimento de regras institucionais pode restringir o papel do Governo, por exemplo, quanto às despesas públicas que pode realizar.

Um sistema político económico, como vemos, enfatiza a interdependência entre a economia e a política, tendo em atenção o ambiente político institucional em que os agentes interagem. Os eleitores são os veículos dessa interdependência, ao basearem as suas decisões políticas no estado da economia. O Governo, por sua vez, pode alterar as suas perspectivas de reeleição manipulando a evolução económica. Os eleitores manifestam, durante o mandato e nas eleições, o apoio que concedem ao incumbente e aos partidos da oposição. Se a economia tiver uma evolução favorável, no momento das eleições eles vão recompensar o incumbente e reelegê-lo, caso contrário irão puni-lo e eleger um partido da oposição. Os Governos estão conscientes da avaliação do eleitorado, e tentam por isso utilizar medidas discricionárias de política económica que visam favorecer as suas perspectivas de reeleição. A evolução da economia é, assim, manipulada pelo Governo, e serve de base às avaliações do

eleitorado. Na Fig. 1, a orientação da economia no sentido do Governo, tendo como intermediário os eleitores, representa a Função de Voto e de Popularidade (FVP), que expressa a forma como o sector económico influencia os resultados políticos. A orientação do Governo no sentido da economia, por outro lado, expressa a forma como o primeiro, utilizando os instrumentos de política económica, influencia o segundo, e representa a Função de Reacção.

2.2. O Impacto da Economia nos Resultados Políticos: As Funções de Voto e as Funções de Popularidade

Como foi referido no capítulo anterior, a economia e a política exercem influências mútuas entre si. Estas influências, num dos sentidos, fazem-se sentir do lado da economia para o da política. As Funções de Voto e as Funções de Popularidade (FVP) traduzem a forma como a economia influencia a política, ao explicitarem os resultados eleitorais (os votos) e a popularidade dos governantes como uma função de variáveis económicas e políticas.

Este capítulo apresenta uma breve digressão sobre o estado da arte das funções de voto e de popularidade¹, abrindo ainda um curto parêntesis a algumas questões prementes que afectam o eleitor. Na última secção traz-se a análise para o caso português, que tem em Veiga (1998) uma das principais referências.

¹ Existe uma vasta literatura sobre este tema. Em Lewis-Beck (1988), Frey e Schneider (1988), Nannestad e Paldam (1994), Paldam (1997) e Lewis-Beck e Paldam (2000) podemos encontrar revisões sobre a literatura. Hibbs e Fassbender (1981) e Norpoth, Lewis-Beck e Lafay (1991) apresentam diversos estudos que caracterizam a literatura no início da década de 80 e 90, respectivamente. Hibbs (2000) apresenta um digressão empírica interessante sobre o tema.

2.2.1. O Estado da Arte

As FVP explicam o apoio dos governantes (e também dos partidos de oposição) como uma função dos resultados económicos e políticos. A função de voto explica os votos, ou a sua variação, que os governantes obtêm nas eleições através de variáveis políticas e económicas (ou da alteração nestas variáveis). A função de popularidade é definida de forma idêntica, só que substitui os votos pela popularidade dos governantes obtida através de sondagens.

Os artigos seminais sobre este tema remontam a Kramer (1971)², na função de voto, e a Mueller (1970) e Goodhart e Bhansali (1970), nas funções de popularidade. Kramer (1971) introduz a função de voto numa análise efectuada a 31 eleições do Congresso dos Estados Unidos da América EUA entre 1896 e 1964. Mueller (1970) introduz a função de popularidade analisando 292 sondagens mensais à popularidade dos presidentes americanos, entre 1945 e 1969, e Goodhart e Bhansali (1970) apresentam em simultâneo uma função de popularidade para o Primeiro Ministro e para o Governo do Reino Unido, baseada em sondagens mensais entre 1947 e 1968. Os três estudos coincidem na evidência sobre a influência das variáveis económicas no voto/popularidade das entidades políticas analisadas.

Ainda na década de 70, Wrihgt (1974), Nordhaus (1975), Fair (1975) e MacRae (1977) constróem um modelo de base para a função de voto alicerçado em três aspectos fundamentais (alguns já referidos nos artigos acima citados, embora não de forma tão explícita): (i) o objectivo de maximização dos votos por parte do Governo, (ii) a miopia dos eleitores, que assumiam um comportamento retrospectivo na tomada de decisão e (iii) a exploração oportunista de uma posição mais favorável na curva de Phillips com fins eleitorais.

² Kramer (1971) analisa muito sucintamente cerca de uma dezena de estudos anteriores (essencialmente descritivos, sem uma análise estatística sistematizada), sobre o impacto da economia na política.

A literatura evolui depois, entre fins da década de 70 e meados da década de 80, através da dualidade que se estabelece entre o *Grupo de Zurique*³, do qual fazem parte Bruno Frey, Friedrich Schneider, Gebhard Kirchgässner e Werner Pommerehne, por um lado, e Douglas Hibbs Jr., por outro. O Grupo de Zurique tenta criar um modelo político económico fechado, onde quase todas as variáveis são endogeneizadas e onde combinam a função de voto (popularidade) com as funções de reacção de política. Partindo dos trabalhos iniciais de Frey e Lau (1968) e de Frey (1974, 1978a, 1978b), o objectivo de construir um modelo estrutural que enquadre a política económica no âmbito do sistema político e do sistema económico atinge o apogeu nos estudos de Frey e Schneider (1978a, 1978b, 1981), onde desenvolvem e testam um modelo político económico para os EUA e para a Grã-Bretanha, e em Schneider, Pommerehne e Frey (1981), para o caso suíço. Os maiores créditos do modelo político económico fechado desenvolvido pelo Grupo de Zurique são (i) a inclusão de uma função de reacção do Governo, endogeneizando o seu papel no modelo, e (ii) a introdução de uma nova hipótese comportamental para o Governo: se recear perder as eleições, adoptará um comportamento oportunista, orientando a política económica de forma a garantir a reeleição, mas se se sentir seguro quanto à reeleição a política económica é guiada apenas por parâmetros ideológicos.

Paralelamente ao modelo desenvolvido pelo Grupo de Zurique, Hibbs (1977, 1982a)⁴ avança com um modelo inovador. Hibbs desenvolve uma FVP baseando-se num modelo de ajustamento de capital, onde o capital é o stock de popularidade do Governo, que se deprecia ao longo do tempo e aumenta (diminui) quando os resultados económicos e políticos melhoram (pioram). É uma FVP não linear, que envolve complexos processos de ajustamento para os coeficientes. Com ela, Hibbs introduz um novo modelo de ciclos político económicos – o modelo partidário – de acordo com o qual a economia oscila em função da orientação política do partido que

³ A denominação pertence a Nannestad e Paldam (1994).

⁴ Em Hibbs (1987) podemos encontrar uma colecção dos seus artigos sintetizando a evolução do seu modelo.

está no Governo. Para chegar a este modelo, Hibbs parte duma análise desagregada a nível socio-económico, onde constata que os eleitores de rendimentos inferiores são mais afectados por aumentos na taxa de desemprego, enquanto indivíduos de rendimentos mais elevados perdem maior utilidade com aumentos na taxa de inflação. O modelo emerge porque os partidos de direita, em geral apoiados por classes sócio-económicas de rendimentos mais elevados, vão optar sistematicamente por uma política económica de diminuição da inflação, enquanto os partidos de esquerda, apoiados pelas classes mais desfavorecidas, vão sistematicamente favorecer o combate ao desemprego.

A literatura na década de 80, dominada por estas duas correntes paralelas, encontra-se sintetizada na edição de cinco livros, Hibbs e Fassbender (1981), Whiteley (1980), Eulau e Lewis-Beck (1985), Lewis-Beck (1988) e Willet (1988), alguns deles contendo diversos estudos empíricos sobre as FVP. Na segunda metade dessa década os estudos nesta área parecem estagnar um pouco, talvez fruto da crítica das expectativas racionais realizada aos ciclos político económicos (aparecem novos modelos que incorporam as expectativas racionais, mas que não necessitam de recorrer às FVP para modelizar a relação entre os sistemas político e económico).

Na década de 90, no entanto, há um retomar da literatura, iniciada com Norpoth, Lewis-Beck e Lafay (1991), um volume de colecção de artigos com diversos estudos sobre o tema. Alberto Alesina, Michael Alvarez, André Blais, Fredrik Carlsen, Henry Chappell, Pami Dua, Manfred Gärtner, Stephen Haynes, Peter Nannestad, Martin Paldam, David Smyth, Otto Swank e Susan Taylor são alguns dos autores mais activos desde o início da década de 90. A informação e os sistemas multipartidários são os aspectos focados com maior incidência, caracterizando o rumo que a literatura tomou nos últimos anos.

Em relação à informação, podemos distinguir duas vagas: por um lado, há a construção de todo um enquadramento de modelos de credibilidade, focando aspectos como a assimetria de informação, competência, incerteza e racionalidade dos

agentes⁵. Paralelamente, uma outra vaga realiza uma análise essencialmente *micro-político-económica*, focando os aspectos de informação ao nível do eleitor individual e preocupando-se, especialmente, em analisar o que de facto os eleitores sabem sobre a economia, a percepção do estado da economia e do desempenho dos agentes políticos, como essa percepção influencia as suas decisões, e o impacto dos meios de comunicação social e das campanhas eleitorais nas suas percepções, expectativas e escolhas. Esta vaga de autores⁶ recorre frequentemente à análise desagregada dos eleitores ao nível das qualificações, sexo, e região, encontrando evidência de que estes grupos de eleitores diferem na formação das suas expectativas e das suas decisões.

Alguns autores têm também tentado definir uma FVP para países com sistemas políticos multipartidários, mais complexos, que em geral se caracterizam por Governos mais instáveis formados por coligações entre os diversos partidos políticos. Alesina e Rosenthal (1995) e Alvarez e Nagler (1998a), Bellucci (1991) e Mershon (1996), para o caso italiano, Nannestad (1991) para a Dinamarca, Willeme e De-Pelsmacker (1991) para a Bélgica, Neck e Karbuz (1995, 1997) para a Áustria, Borooah e Borooah (1990) e Harrison e Marsh (1998) para a República da Irlanda, Swank e Eisinga (1999) para a Holanda, Veiga e Veiga (2004a, 2004b) para Portugal, representam algumas dessas tentativas. Do conjunto destes estudos podemos tirar três ilações: (i) a hipótese de que os eleitores responsabilizam os governantes pela evolução da economia torna-se mais

⁵ Esse enquadramento é construído a partir dos trabalhos de Alesina e Cukierman (1990), Willeme e De Pelsmacker (1991), Ellis e Thoma (1993), Harrington (1993), Clarke e Stewart (1994), Garfinkel e Glazer (1994), Price e Sanders (1994), Alvarez e Nagler (1995), Gärtner (1996), Schultz (1996), Alvarez (1997), Krause (1997), Letterie e Swank (1997), Swank (1998a, 1998b, 1999), Blais e Young (1999), Willette (1999), Berganza (2000), Persson e Tabellini (2000), Taylor (2000), Dur (2001) e Martinelli (2001). Price (1997) faz uma revisão de uma parte destes modelos, embora não se restringindo apenas ao enquadramento das funções de voto e de popularidade.

⁶ Fazem parte desta vaga Chappell e Keech (1991), Kirchgässner (1991), Smyth e Taylor (1991, 1992), Dua, Smyth e Taylor (1995), Nadeau e Blais (1995), Hetherington (1996), Nagler e Nieman (1997), Chaney, Alvarez e Nagler (1998), Sani e Segatti (1998), Strumpf e Phillippe (1999), Willette (1999), Nadeau, Niemi e Amato (2000), Nannestad e Paldam (2000), Paldam e Nannestad (2000), Pattie e Johnston (2001).

ténue⁷ (e é tanto menos significativa quanto maior for a coligação); (ii) a FVP perde consistência temporal; e (iii) não há consenso quanto à racionalidade dos agentes (alguns autores apontam para a inexistência de expectativas racionais, enquanto outros indicam o resultado oposto).

Depois desta breve digressão temporal aos desígnios das FVP, podemos agora enumerar os principais resultados, as pedras basilares que a suportam:

- A literatura sobre as FVP parte de um princípio fundamental: a hipótese da responsabilidade. Os eleitores responsabilizam o Governo pela evolução da economia. Se a economia estiver a crescer, os eleitores recompensam o Governo pelo seu bom desempenho, aumentando a sua popularidade, mas vão penalizá-lo se a economia se encontrar em recessão⁸.
- As taxas de inflação e de desemprego são as duas variáveis económicas mais utilizadas nas FVP. Outras variáveis foram utilizadas⁹ para tentar explicar o voto ou a popularidade do Governo, mas nenhuma delas com a frequência e evidência empírica da inflação e do desemprego.
- A parte política da FVP está ainda pouco desenvolvida. Normalmente, a introdução de variáveis políticas na FVP faz-se apenas através de variáveis binárias. Nos últimos anos verifica-se, no entanto, uma maior preocupação não só com a parte política, mas também com a inclusão de variáveis sociais na FVP. Zaller (1998) inclui uma variável interessante, sobre o extremismo do candidato do partido no poder em relação ao seu principal oponente. Alvarez e

⁷ Swank e Eisinga (1999) parecem constituir uma exceção a este resultado. O mesmo acontece com Veiga e Veiga (2004a, 2004b), apesar de neste caso a explicação poder advir do sistema político se assemelhar a um sistema bi-partidário, com dois conjuntos de partidos ao invés de apenas dois partidos.

⁸ No entanto, deve salientar-se que a hipótese da responsabilidade só funciona para Governos que realmente conseguem governar, ou seja, em Governos minoritários, onde o processo de decisão é normalmente partilhado, não se pode responsabilizar o Governo pela evolução da economia. Uma outra questão que se levanta é se a hipótese da responsabilidade se aplica igualmente à evolução política. No entanto, a parte política da FVP encontra-se muito pouco desenvolvida na literatura.

⁹ A título de exemplo, Chappell (1990) e Haynes (1995) encontram evidência do impacto do crescimento do PIB na popularidade e voto para o Governo. Peltzman (1992) inclui o crescimento das despesas públicas e o défice orçamental como variáveis explicativas. Hibbs (2000) conclui que o crescimento médio ponderado do rendimento disponível per capita é a única variável económica a influenciar o sentido de voto nas presidenciais dos EUA.

Nagler (1998b) introduzem um vasto conjunto de variáveis demográficas e sociais susceptíveis de influenciar a popularidade e o voto, como a idade, sexo, educação, região, sistema governamental de seguros de saúde, ou a opinião sobre o aborto. Fielding (2000) segue um modelo similar, aplicado ao Reino Unido. Hibbs (2000) constrói um dos modelos de voto mais completos até à data, introduzindo diversas variáveis económicas, políticas e sociais e testando vinte e duas variações na derivação funcional da FVP.

- Um dos resultados mais consistentes das FVP, apresentado sucessivamente na maioria dos estudos desde os autores pioneiros, é o *custo de governar* (“cost of ruling”). A ideia é que há uma depreciação do stock de popularidade do Governo que resulta do desgaste da sua imagem associado ao exercício do poder¹⁰. Nannestad e Paldam (1994) avançam com uma queda média de 1,7% nos votos do Governo por cada mandato cumprido. O estudo mais recente e exaustivo a este respeito é de Nannestad e Paldam (2002) que, para além de avançar com uma estimativa para o custo de governar (2,25%, numa Função de Voto normalizada e com estimativas calibradas), tenta explicar os fundamentos deste fenómeno¹¹.
- A *penalização assimétrica* (“grievance asymmetry”, designação atribuída a Nannestad e Paldam, 1994), é um fenómeno avançado por Mueller (1970) ao qual a literatura tem prestado pouca atenção, mas sempre com evidência

¹⁰ Martin Paldam é o autor que mais se tem debruçado sobre este assunto em particular: Paldam (1986, 1991), Nannestad e Paldam (1994), Paldam e Skott (1995) e Nannestad e Paldam (2002) são as referências onde, com maior ou menor pormenor, analisa o custo de governar.

¹¹ Os autores apresentam três explicações para o custo de governar: (i) a teoria das coligações minoritárias introduzida por Mueller (1970), (ii) a *teoria do desvio mediano* (“median-gap theory”) introduzida nos estudos de Paldam e Skott (1995) e de Stevenson (1999), e (iii) a *teoria da penalização assimétrica* (“grievance-asymmetry”) também introduzida por Mueller (1970). Deve-se notar que estas são apenas três explicações possíveis. Drazen (2000, cap. 7), por exemplo, referindo-se ao *ciclo do meio do mandato* (“midterm cycle”) apresenta um conjunto de motivos adicionais que poderão explicar o custo de governar: (i) a *teoria do referendium*, de Kramer (1971), e Tufte (1975, 1978); (ii) a *teoria do surgir e desaparecer* (“surge and decline”), introduzida por Campbell (1960) e Campbell (1987, 1993); (iii) a teoria do efeito lua de mel, de Goodhart e Bhansali (1970) e de Kernell (1977); (iv) a *teoria do efeito sugestão* (“coattail effect”) introduzida por Kramer (1971); ou (v) a teoria da incerteza, de Alesina e Rosenthal (1995, 1996). Erickson (1988) e Campbell (1993) apresentam uma revisão sobre estas e outras teorias.

estatística significativa nos poucos estudos que o analisam, casos de Bloom e Price (1975), Aragoes (1994) e Nannestad e Paldam (1994, 1997a, 2002). Mueller afirma que a FVP é assimétrica: o aumento de popularidade gerado pela evolução favorável da economia é menor que o decréscimo de popularidade causado por uma evolução económica desfavorável¹².

- Existem dois outros aspectos na literatura das FVP que merecem ser mencionados. Um deles é a *hipótese da clientela* (“clientele hypothesis”), introduzida por Rattinger (1991). Esta hipótese indica que o Governo é responsabilizado com maior peso pela evolução da variável com que se preocupa mais (desemprego no caso dos partidos de esquerda, inflação nos de direita). O facto de ser uma hipótese relativamente recente explica a escassez de estudos e a necessidade de investigação futura para a obtenção de resultados mais conclusivos. Veiga e Veiga (2004a) encontram evidência favorável a esta hipótese para o caso português. O outro aspecto refere-se ao *efeito sugestão* (“coattail effect”), cuja paternidade é atribuída a Kramer (1971). Este é um fenómeno essencialmente associado ao estudo das interações entre os agentes políticos e entre as eleições para os diversos órgãos institucionais. A ideia subjacente ao efeito sugestão é que a popularidade do vencedor da eleição para o órgão institucional mais importante vai influenciar o voto nos candidatos da mesma cor partidária em todas as outras eleições. É essencialmente estudado nos EUA, devido à interação entre as eleições para o Senado e para o Congresso, mas podemos encontrar em Lafay (1990) a extensão ao caso francês, na interação entre a eleição para Presidente e para Primeiro Ministro¹³.

¹² Nannestad e Paldam (1997a) é talvez o estudo mais aprofundado sobre a penalização assimétrica. Analisando o voto económico de 17100 dinamarqueses, concluem que a sua reacção à deterioração da economia é cerca de três vezes superior à reacção a uma melhoria na mesma.

¹³ A maioria dos estudos encontrarem evidência quanto ao efeito sugestão. Levernier (1992), numa análise aos EUA, é uma das poucas excepções.

- Desde os estudos pioneiros até aos tempos contemporâneos os testes empíricos efectuados na literatura encontram quase sempre FVP significativas, quando aplicados não apenas aos países mais estudados, como EUA, Grã-Bretanha, Alemanha e França¹⁴, mas também a outras regiões menos exploradas¹⁵. Estudos seccionais e em painel sobre as FVP reforçam este resultado¹⁶. Apesar de se encontrar uma relação significativa no impacto da economia na política, a maioria dos estudos encontra também um problema: a instabilidade da FVP, quer entre países quer temporalmente. A formulação linear da FVP, o desenvolvimento incipiente da parte política da FVP e as diferenças sociais, económicas e institucionais das diversas regiões são algumas das potenciais explicações para esta instabilidade¹⁷.

Paralelamente a estes resultados, deve-se notar que a forma funcional da FVP pode ser definida de formas distintas. Fair (1978), Hibbs (1981) e Kirchgässner (1986) debruçam-se sobre a especificação da FVP, os pressupostos que lhe estão subjacentes, bem como as variáveis e os parâmetros que a definem.

¹⁴ Alguns dos estudos empíricos mais recentes são Haynes (1995), Fair (1996), Swank (1998a) e Hibbs (2000), para os EUA, Price e Sanders (1994) e Fielding (2000), para a Grã-Bretanha. A Alemanha é analisada por Kirchgässner (1986, 1991) e a França por Lafay (1990).

¹⁵ Austrália (Cameron e Crosby, 2000), Canadá (Nadeau e Blais, 1995), Chile (Saez-Lozano, 1996), Israel (Guttman e Shachmurove, 1990), Japão (Ito e Park, 1988, Ito, 1990) ou Portugal (Veiga, 1998). Não é, no entanto, um resultado unânime, e alguns autores encontram reduzida evidência, ou não encontram qualquer evidência de todo, quanto à existência de uma FVP significativa, como Frey e Garbers (1971), Stigler (1973), Arcelus e Meltzer (1975) – entre 1973 e 1975 gerou-se uma interessante controvérsia entre estes dois estudos e as respostas de Okun (1973), Bloom e Price (1975) e Goodman e Kramer (1975) – Stimson (1976), Yantek (1982) e Norpoth e Yantek (1983).

¹⁶ Alguns exemplos podem ser encontrados em Paldam (1991), Carlsen (1999), Carlsen e Pedersen (1999) e Veiga e Chappell (2000).

¹⁷ A instabilidade da FVP tem sido analisada desde os primórdios da literatura. Pissarides (1980), Paldam e Schneider (1980) e Lybeck (1985) são dos primeiros autores a analisá-la. Outras referências são Paldam (1991), Smyth, Dua e Taylor (1995) e Hibbs (2000).

2.2.2. Economia do Comportamento do Eleitor Individual

Alguns aspectos relacionados com o eleitor individual, o seu processo de decisão e de formação das expectativas têm gerado alguma controvérsia na literatura. A decisão de votar é o primeiro desses aspectos, que servirá de ponto de partida para a análise do comportamento individual do eleitor. A dicotomia entre o voto retrospectivo ou prospectivo, e o voto sociotrópico ou egotrópico são outros aspectos controversos, e que por isso serão analisados de seguida.

Os motivos que subjazem à decisão de votar representam um dos principais temas de debate nas FVP. Seguindo a análise de Downs (1957a), ao votar os eleitores estão a comparar e decidir entre os conjuntos alternativos de utilidade futura esperada. Assumindo que existem N eleitores numa determinada eleição, a probabilidade do voto de qualquer eleitor ser decisivo na escolha da alternativa governamental é dada por $1/N$. Uma vez que a maioria das eleições é caracterizada por um elevado número de eleitores, essa probabilidade é claramente reduzida. Se adicionarmos que para votar abalizadamente o eleitor incorre em custos, por exemplo, com a recolha de informação política e económica, os benefícios líquidos de votar tornam-se pouco explícitos. Isto origina o que os investigadores designam por paradoxo do voto e, inerentemente, assume o voto como um acto irracional ao nível da escolha individual. Mueller (1989), Aldrich (1997) e Fiorina (1997) representam três dos estudos mais completos sobre o comportamento do eleitor. O estudo de Mueller (1989) é o mais explícito na análise do paradoxo do voto. Apresentando primeiro três modelos em que o voto é reconciliado com o postulado da racionalidade, Mueller conclui avançando com aquela que é a hipótese mais aceite actualmente: a hipótese do eleitor ético, de acordo com a qual o voto é um acto altruísta, ético e desinteressado, em que os eleitores agem orientados por um sentido de cumprimento do dever e de realização pessoal.

Um dos aspectos que mais discussão tem suscitado, no âmbito da interrelação entre a economia e a política e, em particular, da FVP, é a questão do comportamento retrospectivo ou prospectivo dos eleitores no processo de decisão eleitoral¹⁸. Se o voto é retrospectivo, os eleitores votam com base nos eventos passados. Se é prospectivo, pelo contrário, os eleitores baseiam as suas escolhas nos acontecimentos futuros esperados. Key (1966) introduz a hipótese do voto retrospectivo. Defende que os eleitores aprovam ou desaprovam o que já conhecem, e é com base na avaliação do desempenho passado do Governo que tomam as suas decisões. A hipótese dos eleitores olharem para o futuro é rejeitada, pois estariam a acreditar nas promessas e campanhas eleitorais¹⁹.

O voto prospectivo remonta a Downs (1957a, cap. 4), que considera ser irracional ignorar o futuro aquando da decisão eleitoral, cujo objectivo é precisamente escolher um Governo futuro. Para Downs, o voto resulta da comparação, orientada para o futuro, dos conjuntos de utilidade esperados para cada um dos Governos alternativos. Downs assume implicitamente, no entanto, que o futuro será uma projecção do passado, na medida em este é a melhor fonte de informação para se decidir quanto ao primeiro. As expectativas futuras resultam de uma extrapolação do comportamento passado²⁰.

¹⁸ Drazen (2000, cap. 7) apresenta uma revisão muito sucinta sobre esta questão, e Keech (1995, cap. 6) dedica um capítulo à sua análise. Reed e Cho (1998) estudam as técnicas de escolha eleitoral aplicadas pelos eleitores que resultam do confronto entre as duas formas de voto, retrospectivo e prospectivo.

¹⁹ Os resultados são dispersos. Kirchgässner (1981) e Pissarides (1980) concluem que os eleitores são míopes e não têm um conhecimento aprofundado sobre o funcionamento da economia. Hibbs (1981, 1982b), Hibbs e Madsen (1981), Chappell (1983) ou Chappel e Keech (1984) assumem que os eleitores possuem uma memória mais longa e avaliam eventos passados mais distantes. Keech (1995) realça que mesmo com esse factor de desconto do passado os eleitores em qualquer eleição atribuiriam um peso muito reduzido aos eventos ocorridos no início do mandato cessante. Isto favorece o modelo oportunista de Nordhaus, ao assumir implicitamente que Governos que adoptam políticas mais responsáveis e não manipulam a economia podem vir a ser penalizados. Chappel e Keech (1985) desenvolvem um modelo de eleitores mais sofisticados, menos propensos a manipulação, que apenas recompensam o Governo por ganhos no desemprego e crescimento não geradores de pressões inflacionistas.

²⁰ Uma perspectiva mais sofisticada do voto prospectivo é apresentada por Mackuen, Erikson e Stimson (1992), em que as expectativas futuras são obtidas a partir dos indicadores económicos mais importantes, para os quais se consegue filtrar informação através dos meios de comunicação.

Nannestad e Paldam (1994) afirmam que, apesar de encontrarem evidência quanto ao voto retrospectivo, as expectativas dos eleitores são muito estáticas pelo que o voto também pode ser prospectivo²¹. De facto, podemos sem grande erro admitir que o voto prospectivo e retrospectivo coexistem, e a supremacia de um em relação ao outro acaba por ser ditada pela complexa conjugação de um conjunto de factores estreitamente ligados a cada eleitor²².

Uma última questão a referir, no âmbito das FVP, em relação ao comportamento individual do eleitor, é a dicotomia entre o voto sociotrópico e egotrópico. Isto é, se o voto é baseado na percepção do eleitor sobre a evolução dos principais agregados económicos (sociotrópico) ou, ao invés, na evolução da sua própria situação económica (ou do agregado familiar – egotrópico – o eleitor olha para o seu *bolso* quando vota). A controvérsia surge com o estudo de Kinder e Kiewiet (1979), que utilizando dados ao nível individual concluem que os eleitores parecem ter uma orientação colectiva no voto, baseando-o mais na sua apreciação da situação global económica do país do que na sua situação económica individual. Este resultado é depois confirmado nos estudos de Kiewiet (1981) e Kiewiet e Rivers (1984). Kramer (1983) adiciona mais um aspecto ao debate realçando que, de um ponto de vista político, a responsabilidade do Governo na evolução das variáveis económicas agregadas do país é muito superior à que ele possa ter ao nível das oscilações nos rendimentos pessoais dos indivíduos (que em cada momento são o resultado de uma imensidão de factores – por exemplo, o nascimento de um filho, a mudança de emprego, o substrato social e familiar do indivíduo, etc. – que pouco ou nada têm a ver com o desempenho do Governo). De acordo com Kramer, apenas nas variáveis agregadas existe verdadeira informação, e a esse nível é impossível distinguir o voto sociotrópico do egotrópico.

²¹ A privilegiar o voto retrospectivo temos os estudos de Fiorina (1981), Ferejohn (1986), Erikson (1989), Smyth, Dua e Taylor (1994), Reed (1994), Kiewiet e Udell (1998), ou Veiga e Veiga (2004a). Os estudos de Lewis-Beck (1988), Lockerbie (1991), Hsieh, Lacy e Niou (1998) e Fidrmuc (2000) favorecem o voto prospectivo.

²² A este respeito, veja-se Keech (1995, pág. 146).

Nos dias de hoje não existe ainda um consenso sobre o voto sociotrópico ou egotrópico²³. Provavelmente isso acontece porque dependendo de certas circunstâncias, do ambiente demográfico dos eleitores, estes poderão adoptar ambos os comportamentos (o estudo de Nannestad e Paldam (1997b) parece confirmá-lo). É por isso importante estar consciente de que as FVP reflectem as funções de utilidade dos eleitores, e que estas são parametrizadas por múltiplos factores, que apesar de poderem ser opostos, não significa que sejam irracionais.

2.2.3. A Função de Popularidade em Portugal

A aplicação das FVP ao caso português é escassa. Santos e Barros (1995a, 1995b), Veiga (1998) e Veiga e Veiga (2004a, 2004b) representam as poucas excepções.

De entre estes, o estudo de referência é assinado por Veiga (1998). Os seus resultados permitem tirar quatro ilações fundamentais. (i) O desemprego afecta significativamente a popularidade de todas as entidades políticas portuguesas analisadas, confirmando a hipótese da responsabilidade. Ao contrário, a inflação tem pouca, ou mesmo nenhuma, influência sobre a popularidade dos órgãos de soberania (apenas no caso do Governo se encontrou alguma evidência de que o aumento da inflação prejudicava a sua popularidade)²⁴. (ii) À excepção do Parlamento, há uma clara depreciação na popularidade das entidades políticas nos segundo e terceiro (quando aplicável) mandatos. (iii) Confirmam-se os efeitos de lua de mel na evolução da popularidade do Primeiro Ministro, do Governo e, em menor escala, do Parlamento.

²³ Rivers (1986), Miller e Listhaug (1985), Lewis-Beck (1988) e Nannestad e Paldam (1994, 1996, 1997b) confirmam isso mesmo. Uma hipótese alternativa interessante, testada empiricamente com sucesso para a Grã-Bretanha por Johnston (2000), é avançada por Nagler e Nieman (1997), que propõem que os eleitores baseiam o seu voto no desempenho económico do seu grupo de referência, e não na sua situação económica pessoal ou na situação económica do país.

²⁴ Veiga (1998) avança com a hipótese dos eleitores portugueses serem pouco susceptíveis a níveis elevados de inflação, uma situação “normal” nas décadas que antecederam o período estudado.

(iv) Os eleitores portugueses parecem responsabilizar mais o Primeiro Ministro e o seu Governo do que o Parlamento pelo desempenho da economia²⁵. Adicionalmente, Veiga e Veiga (2004a, 2004b) acrescentam que a ideologia do incumbente influencia a avaliação do desempenho económico efectuada pelos eleitores, que os Governos socialistas tiveram menor apoio eleitoral que os Governos sociais democratas e são mais penalizados pelos aumentos no desemprego, e que os Governos que não têm uma maioria parlamentar tendem a ser menos penalizados pelos aumentos no desemprego.

2.3. Os Ciclos Político Económicos

A análise às FVP efectuada na secção anterior, embora realce apenas um lado da literatura sobre os Ciclos Político Económicos (CPE)²⁶, já permite obter um enquadramento inicial sobre a evolução da literatura. Como se viu, a década de 70 marca o grande arranque da discussão sobre os CPE, que a partir daí se desenvolve através de quatro abordagens, divididas em duas fases²⁷, como mostra o Quadro 1.

Os modelos de Nordhaus (1975) e de Hibbs (1977, 1982a) dão origem à primeira fase, caracterizada pela formulação adaptativa das expectativas por parte dos agentes. Nordhaus estabelece o Modelo Oportunista dos CPE²⁸, que se distingue por assumir que os políticos, oportunistas por natureza, têm como principal objectivo a sua reeleição e, por isso, o incentivo de manipular a economia de forma a ludibriar

²⁵ Os coeficientes associados ao desemprego e inflação são maiores para o Primeiro Ministro e para o Governo. Isto pode ser justificado pelo facto do eleitorado ter uma imagem mais clara do papel e desempenho destas entidades do que propriamente do Parlamento.

²⁶ O da influência da evolução económica nos resultados políticos.

²⁷ Podemos encontrar revisões sobre a literatura em Alesina (1994), Gärtner (1994), Alesina, Roubini e Cohen (1997), Paldam (1997), Snowdon e Vane (1997), Drazen (2000) e Persson e Tabellini (2000, 2002).

²⁸ A nomenclatura dos modelos não é homogénea na literatura. É frequente associar Ciclos Políticos Económicos aos ciclos oportunistas preconizados por Nordhaus. Neste trabalho, denominamos os ciclos político económicos oportunistas de Nordhaus como o Modelo Oportunista dos CPE, e os ciclos político económicos ideológicos preconizados por Hibbs como o Modelo Partidário dos CPE.

eleitores retrospectivos, míopes e com um processo adaptativo de formação de expectativas.

Quadro 1. A evolução da literatura sobre os Ciclos Político Económicos.

		Formulação das expectativas	
		Adaptativas	Racionais
C o m p o r t a m e n t o	Políticos Oportunistas	<ul style="list-style-type: none"> • MODELO OPORTUNISTA <ul style="list-style-type: none"> - Wright (1974) - Nordhaus (1975) - Tufte (1975) - Lindbeck (1976) - MacRae (1977) 	<ul style="list-style-type: none"> • MODELO OPORTUNISTA RACIONAL <ul style="list-style-type: none"> - Cukierman e Meltzer (1986) - Rogoff e Sibert (1988) - Persson e Tabellini (1990) - Rogoff (1990) - Alesina e Cukierman (1990) - Harrington (1993)
	Políticos Ideológicos	<ul style="list-style-type: none"> • MODELO PARTIDÁRIO <ul style="list-style-type: none"> - Hibbs (1977, 1982a) 	<ul style="list-style-type: none"> • MODELO PARTIDÁRIO RACIONAL <ul style="list-style-type: none"> - Chappel e Keech (1986) - Alesina (1987, 1988, 1989) - Alesina e Sachs (1988) - Alesina e Spear (1988)

Hibbs realça outro tipo de objectivos dos políticos, ao defender que estes se preocupam essencialmente em colocar os seus programas ideológicos em prática, dando origem ao Modelo Partidário. Ao contrário de Nordhaus, Hibbs assume que os eleitores e os políticos não são homogéneos. Os eleitores diferenciam-se em termos de classes sociais e de rendimento, e os partidos políticos têm ideologias distintas que visam proteger/recompensar as classes que formam a sua base de apoio: partidos de esquerda, mais preocupados com questões sociais por natureza, elegem medidas de política destinadas a defender os interesses das classes sociais de rendimentos mais baixos, enquanto as políticas determinadas pelos partidos de direita tendem geralmente a privilegiar os interesses das classes de rendimentos mais elevados.

A revolução das expectativas racionais caracteriza a segunda fase da literatura dos CPE. Rogoff e Sibert (1988) e Persson e Tabellini (1990), seguindo os pressupostos de Nordhaus, adaptam o Modelo Oportunista de forma a incorporar expectativas racionais, construindo assim o Modelo Oportunista Racional. O modelo diferencia-se essencialmente por admitir incerteza no processo político-económico e incluir um

factor que capta a competência do Governo. Os eleitores não possuem informação perfeita quanto à competência do partido no poder, o que incentiva o último a expandir a economia através dos instrumentos de manipulação da procura agregada, de forma a sinalizar o nível mais elevado possível de competência. A incerteza e aspectos de informação imperfeita também são utilizados por Alesina (1987, 1988, 1989) na construção do Modelo Partidário Racional. Tal como Hibbs, Alesina assume que o objectivo dos políticos é aplicar o seu programa ideológico, e que os partidos diferem entre si em termos de objectivos desejados para diversas variáveis, nomeadamente, económicas. Apesar dos eleitores conseguirem anteciper com exactidão as medidas de política económica que serão adoptadas por governantes de diferentes ideologias e, deste modo, os níveis das variáveis macroeconómicas, existe incerteza quanto aos resultados eleitorais, o que provoca oscilações temporárias no sector económico.

Dadas as diferenças nos pressupostos admitidos por cada um dos modelos, é natural que as suas implicações sejam também distintas²⁹. Nas diversas secções deste capítulo serão aprofundados todos estes aspectos, de forma a enquadrar com maior acuidade a literatura dos CPE. Duas notas importantes devem ser referidas neste ponto. (i) Os modelos Oportunista e Partidário são mutuamente exclusivos, o que significa que não existe qualquer interligação entre si, os pressupostos e implicações de cada um são independentes. Existe, no entanto, um conjunto de autores que alerta para a interacção entre ambos os modelos. A observação empírica demonstra que, de facto, os diversos partidos diferem quanto à sua ideologia, programas partidários e níveis óptimos para diversas variáveis. No entanto, também é de esperar que os partidos procurem ajustar as suas posições como resposta às alterações que a evolução dos sistemas político e económico vão sofrendo ao longo do tempo³⁰, assumindo uma perspectiva mais oportunista. Uma outra nota a realçar, é que (ii) apesar da literatura sofrer uma forte evolução a partir da publicação de Nordhaus

²⁹ O quadro do Anexo I apresenta uma análise comparativa dos pressupostos e das implicações empíricas entre cada um dos modelos.

³⁰ A interacção entre os modelos é alvo de análise na secção 2.3.6.

(1975), existem outras referências que a antecedem no tempo e que não deixam de ser importantes na formação dos alicerces dos CPE. A estes trabalhos é dedicada a próxima secção. As duas restantes secções deste capítulo são destinadas à análise dos testes empíricos aos diversos modelos dos CPE, e aos trabalhos que adaptam estes modelos, geralmente aplicados à administração central, ao poder local.

2.3.1. Os Percursos

Como se começou a desenhar a investigação sobre a inter-relação entre a economia e a política? Quais foram os primeiros contributos que a permitiram desenvolver? Quais foram os seus autores? Estas são algumas das questões a que se tentará responder nesta secção.

Começaremos pelos contributos desbravadores de Karl Marx, John Keynes, e Joseph Schumpeter, que serviram de inspiração e ponto de partida para aprofundar este tema. Uma vez que o Governo ocupa um lugar central nesta relação, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista económico, veremos de seguida quais as hipóteses que guiam o seu comportamento através dos contributos de Jan Tinbergen e, principalmente, de Harold Hotelling e Anthony Downs. Por fim, serão apresentados três dos primeiros trabalhos que se debruçam explicitamente sobre os ciclos político económicos, da autoria de Michael Kalecki, Johan Åkerman, e Bruno Frey e Lawrence Lau.

É a partir do enquadramento fornecido por estes autores que se desenvolve a investigação sobre os ciclos políticos económicos, em particular que se desenvolvem os dois principais modelos de ciclos político económicos, o modelo oportunista e o modelo partidário, analisados nas próximas secções.

2.3.1.1. De Marx, Keynes, e Schumpeter

Marx (1867) é um dos primeiros autores a fazer uma análise mais integrada entre a economia e a política. Tal como refere Wade (1983), apesar da análise económica convencional estar separada da teoria política, na tradição marxista isso não acontece. Para Marx a força motora das alterações sociais e do desenvolvimento reside na luta contínua entre a classe trabalhadora e a classe capitalista detentora dos meios de produção, que dita a distribuição do rendimento. Esta distribuição, marcada pela exploração da classe capitalista sobre a força de trabalho (a quem pagava salários de subsistência e substituída progressivamente por nova tecnologia) gera ciclos de depressão e de expansão na economia, conflitos sociais e alterações nas instituições políticas, podendo atingir a sua máxima expressão através de reformas ou revoluções³¹. Outros autores inspiram-se na teoria marxista para analisar a inter-relação entre a economia e a política, casos de Kalecki, que analisaremos um pouco adiante, Luria e MacEwan (1976) ou Foley (1978).

Em Keynes, ao contrário de Marx, podemos encontrar uma separação mais vincada entre a teoria económica e a teoria política. É difícil encontrar em Keynes um tratamento sistematizado sobre a inter-relação entre a economia e a política. A análise do Governo é feita quase exclusivamente sob a perspectiva económica. Poderemos neste ponto interrogar-nos, então, sobre qual o papel de Keynes na inter-relação entre a economia e a política. O seu contributo é muito importante sob dois aspectos. Em primeiro lugar, com a publicação do *The General theory of Employment, Interest, and Money*³², demonstra que o Governo é capaz de controlar e manipular a economia, apresentando os instrumentos que pode utilizar – as políticas monetária, orçamental e

³¹ Em Resnick e Wolf (1983) podemos encontrar uma análise mais detalhada sobre a noção marxista de Estado, reforma e revolução.

³² Keynes, John M. (1936), *The General Theory of Employment, Interest, and Money*, MacMillan, London.

fiscal. Em segundo lugar, ao relegar para segundo plano o sistema político e burocrático, Keynes está na verdade a assumir implicitamente pressupostos muito fortes, tal como é corroborado por Wade (1983). Está a assumir que existe uma elite governamental que domina todos os restantes agentes³³, e que mantém as suas políticas até maximizar a sua função de utilidade. Na realidade, qualquer programa do Governo resulta de um complexo contrato com os demais parceiros sociais, económicos e políticos. A implementação e sucesso de qualquer programa governamental resulta geralmente do acordo e aceitação por parte de todos eles. Daqui se realça a importância da economia política, e mais em particular a necessidade da integração dos sistemas político e económico.

Uma outra referência histórica na inter-relação entre a economia e a política é Schumpeter (1939). Embora não se debruce especificamente sobre esta relação ou sobre os ciclos político económicos, reconhece a natureza política subjacente a algumas flutuações económicas. A título de exemplo, admite que no longo ciclo de 1787 a 1842 há diversas flutuações económicas que são explicadas por motivos políticos, e que o período de recuperação entre 1933-35 apenas pode ser explicado pelas influências políticas.

Os contributos pioneiros de Marx, Keynes e Schumpeter, apesar de não se debruçarem especificamente sobre os ciclos político económicos, revelam-se de extrema importância para o desenvolvimento da literatura respeitante à inter-relação entre a economia e a política, servindo de ponto de partida aos trabalhos futuros de inúmeros investigadores nesta área.

³³ Públicos (como os partidos da oposição, o parlamento, os tribunais, ...) e privados (as empresas, famílias, estrangeiros).

2.3.1.2. A Hotelling, Tinbergen e Downs

Na relação entre o sector económico e o sector político o Governo ocupa um lugar central. Numa abordagem quantitativa, podemos traduzir os objectivos do Governo pela maximização da sua função de utilidade. É importante saber, portanto, quais as variáveis que regem a função de utilidade governamental. Tinbergen, Hotelling e Downs avançam três hipóteses distintas.

Tinbergen (1956) assume que o objectivo do Governo é maximizar uma função de bem estar social, geralmente associada a variáveis económicas como a inflação ou o emprego. Nesta perspectiva, o Governo é apenas uma entidade benevolente que age de forma desinteressada com o único objectivo de proporcionar o máximo bem estar à população em geral.

Esta abordagem difere, no entanto, substancialmente das restantes duas, que não consideram o Estado apenas como um agente a actuar benevolentemente no melhor interesse de terceiros. Uma delas, que se desenvolve a partir do trabalho de Hotelling (1929), apresenta o Governo como maximizador da ideologia e dá origem ao modelo partidário dos ciclos político económicos. De acordo com esta hipótese comportamental, o objectivo do Governo é maximizar a prossecução dos seus ideais políticos orientando, uma vez em exercício, todas as suas acções e medidas de política no sentido de atingir esses objectivos ideológicos que o define.

Downs (1957a, 1957b) apresenta uma hipótese diferente. O objectivo de qualquer Governo é ganhar as eleições. De acordo com esta hipótese comportamental para o Governo, que servirá de base ao desenvolvimento do modelo oportunista dos ciclos político económicos, este procura apenas maximizar o seu próprio bem estar. O Governo vai estabelecer oportunisticamente as políticas que melhor sirvam os seus

objectivos, os quais em última análise se traduzem na maximização do número de votos a receber, de forma a serem reeleitos³⁴.

2.3.1.3. Michael Kalecki

Kalecki (1943) afirma que a maioria dos economistas está de acordo com a possibilidade de se atingir o pleno emprego, mesmo num sistema capitalista, através do aumento da despesa pública (aumentando o investimento público e incentivando o consumo em massa), financiado com o endividamento do Governo (e não com o aumento dos impostos). No seu artigo, constata a existência de oposição à doutrina de pleno emprego e defende existirem factores políticos por trás dessa oposição, naquilo que lhe parece ser um paradoxo: as grandes empresas e os líderes industriais opunham-se insistentemente às experiências para aumentar a produção e o emprego através do aumento da despesa pelo Governo, apesar do crescimento causado pelo aumento das despesas públicas beneficiar não só os trabalhadores, que têm mais emprego, mas também os empresários, que vêm os seus lucros crescerem³⁵.

Kalecki refere que, apesar da oposição dos empresários à política de pleno emprego ser, naquela altura (meados dos anos 40), menos intensa em relação ao que se verificava nas décadas anteriores, poder-se-ia identificar claramente aquilo que ele designou como ciclos político económicos na economia dos EUA, de que o ciclo de 1937-1938 era apenas um exemplo. Num período de depressão económica o Governo

³⁴ Frey e Lau (1968) avançam com outras hipóteses quanto à variável a maximizar pelo incumbente. Afirmam também que a ideologia e o oportunismo podem não ser mutuamente exclusivos. Apresentam uma função de utilidade governamental que depende em simultâneo da ideologia e da aprovação do eleitorado. A política governamental emerge de uma ponderação entre os objectivos ideológicos do Governo e a satisfação e aprovação do eleitorado, já que nenhum partido político conseguirá implementar a sua ideologia se não conseguir ganhar as eleições.

³⁵ Kalecki avança três motivos que justificam a oposição dos empresários: a suspeição natural com que vêm qualquer intervenção na economia, em particular no emprego; a queda na rentabilidade do investimento privado, substituído pelo investimento público; e o receio de alterações sociais, reivindicação de maiores salários e greves, provocado pela perda do papel disciplinador desempenhado pelo desemprego.

aumenta o investimento público (financiado por empréstimos) de forma a expandir o emprego e a produção. No entanto, se na fase de expansão que se seguiria fosse colocada em prática esta política para manter o emprego elevado, registar-se-ia uma forte oposição por parte das grandes indústrias, às quais se aliariam os pequenos e grandes arrendatários, prejudicados pelo aumento dos preços na fase ascendente da economia. Estes dois grupos de interesse formavam um forte bloco de pressão induzindo o Governo a adoptar uma política restritiva de redução do défice orçamental. De acordo com Kalecki, um ciclo político económico deste género levaria a que o pleno emprego fosse atingido apenas no culminar da fase de expansão da economia, mas continuar-se-iam a verificar regularmente fases depressivas de curta duração. Kalecki conclui com a necessidade do “capitalismo de pleno emprego” desenvolver novas instituições políticas e sociais, para assim poder responder ao poder acrescido da classe trabalhadora.

2.3.1.4. Johan Åkerman

A par de Kalecki, Åkerman é considerado um dos pioneiros na análise da relação entre a economia e a política. Åkerman (1947) analisa as flutuações cíclicas da economia americana. Partindo da identificação de três ciclos distintos – (1) os ciclos de construção, com uma duração de 16 a 18 anos; (2) os ciclos de Juglar, de 7 a 11 anos; e (3) os ciclos de Kitchin, de 3 anos e meio – analisa a sua correlação com eventos e instituições políticas.

Dados preliminares sobre 5 países³⁶ permitem-lhe concluir que, à excepção da Alemanha e Suécia, os eventos políticos são geralmente uma função dos resultados

³⁶ França, entre 1930 e a 2.ª Grande Guerra Mundial; a Inglaterra, entre 1855 e 1945; os EUA, entre 1865 e 1945; a Alemanha, entre 1871 e 1945; e a Suécia, entre 1886 e 1945.

económicos, dada a quase totalidade das mudanças governamentais acontecerem em períodos de depressão económica nesses países.

Procurando analisar a relação inversa, isto é, a evolução económica como função das instituições e eventos políticos, debruça-se sobre o caso dos EUA e estuda a correlação entre os votos obtidos pelo partido republicano (indicador das flutuações políticas e institucionais) e o Índice das Acções Industriais (indicador das flutuações económicas), durante o período 1830-1946. Isto leva-o a dividir o período pós Guerra Civil em três eras institucionais político-económicas: até meados da década de 90, entre a década de 90 e o *New Deal*, e daqui até à 2.^a Grande Guerra Mundial (GGM). Até 1896, Åkerman observa que a economia americana é caracterizada pelos ciclos de Juglar (que representam um ciclo de construção de caminhos de ferro), existindo apenas um ciclo político económico entre 1884 e 1888. Depois dessa data, os únicos movimentos cíclicos regulares observados na economia são os ciclos político económicos de quatro anos, coincidentes com os mandatos presidenciais, tornando as grandes questões políticas e os resultados eleitorais aspectos centrais do desenvolvimento económico. Åkerman nota ainda uma forte correlação entre a evolução política e a tendência económica de longo prazo, indicando que o ciclo económico de construção de 16/18 anos é na realidade uma função do poder relativo do partido republicano, mais industrial. O período eleitoral/presidencial, que conduz ao ciclo político económico, é um dos cinco factores que de acordo com Åkerman determina a duração dos ciclos económicos.

2.3.1.5. Bruno Frey e Lawrence Lau

Frey e Lau (1968) foram dos primeiros economistas a tentar modelizar algebricamente o comportamento do Governo, a sua influência na economia, e a sua relação com os

ciclos político económicos. Até essa altura, tal como constatam, apesar da inequívoca importância na evolução económica, o Governo é essencialmente tratado de forma exógena pela teoria económica. Isto adicionado à falta de base teórica para prever cerca de ¼ do rendimento nacional americano, leva os autores a sugerirem uma equação comportamental do Governo que permite descrever as suas respostas a alterações nas variáveis económicas. Em seguida é apresentado sinteticamente o seu modelo, bem como as principais conclusões.

O objectivo do Governo é maximizar a sua utilidade ao longo de todos os períodos futuros,

$$MaxU = \int_0^{\infty} F(t)\alpha(t)dt \quad (1)$$

em que $F(t)$ representa o fluxo instantâneo de utilidade do Governo, ao longo do tempo, designado como felicidade. Esta função é ponderada por um factor de desconto, $\alpha(t)$, que representa a valorização da utilidade presente em detrimento da utilidade futura. $F(t)$ depende de duas variáveis: da função de aprovação popular, $A(t)$, e da função de satisfação ideológica, $I(t)$:

$$F = F(I, A, t) \quad (2)$$

Esta hipótese comportamental para o Governo é mais genérica que a simples maximização dos votos ou a maximização da ideologia, procurando estabelecer para cada momento do tempo uma combinação óptima entre ambas. Assume-se que a felicidade assume rendimentos marginais decrescentes em relação à função de aprovação e de satisfação ideológica.

A maximização da utilidade do Governo está sujeita a duas restrições. Por um lado, (1) é restringida pela limitação de recursos que tem disponíveis para tentar atingir os seus

objectivos, $y_1, y_2, y_3, \dots, y_n$. Esta limitação de recursos é dada por um conjunto de possibilidades de produção, G ,

$$G(y_1, y_2, y_3, \dots, y_n, k(t), t) = 0 \quad (3)$$

em que $k(t)$ representa um vector de factores exógenos. Adicionalmente, (2) é restringida pelas pressões externas a que o Governo está exposto, e que poderão ditar a vitória ou derrota nas eleições. A vitória eleitoral num determinado período T vai depender da popularidade acumulada pelo Governo no passado,

$$\dot{\pi}(t) = A(t) - \int_{-\infty}^t A(t) m(t'-t) dz \quad (4)$$

$\dot{\pi}(t)$ representa a evolução da popularidade, que depende do diferencial entre o nível de aprovação num determinado momento, $A(t)$, e a depreciação que esta sofre ao longo do tempo, expressa pelo integral.

Para além destas, o modelo considera ainda uma restrição eleitoral. Numa democracia, o Governo é reeleito se receber uma percentagem suficiente de votos, chamemos-lhe \bar{V} . Para uma dada eleição em NT (N é inteiro e T representa a periodicidade das eleições), a percentagem de votos que o Governo deve receber, $V(NT)$, tem de ser

$$V(NT) \geq \bar{V} \quad (5)$$

É assumido que a percentagem de votos recebida num determinado período corresponde a uma média da popularidade passada do Governo,

$$V(NT) = \frac{\pi(NT)}{\int_{-\infty}^{NT} \left[1 - \int_0^{t'+t_{\infty}} m(t'') dt'' \right] dt'} \quad (6)$$

Combinando as equações (4), (5) e (6), obtém-se,

$$\pi(NT) \geq \bar{V} \left\{ \int_{-\infty}^{NT} \left[1 - \int_0^{t'+t_{\infty}} m(t'') dt'' \right] dt' \right\} \quad (7)$$

O que significa que, para ser reeleito, o Governo deve ter acumulado até à data das eleições, NT , a popularidade que é dada pelo membro direito da equação.

Se em determinados períodos eleitorais o Governo prever que não vai conseguir acumular a popularidade de que necessita, poderá adoptar medidas de política económica de forma a conseguir obtê-la, originando oscilações económicas nos períodos eleitorais e, assim, criando um ciclo político económico em torno das eleições. O sistema político pode, nestas condições, através dos instrumentos de política económica ao seu dispor gerar ciclos na actividade económica.

Apesar de não o explicitarem quantitativamente, Frey e Lau concluem que é logicamente possível, e de esperar, que o sistema político produza ciclos económicos aproximadamente regulares em torno dos períodos eleitorais. Estas flutuações induzidas pelo sector político vão aumentando à medida que as eleições se aproximam, e a sua amplitude será tanto maior quanto menor for a popularidade do Governo. A intensificação do ciclo político económico perto do período eleitoral justifica-se dado que o Governo sabe que a sua popularidade tende a depreciar-se ao longo do tempo.

2.3.2. O Modelo Oportunista

Em meados da década de 70, Wright (1974), Nordhaus (1975), Tufte (1975), Lindbeck (1976) e MacRae (1977) constróem o enquadramento do Modelo Oportunista dos Ciclos Político Económicos. A característica principal deste modelo prende-se com o facto de todos os políticos terem uma função objectivo comum: maximizar a probabilidade de serem reeleitos. Políticos oportunistas, com maior informação sobre as suas próprias preferências e sobre o funcionamento da economia, manipulam a economia de forma a tirar partido de uma posição mais favorável na curva de Phillips, ludibriando eleitores com expectativas adaptativas, que são retrospectivos, míopes e não se apercebem do correcto funcionamento da economia, bem como da natureza oportunista no comportamento político.

O enquadramento do Modelo Oportunista encontra-se alicerçado em seis pressupostos³⁷ fundamentais:

P1 - Todos os eleitores são idênticos. Estes não possuem informação perfeita, nomeadamente desconhecem as preferências dos políticos e, embora preferindo crescimento económico elevado, baixos níveis de inflação e de desemprego, variáveis que fazem parte da sua função de utilidade, não compreendem na totalidade a relação traduzida pela curva de Phillips. Os eleitores são retrospectivos: baseiam as suas escolhas políticas no desempenho passado do partido no Governo. Se a conjuntura económica é favorável (baixos níveis de desemprego e de inflação, crescimento económico elevado) durante o mandato, os eleitores reelegem o partido no poder. Para além disso são míopes, descontando fortemente os eventos passados. Isto

³⁷ Os pressupostos enunciados de seguida visam não só enquadrar o Modelo Oportunista, mas permitir também uma comparação mais objectiva com o Modelo Partidário e com as versões racionais de ambos os modelos (que serão apresentados nos próximos três sub-capítulos), seguindo de perto a metodologia utilizada por Alesina (1994), ou Alesina, Roubini e Cohen (1997).

significa que a evolução recente da economia é determinante na avaliação do desempenho do partido no poder.

- P2 -** O sistema político é composto por dois partidos idênticos, um no governo e outro na oposição, com informação perfeita quanto às preferências dos eleitores. Uma vez que estes são também idênticos, as políticas que os partidos adoptam são convergentes e dirigidas ao eleitor representativo. Os políticos preferem estar no poder e não na oposição. Ambos os partidos estão apenas interessados em maximizarem a sua popularidade, de forma a vencer as eleições.
- P3 -** O partido no poder consegue controlar os níveis de preços e de desemprego pela manipulação da procura agregada, através da política monetária e/ou orçamental.
- P4 -** O sistema económico é caracterizado por uma curva de Phillips aumentada de expectativas e, em particular, a curva de longo prazo é mais inclinada (menos favorável) que a de curto prazo (no limite poderá ser vertical). Podemos admitir uma formulação do género:

$$y_t = \bar{y} + \gamma(\pi_t - \pi_t^e), \quad \gamma > 0 \quad (8)$$

onde y_t é a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), π_t é a taxa de inflação, π_t^e é a taxa de inflação esperada, \bar{y} é a taxa de crescimento natural e γ é um parâmetro positivo que capta a reacção dos agentes a choques na inflação. Expressando em termos de desemprego:

$$u_t = \bar{u} - \gamma'(\pi_t - \pi_t^e), \quad \gamma' > 0 \quad (9)$$

em que agora temos a taxa de desemprego u_t , e a taxa natural de desemprego, \bar{u} . Pela formulação vemos que níveis de inflação superiores ao esperado fomentam a procura de trabalho (em consequência da queda implícita nos salários reais), reduzem o desemprego e aumentam o crescimento económico.

P5- As expectativas sobre a inflação são adaptativas:

$$\pi_t^e = \pi_{t-1} + \lambda(\pi_{t-1}^e - \pi_{t-1}), \quad 0 < \lambda < 1 \quad (10)$$

A inflação esperada é uma função apenas dos valores passados da inflação. Será igual à inflação observada no período anterior se as expectativas passadas estiverem correctas. O parâmetro λ traduz a reacção (ou velocidade de ajustamento) aos erros na formulação das expectativas passadas.

P6- O momento das eleições é fixado exogenamente.

O Modelo Oportunista tem em Nordhaus (1975) a sua referência mais importante³⁸. Partindo dos pressupostos enunciados, Nordhaus assume que as medidas de política tomadas pelo partido no poder baseiam-se numa função de voto agregada observada, que representa as preferências dos eleitores:

$$V_t = g(u_t, \pi_t), \quad \text{com } g'(u_t) < 0, \text{ e } g'(\pi_t) < 0 \quad (11)$$

As derivadas apresentam o voto, V_t , como numa função decrescente do desemprego e da inflação. A função de bem-estar social dos governantes é representada pelo valor descontado da função de voto agregada:

$$W = \int_0^{\infty} g(u_t, \pi_t) e^{-\rho t} dt \quad (12)$$

em que ρ representa a taxa de desconto ao longo do tempo. O objectivo do governante é maximizar esta função, sujeito às restrições dadas pelas equações (9) e (10). A partir destas funções, Nordhaus estabelece curvas de *isovoto* (V), que representam as combinações de inflação e desemprego para as quais uma fracção constante do eleitorado vota no partido do poder. Estas curvas, tais como as curvas de Phillips de curto (CC) e longo prazo (LL), são apresentadas na Figura 2.

³⁸ Nordhaus (1975) é o primeiro dos autores referidos a sistematizar todo o enquadramento do modelo. MacRae (1977) apresenta uma abordagem ligeiramente diferente, explicitando o objectivo do partido no poder através da minimização da perda de votos.

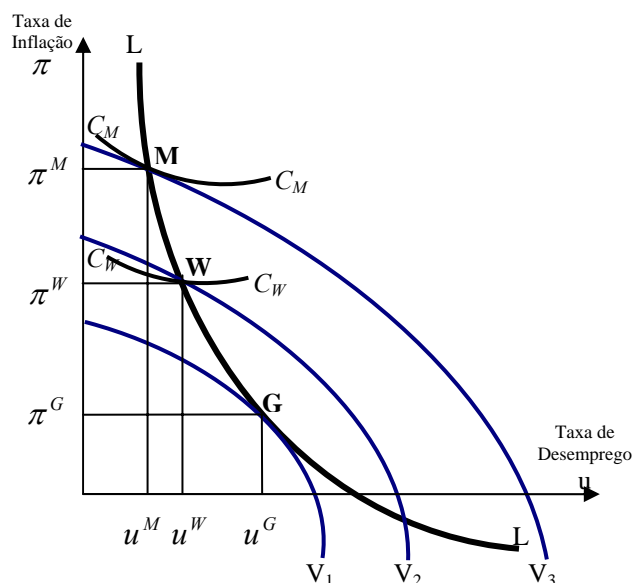


Figura 2. Curva de Phillips e curvas de isovoto. (Fonte: Adaptado de Nordhaus (1975), pág. 177)

Na Figura 2 encontra-se representada a dinâmica de curto e longo prazo do Modelo Oportunista. As linhas de isovoto, V_1 , V_2 e V_3 , indicam o número de votos que o partido no poder obtém em função das taxas de inflação e de desemprego verificadas. Uma vez que a conjuntura económica é mais favorável quando o desemprego e inflação são mais baixos, os eleitores preferem qualquer ponto sobre V_1 em relação a V_2 ou V_3 , e sobre V_2 em relação a V_3 ($V_1 > V_2 > V_3$).

Vamos assumir que a economia se encontra no ponto G^{39} , no período que precede as eleições. A curva de Phillips de longo prazo (CPLP), LL, é tangente à curva de isovoto V_1 , e a economia encontra-se em equilíbrio ($\pi_t = \pi_{t-1} = \pi_t^e$). Para tentar angariar mais votos, o partido no poder é tentado a utilizar os instrumentos de política ao seu dispor de forma a expandir a procura agregada, acelerando a inflação no período das eleições⁴⁰, $t+1$ ($\pi_{t+1} > \pi_t = \pi_{t+1}^e$), o que permite maior crescimento ($y_{t+1} > \bar{y}$) e menor

³⁹ Nordhaus define esta situação como a *regra de ouro* das soluções de política. O ponto G , onde gerações actuais e futuras têm o mesmo peso ($\rho=0$), representa a melhor combinação sustentável de desemprego e inflação.

⁴⁰ Assume-se que as eleições ocorrem no fim do período.

desemprego ($u_{t+1} < \bar{u}$). Como possuem expectativas adaptativas, os agentes e os eleitores não se apercebem de imediato do aumento na inflação e ajustam as suas expectativas muito lentamente, reelegendo assim o partido no poder. Depois de ser reeleito, este procura atenuar os custos inflacionistas com medidas de política restritivas, que contraem a procura agregada, diminuem o crescimento e aumentam o desemprego. À data das novas eleições, esta recessão repõe a economia ao nível em que se encontrava inicialmente, no período t . O processo pode-se repetir ininterruptamente, a cada nova eleição, porque os eleitores são míopes, descontam fortemente o passado e apenas tomam em consideração os eventos passados mais recentes.

Estas flutuações cíclicas de curto prazo, no entanto, traduzem-se numa perda de bem estar no longo prazo. Partindo da situação inicial no ponto G , a expansão da procura agregada induzida pelo Governo coloca a economia num ponto abaixo e à esquerda da CPLP. À medida que os agentes vão ajustando as suas expectativas à taxa de inflação mais elevada, a curva de Phillips de curto prazo (CPCP) vai-se deslocando para cima e para a direita⁴¹. A dinâmica de ajustamentos só pára quando a economia atinge o ponto M ⁴², posição em que a CPCP intersecta a CPLP e é tangente à curva de isovoto.

O resultado de longo prazo do ciclo oportunista é a solução de miopia. O modelo prevê, no período que precede as eleições, um crescimento e emprego acima dos seus valores naturais, e a inflação a crescer ligeiramente. Imediatamente depois das eleições a inflação cresce significativamente para, gradualmente, ir baixando nos períodos seguintes, motivada pela retracção da economia, fazendo com que o emprego e o crescimento se encontrem abaixo dos seus valores naturais. Estes ciclos económicos induzidos politicamente são prejudiciais porque criam flutuações sem

⁴¹ Isto aconteceria sempre que a economia se situasse num ponto abaixo e à esquerda da CPLP. Pelo contrário, se a economia se encontrasse numa posição acima e à direita da CPLP, o partido no poder poderia aumentar os seus votos com políticas que fizessem retornar a economia à CPLP.

⁴² Esta representa uma situação em que os governantes se preocupam apenas com as gerações correntes, ignorando o bem estar das gerações futuras ($\rho \rightarrow \infty$). Nordhaus designa-o como a *solução de miopia*.

quaisquer ganhos de eficiência e, no longo prazo, acabam por aumentar a inflação sem ganhos significativos ao nível do desemprego ou crescimento.

Nordhaus (1975) testa a sua própria hipótese para nove países no período entre 1947-1972, e conclui que existe evidência significativa de ciclos oportunistas em algumas das economias capitalistas. Fair (1978) também encontra evidência favorável aos ciclos oportunistas, ao analisar as eleições presidenciais americanas entre 1916 e 1976. Outros estudos empíricos, no entanto, mostram-se bastante mais cépticos em relação aos ciclos oportunistas. Neste particular, reveste-se de especial importância o de McCallum (1978), que critica a miopia dos agentes, representando o primeiro passo em direcção ao modelo oportunista racional. Destaca-se ainda o trabalho de Hibbs (1977), que embora não se mostre explicitamente contra a teoria dos modelos oportunistas, privilegia a ideologia ao oportunismo dos políticos, dando origem ao modelo partidário⁴³.

2.3.3. O Modelo Partidário

Hibbs (1977)⁴⁴ critica o Modelo Oportunista por este assumir que os eleitores são todos idênticos e que os Governos agem exclusivamente movidos pelo seu oportunismo, tornando as medidas de política económica convergentes. O seu trabalho dá origem ao Modelo Partidário, caracterizado por políticos com ideologias diferentes que pretendem colocar em acção o seu programa ideológico ou partidário, sem quaisquer objectivos oportunistas. As eleições funcionam como o meio que permite colocar em acção os programas ideológicos dos partidos, o único objectivo dos políticos.

⁴³ Os resultados empíricos serão analisados com maior detalhe na secção 2.3.7.

⁴⁴ Este é um primeiro trabalho sobre o Modelo Partidário, ao qual Hibbs dá seguimento nas duas décadas seguintes. Destacam-se os estudos de 1982, no qual Hibbs formaliza o modelo, de 1987, em que faz uma síntese dos seus trabalhos neste capítulo, e de 1992, em que faz uma breve análise crítica da literatura sobre o tema.

Os dois pressupostos iniciais enunciados no Modelo Oportunista vêm, no Modelo Partidário, alterados (os restantes são comuns a ambos os modelos)⁴⁵:

P1' - Os eleitores são heterogêneos, apresentando diferentes preferências quanto aos níveis ótimos de inflação, desemprego e crescimento. Essas preferências estão na base da sua escolha entre partidos de esquerda ou de direita. Os eleitores são retrospectivos e míopes, descontando fortemente os eventos passados e possuindo expectativas muito estáticas.

P2' - O sistema político é composto por dois partidos distintos, um no Governo e outro na oposição. Os partidos têm preferências diferenciadas quanto ao posicionamento no espectro da relação inflação-desemprego, o que os leva a optarem por políticas económicas diferentes. Partidos de esquerda preocupam-se mais com o desemprego e crescimento, em termos relativos, do que com a inflação. Ao invés, os partidos de direita preocupam-se relativamente mais com o controlo da inflação do que com o desemprego ou o crescimento. Apesar de preferirem estar no poder e não na oposição, os partidos estão apenas interessados em colocar em acção os seus programas ideológicos.

Hibbs (1977) começa por analisar o padrão das políticas e resultados macroeconómicos e a sua relação com a orientação ideológica dos Governos, de esquerda ou de direita, nas democracias capitalistas do pós-guerra, e chega a uma primeira conclusão de que diferentes combinações de desemprego e inflação têm efeitos importantes, associados às classes sociais, na distribuição do rendimento nacional. A evidência empírica demonstra que períodos inflacionistas e com mercados de trabalho próximos do pleno emprego conduzem a uma maior igualdade na distribuição do rendimento. Em particular, uma conjuntura económica caracterizada por reduzido desemprego e inflação elevada está associada a melhorias significativas

⁴⁵ Hibbs (1977) parte da análise a trabalhos anteriores e da observação empírica para formular as suas hipóteses, não explicitando claramente, como Nordhaus, os pressupostos que fundamentam o modelo. Os pressupostos enunciados nesta secção, no entanto, inferem-se a partir do trabalho de Hibbs.

no bem estar económico das classes mais desfavorecidas. No lado oposto, conjunturas de menor inflação e desemprego mais elevado encontram-se associadas a uma melhoria na posição relativa das classes financeiras e de negócios, classes de rendimento mais elevado. Adicionalmente, a partir de inquéritos lançados na Grã-Bretanha e nos EUA, Hibbs observa que a preocupação popular quanto ao desemprego e à inflação está ligada às classes sociais. As classes de ocupações e rendimento inferior e médio são mais avessas ao desemprego do que à inflação, enquanto as classes de ocupações e rendimento mais elevados preocupam-se mais com a inflação do que com o desemprego.

Hibbs analisa também dados agregados sobre a inflação e o desemprego em relação às orientações políticas de 12 Estados da Europa Ocidental e do Norte da América, de forma a conseguir enquadrar e ordenar as preferências dos partidos políticos, classificados ao longo do espectro esquerda/direita, quanto a diversos objectivos económicos. Esta análise indica que os partidos de esquerda demonstram uma preferência revelada por taxas de desemprego relativamente mais baixas à custa de taxas de inflação mais altas, enquanto a estabilidade de preços e desemprego mais alto caracterizam os sistemas políticos dominados pelos partidos do centro-direita. O Quadro 2 apresenta a ordenação das preferências.

Quadro 2. Preferências dos Partidos Políticos nas Sociedades Industriais Avançadas, em relação a diversos objectivos económicos.

	SOCIALISTA-TRABALHISTA	CENTRO	CONSERVADOR
Importância decrescente de objectivos ↓	Pleno emprego Equalização da distribuição do rendimento		Estabilidade de preços
	Expansão Económica	Estabilidade de preços	
		Expansão Económica Pleno emprego Equalização da distribuição do rendimento	Equilíbrio da Balança de Pagamentos
	Estabilidade de preços		Expansão Económica
		Equilíbrio da Balança de Pagamentos	Pleno emprego
	Equilíbrio da Balança de Pagamentos		Equalização da distribuição do rendimento

Fonte: Hibbs (1977), pág. 1471

Hibbs conclui, assim, que as diferentes preferências dos Governos de esquerda e de direita quanto aos resultados e às medidas de política macroeconómica vão ao encontro dos interesses económicos e das preferências das classes que os apoiam. As classes de rendimentos mais baixos, por isso mais sensíveis ao desemprego, vão formar a base de apoio dos partidos de esquerda, partidos socialistas e trabalhistas orientados para o trabalho e baseados nas classes trabalhadoras, que por isso privilegiam o combate ao desemprego a expensas de uma maior inflação. Por seu lado os partidos de direita, partidos conservadores orientados para o sector económico-financeiro e baseados nas classes financeira e capitalista, vão colocar maior peso relativo na estabilidade de preços, variável que afecta mais estas classes de rendimentos mais elevados.

A Fig. 3 ilustra o funcionamento do Modelo Partidário.

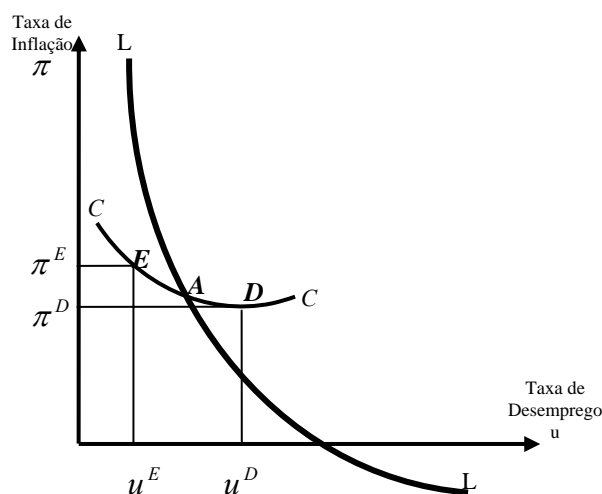


Figura 3. Dinâmica do Modelo Partidário. (Fonte: Adaptado de Alesina, Roubini e Cohen (1997), pág. 50).

Na figura são apresentadas a CPLP, LL , e a CPCP, CC . Vamos assumir que partimos de uma situação de equilíbrio inicial dada pelo ponto A , e que um partido de esquerda ganha as eleições. O seu objectivo será mover a economia ao longo da CPCP até atingir o ponto E , onde o desemprego é menor e a inflação é maior. Uma vez que as

expectativas são muito estáticas, Hibbs defende que o Governo de esquerda consegue manter durante o seu mandato o desemprego a níveis reduzidos, sem grandes custos de inflação. Se para o mandato seguinte é eleito um partido de direita, este de imediato encetará as medidas de política económica de forma a ir de encontro às preferências das classes que o elegeram, o que significa mover a economia ao longo da CPCP até atingir o ponto D , onde a inflação é menor.

Desta forma, tal como no Modelo Oportunista, é criado um ciclo económico induzido politicamente, mas desta vez não em torno da data das eleições, mas em função dos mandatos e da cor política dos partidos que ocupam o poder. É de esperar que, à luz do Modelo Partidário, os mandatos dos partidos de esquerda estejam sucessivamente associados a níveis de desemprego mais baixos e taxas de inflação mais altas, enquanto os mandatos dos partidos de direita estão associados a menores taxas de inflação e taxas de desemprego mais elevadas.

Hibbs (1977) analisa dados trimestrais sobre o desemprego pós-guerra, entre 1948 e 1972, na Grã-Bretanha e Estados Unidos. As estimações dos modelos temporais evidenciam níveis mais reduzidos de desemprego nos mandatos dos partidos Trabalhista e Democrático, e níveis de desemprego superiores em administrações Republicanas e Conservadoras. No entanto, estes resultados são severamente criticados essencialmente pela teoria das expectativas racionais, o que origina o desenvolvimento de modelos mais avançados em fins da década de 80, que analisaremos nas duas secções seguintes.

2.3.4. Os Modelos Oportunistas Racionais

A revolução das expectativas racionais⁴⁶ serve de fundamento às principais críticas aos modelos Oportunistas e Partidários dos CPE, desenvolvidos por Nordhaus (1975) e Hibbs (1977), respectivamente. McCallum (1978) critica precisamente o pressuposto da formação adaptativa das expectativas no Modelo Oportunista. Ao analisar o desemprego trimestral nos EUA entre 1948 e 1974, McCallum refuta as conclusões de Nordhaus, não só porque à luz das expectativas racionais não é exequível assumir agentes económicos (e eleitores) retrospectivos e míopes, mas essencialmente porque não é credível que os governantes consigam sucessivamente enganar os eleitores, expandindo a economia sempre que a data das eleições se aproxima. Se os agentes privados acabam por perceber os incentivos dos Governos, não é possível manipular sucessivamente a economia de forma a provocar alterações sistemáticas nos níveis de inflação e desemprego.

O Modelo Oportunista é reconciliado com a teoria das expectativas racionais apenas na segunda metade da década 80, com os trabalhos de Cukierman e Meltzer (1986), Rogoff e Sibert (1988), Alesina e Cukierman (1990), Persson e Tabellini (1990), Rogoff (1990) e Harrington (1993), dando origem a diversos Modelos dos Ciclos Oportunistas Racionais. Os ciclos oportunistas podem ocorrer mesmo com agentes racionais, desde que exista algum elemento de informação imperfeita. Existindo assimetria de informação entre os agentes económicos, os eleitores e os políticos – o que implica, por exemplo, o desconhecimento de determinados aspectos do processo político e económico por parte dos eleitores prospectivos (orientados para o futuro) – os governantes têm sempre o incentivo de criar a ilusão temporária de expansão económica para recolher maior popularidade.

⁴⁶ Lucas (1972) incorpora a teoria das expectativas racionais na análise económica.

Os ciclos preconizados nestes trabalhos assentam na interacção entre noção de competência dos Governos e as assimetrias de informação⁴⁷. Os eleitores procuram escolher um Governo que maximize a sua utilidade futura esperada, mas no momento em que votam desconhecem o nível de competência do Governo. Este conhece o seu próprio nível de competência e, antes das eleições, tem um incentivo para sinalizar que está a fazer um bom trabalho de forma a atrair o eleitorado. Isto cria um ciclo político macroeconómico na inflação e no desemprego, de acordo com o modelo de Persson e Tabellini, e nos instrumentos de política como as despesas públicas, impostos e transferências, no modelo de Rogoff e Sibert, os dois trabalhos sobre os quais nos debruçaremos nesta secção.

Os pressupostos subjacentes ao modelo de Persson e Tabellini (1990) são os seguintes:

P1 - Todos os eleitores são idênticos. Os eleitores pretendem eleger um governante que maximize a sua utilidade esperada. Todos eles possuem a mesma utilidade esperada U , dada por:

$$U = E \left\{ \sum_{t=0}^{\infty} \beta^t u(\pi_t, y_t) \right\}, \quad 0 < \beta < 1 \quad (13)$$

Em que β é um factor de desconto, e $u(\pi_t, y_t)$ pode ser especificado como:

$$u(\pi_t, y_t) = -\frac{1}{2}(\pi_t^2) + by_t, \quad b > 0 \quad (14)$$

⁴⁷ Numa linha de investigação independente, sem alusão à literatura dos CPE, a *inconsistência temporal de medidas óptimas de política económica* é introduzida pelos trabalhos de Sargent e Wallace (1975), Kydland e Prescott (1977), e Barro e Gordon (1983). Os agentes económicos sabem que os governos têm um incentivo para criar inflação surpresa de forma a expandir a economia, por isso só vão acreditar nas medidas anunciadas pelos governos se estas forem credíveis, se estes se encontrarem comprometidos pelo seguimento de regras e criarem uma reputação de baixa inflação. Anúncios não credíveis, realizadas por governos que habitualmente praticam políticas discricionárias, são temporalmente inconsistentes e geram apenas um enviesamento inflacionista. A literatura dos CPE aproveita esta análise, adicionando a função de objectivo governamental traduzida pela maximização da probabilidade de reeleição. Cukierman (1986, 1992) e Fischer (1986) apresentam revisões sobre a literatura da inconsistência temporal.

b representa o benefício do crescimento relativamente aos custos de inflação mais elevada. A Equação 14 mostra que o eleitor representativo prefere maior crescimento económico e inflação baixa.

P2 - O sistema político é composto por dois partidos idênticos, um no Governo e outro na oposição. Os políticos preferem estar no poder e não na oposição. Ambos os partidos estão interessados essencialmente em maximizarem os seus ganhos políticos, embora confirmem alguma importância ao bem estar social.

P3' - O partido no poder consegue controlar directamente a inflação.

P4' - O sistema económico é caracterizado por uma curva de Phillips aumentada de expectativas, com um termo que capta a competência:

$$y_t = \bar{y} + \gamma(\pi_t - \pi_t^e) + \varepsilon_t, \quad (15)$$

O termo que mede a competência, ε_t , é definido como a capacidade do Governo para resolver problemas e conduzir a economia de forma eficiente. É especificado através de um processo de média móvel de ordem 1 ($MM(1)$):

$$\varepsilon_t = \mu_t + \mu_{t-1}, \quad \text{com } E(\mu_t) = 0, \quad \forall_t \quad (16)$$

O processo de $MM(1)$ simplifica a análise, permitindo tratar as eleições como independentes. A competência é persistente, engloba uma porção actual e uma que remonta ao período anterior, mas não ultrapassa os dois períodos. Se o partido da oposição ganha as eleições a sua competência é normalizada para zero.

P5' - As expectativas sobre a inflação são racionais:

$$\pi_t^e = E(\pi_t | I_{t-1}) \quad (17)$$

Em que I_{t-1} é o conjunto de informação disponível para os eleitores no fim do período $t-1$.

P6 - O momento das eleições é fixado exogenamente.

Os pressupostos $P1''$, $P3'$ e $P4'$ sofrem alterações no modelo dos ciclos políticos orçamentais de Rogoff e Sibert (1988):

$P1'''$ - Todos os eleitores são idênticos. Os eleitores pretendem eleger um governante que maximize a sua utilidade esperada. Todos eles possuem a mesma utilidade esperada U , dada por:

$$U = E \left\{ \sum_{t=0}^{\infty} \beta^t u_t \right\}, \quad 0 < \beta < 1 \quad (18)$$

Neste caso, a utilidade no período t , u_t assume a especificação seguinte:

$$u_t = \bar{x} - \tau_t - s_t - W(s_t), \quad (19)$$

\bar{x} é um nível exógeno dado de rendimento. τ_t e s_t são duas formas alternativas de receitas provenientes de impostos: τ_t é um imposto não distorcedor (*lump-sum tax*), e s_t é um imposto de senhoriagem distorcedor da economia. Estas distorções são minimizadas quando $s_t = 0$. $W(s_t)$ representam os custos distorcedores das receitas de senhoriagem, tal que $W(0) = 0$, $W'(\cdot) > (<) 0$ se $s > (<) 0$, e $W''(\cdot) > 0$. Isto mostra que o Governo é sempre eficiente do ponto de vista social se usar apenas impostos não distorcedores da economia. As receitas de senhoriagem não devem ser utilizadas para financiar as despesas de um planeador social benevolente, porque distorcem a economia.

$P3''$ - O partido no poder consegue controlar directamente os instrumentos de política orçamental. Em particular, utiliza duas fontes de financiamento das despesas públicas: os impostos não distorcedores, τ_t , e os impostos de senhoriagem, s_t .

$P4''$ - O sistema económico é caracterizado pela seguinte restrição orçamental:

$$g = \tau_t + s_t + \varepsilon_t, \quad (20)$$

Em que as despesas públicas são financiadas com os dois tipos de impostos, não distorcedores e de senhoriagem. O termo que mede a competência, ε_t , é aqui definido como a capacidade do Governo para reduzir o desperdício no processo orçamental. Governos competentes conseguem produzir mais bens públicos, serviços e transferências para um determinado nível de receitas. É igualmente especificado através de um processo de MM(1), tal como no caso anterior. Os eleitores preferem, como é óbvio, um Governo mais competente a um menos competente.

Em ambos os modelos as políticas expansionistas, quer sejam monetárias (Persson e Tabellini), quer sejam orçamentais (Rogoff e Sibert), sinalizam que o Governo é mais competente. Os eleitores não conseguem observar directamente a competência e têm que inferir o tipo do Governo, não observável, a partir das suas políticas observáveis. Este, por sua vez, utiliza as medidas de política económica para sinalizar o seu tipo, a sua competência, e para se distinguir de outros tipos de governantes. Drazen (2000) realça dois aspectos cruciais na análise da competência. Em primeiro, tem de haver assimetria de informação, ou seja, o Governo deve possuir mais informação acerca da sua competência do que os eleitores, de forma a conferir sentido ao processo de sinalização. Em segundo, a competência deve apresentar alguma persistência, de forma a que a informação apreendida antes da eleição seja relevante depois da eleição⁴⁸.

A estrutura da informação é fundamental quando nos encontramos perante modelos de assimetria de informação. O Governo obtém informação sobre a sua competência mais rapidamente que os eleitores. Estes, no início do período eleitoral, não

⁴⁸ A persistência subjacente à competência legitima a racionalidade do voto retrospectivo. É racional que os eleitores observem o estado da economia no ano das eleições dado que este revela a competência do Governo.

conseguem observar a competência do Governo, observando apenas o nível do crescimento económico (ou dos impostos não distorcedores, no caso do modelo de Rogoff e Sibert). A taxa de inflação (o imposto de senhoriagem) é observada apenas no início do período seguinte – depois das eleições, no período não eleitoral⁴⁹. Assim, os eleitores vão inferir quanto à competência do Governo através da sinalização que este lhes fornece antes das eleições. De forma a sinalizar o maior nível de competência possível, o Governo vai utilizar a inflação (impostos de senhoriagem) para expandir a economia, gerando maior crescimento económico (para fornecer uma maior quantidade do bem público)⁵⁰. Depois das eleições, os eleitores observam a competência do Governo e, uma vez que não existem eleições, não há qualquer processo de sinalização e, logo, alteração nas variáveis macroeconómicas (nos instrumentos de política orçamental).

Estes modelos preconizam uma expansão económica imediatamente antes das eleições, o que se traduz em maior inflação e crescimento, e menos desemprego, por um lado, ou em maior quantidade de bens públicos fornecidos, ou maior défice orçamental, por outro. Distinguem-se, no entanto, do modelo oportunista de Nordhaus em três aspectos: (i) apenas um tipo de Governo (o mais competente) produz flutuações na economia; (ii) não existe uma recessão pós-eleitoral; e (iii) os ciclos induzidos na economia são de menor duração. Apesar de nestes modelos ser o Governo competente aquele que distorce a economia, a ideia de base é que a expansão criada na economia está apenas ao alcance dos Governos mais

⁴⁹ A observação destas variáveis com um período de desfasamento é crucial para a existência do ciclo político económico. Se a inflação ou os impostos de senhoriagem fossem directamente observáveis em cada período, a competência dos governantes seria facilmente determinada através das equações 15 ou 20, e não haveria lugar a qualquer ciclo.

⁵⁰ A propensão para o Governo distorcer a economia é apenas atenuada pelo peso relativo que atribui ao bem estar social.

competentes⁵¹. O modelo de Rogoff e Sibert, em particular, chega à conclusão de que são os governantes de competência intermédia que vão distorcer mais a economia⁵². Diversos estudos empíricos confirmam a existência de ciclos oportunistas racionais. Grier (1987), Haynes e Stone (1989, 1990), e Keil (1988) concluem que as variáveis e os instrumentos de política macroeconómica, nos EUA e no Reino Unido, evidenciam um ciclo oportunista. O mesmo padrão é encontrado por Stephan (1990) nas taxas de câmbio de diversos países europeus e da Austrália, e por Gärtner e Wellershoff (1995) nos índices bolsistas norte-americanos.

2.3.5. O Modelo Partidário Racional

Como já se referiu na secção anterior, as críticas levantadas pela teoria das expectativas racionais aos ciclos oportunistas são as mesmas que se colocam aos ciclos partidários. Os agentes, com formação racional das expectativas, ao utilizarem toda a informação disponível para antecipar a evolução económica e política, deixam de ser sucessivamente surpreendidos por flutuações cíclicas politicamente induzidas. Alesina (1987, 1988, 1989)⁵³ demonstra que o modelo partidário dos CPE de Hibbs pode coexistir com a teoria das expectativas racionais, ao assumir que esta vem combinada com uma curva de Phillips onde apenas a inflação não antecipada provoca

⁵¹ Uma interpretação alternativa é que o Governo se coloca numa situação menos favorável precisamente para demonstrar a sua competência ao repor a situação, sendo que um Governo menos competente não o conseguiria fazer.

⁵² À medida que os impostos de senhoriação, s , vão aumentando, os custos sociais a eles associados, $W(s_t)$, aumentam cada vez mais e, conseqüentemente, a utilidade dos partidos diminui na mesma proporção. Governos de baixa competência teriam de causar um grande choque de competência para terem os ganhos esperados, diminuindo muito a sua utilidade. Nos governos de competência mais elevada, por seu lado, os benefícios marginais de sinalizar mais competência não justificam a perda de utilidade associada.

⁵³ Chappel e Keech (1986), Alesina e Sachs (1988) e Alesina e Spear (1988) são também referências importantes nos ciclos partidários racionais. No entanto, Alesina é sem dúvida o grande responsável pela incorporação das expectativas racionais no modelo partidário dos CPE. É ele quem desenvolve e testa o modelo partidário racional dos CPE ao longo de toda a década de 90, acabando por se revelar como o grande impulsionador do desenvolvimento da literatura dos CPE nos últimos anos.

efeitos reais na economia. As flutuações cíclicas na inflação e desemprego ocorrem, mesmo num ambiente caracterizado por expectativas racionais, se às diferenças ideológicas partidárias aliarmos a incerteza quanto aos resultados eleitorais, e se admitirmos que os contratos salariais são assinados por períodos de tempo discreto e não são alvo de renegociação após serem conhecidos os resultados eleitorais. Desta forma, Alesina rejeita o teorema do eleitor mediano e da convergência de políticas económicas⁵⁴, alinhando pelo mesmo caminho de Hibbs ao realçar as diferenças ideológicas dos partidos, e o seu incentivo em colocá-las em prática de forma a recompensar as classes que os apoiam.

Seguindo a mesma linha de orientação das últimas secções, os pressupostos assumidos por Alesina no modelo partidário racional dos CPE são os seguintes:

P1^{IV} - Os eleitores são heterogéneos, apresentando diferentes preferências quanto aos níveis óptimos de inflação, desemprego e crescimento. Essas preferências estão na base da sua escolha entre partidos de esquerda ou de direita. Com base nelas, os eleitores votam no partido que lhes maximiza a utilidade esperada:

$$Max(u_i) = Max \sum_{t=0}^{\infty} \beta^t \left[-(\pi_t - \bar{\pi}^i)^2 + b^i y_t \right] \quad (21)$$

A primeira parte da função mostra o desvio entre a taxa de inflação observada e a taxa de inflação óptima desejada pelos eleitores. Depreende-se que as suas preferências diferem quer no nível óptimo de inflação, $\bar{\pi}^i$, quer no custo relativo da inflação em relação ao crescimento económico, b^i , traduzido na segunda parte da função. Ninguém, partidos políticos incluídos, conhece com certeza a distribuição das preferências dos eleitores.

⁵⁴ Alesina defende que a convergência das medidas de política económica é temporalmente inconsistente. Os eleitores reconhecem que os partidos têm objectivos ideológicos diferentes, nomeadamente que partidos de esquerda preferem maior crescimento e emprego, à custa de maior inflação, e os de direita preferem maior estabilidade de preços, à custa de maior desemprego. Assim, o anúncio por parte de qualquer partido de uma política oposta à sua ideologia simplesmente não é credível.

P2' - O sistema político é composto por dois partidos distintos, um no Governo e outro na oposição. Os partidos têm preferências diferenciadas quanto ao posicionamento no espectro da relação inflação-desemprego, o que os leva a optarem por políticas económicas diferentes. Partidos de esquerda preocupam-se mais com o desemprego e crescimento, em termos relativos, do que com a inflação. Ao invés, os partidos de direita preocupam-se relativamente mais com o controlo da inflação do que com o desemprego ou o crescimento. Isto é capturado através das seguintes funções de utilidade, para cada um dos partidos:

$$u^E = \sum_{t=0}^{\infty} \beta^t \left[-(\pi_t - \bar{\pi}^E)^2 + b^E y_t \right] \quad (22)$$

$$u^D = \sum_{t=0}^{\infty} \beta^t \left[-(\pi_t - \bar{\pi}^D)^2 + b^D y_t \right] \quad (23)$$

com,

$$\bar{\pi}^E \geq \bar{\pi}^D \geq 0 \quad (24)$$

$$b^E \geq b^D \geq 0 \quad (25)$$

As preferências dos partidos de esquerda e de direita são expressas, respectivamente, através das Equações (22) e (23). As Equações (24) e (25) indicam que o nível de inflação desejado e que o benefício líquido do crescimento são maiores para os partidos de esquerda do que para os de direita.

P3' - O partido no poder consegue controlar directamente a inflação.

P4 - O sistema económico é caracterizado por uma curva de Phillips aumentada de expectativas:

$$y_t = \bar{y} + \gamma(\pi_t - \pi_t^e), \quad \gamma > 0 \quad (26)$$

onde y_t é a taxa de crescimento do PIB, π_t é a taxa de inflação, π_t^e é a taxa de inflação esperada, \bar{y} é a taxa de crescimento natural e γ é um parâmetro positivo que capta a reacção dos agentes a choques na inflação.

P5' - As expectativas sobre a inflação são racionais:

$$\pi_t^e = E(\pi_t | I_{t-1}) \quad (27)$$

Em que I_{t-1} é o conjunto de informação disponível para os eleitores no fim do período $t-1$.

P6 - O momento das eleições é fixado exogenamente.

A partir destes pressupostos, Alesina (1987) estabelece um modelo de jogos repetidos onde assume que os mandatos são divididos em dois períodos: um eleitoral (t) e outro não eleitoral ($t-1$). Os agentes que determinam os salários são os primeiros a jogar, fixando no fim do período $t-1$ uma taxa de crescimento dos salários nominais para o período t igual à taxa de inflação esperada:

$$w_t = \pi_t^e = E(\pi_t | I_{t-1}) \quad (28)$$

O governante joga de seguida, fixando a inflação. Se o partido de esquerda ganha as eleições no início do período t , estabelece a inflação para o seu mandato em:

$$\pi_t = \pi_{t+1} = \bar{\pi}^E + \frac{b^E}{2} = \hat{\pi}^E \quad (29)$$

Ao invés, se ganha o partido de direita,

$$\pi_t = \pi_{t+1} = \bar{\pi}^D + \frac{b^D}{2} = \hat{\pi}^D \quad (30)$$

Como vimos anteriormente, a inflação de um Governo de esquerda é permanentemente superior à de um Governo de direita⁵⁵:

$$\hat{\pi}^E \geq \hat{\pi}^D \quad (31)$$

O ciclo político económico é gerado porque as expectativas formadas acerca da inflação dependem das expectativas sobre quem vai ganhar as eleições. Os eleitores, que formam as suas expectativas racionalmente e são prospectivos, conhecem as funções objectivo dos partidos, o que lhes permite antecipar as suas políticas, nomeadamente ao nível da inflação. Mas, apesar das políticas económicas preconizadas por cada um dos partidos serem conhecidas, os resultados eleitorais permanecem incertos, uma vez que a distribuição das preferências dos eleitores é desconhecida⁵⁶. Denotemos, então, P^E como a probabilidade do partido de esquerda vencer as eleições. A inflação esperada vem:

$$\pi_t^e = P^E \hat{\pi}^E + (1 - P^E) \hat{\pi}^D, \quad 0 < P^E < 1 \quad (32)$$

A Equação 32 indica que, antes das eleições, a inflação esperada para o primeiro período do mandato seguinte é uma média entre $\hat{\pi}^E$ e $\hat{\pi}^D$, ponderada pelas probabilidades dos respectivos resultados eleitorais. Isto significa que:

$$\hat{\pi}^E > \pi_t^e > \hat{\pi}^D \quad (33)$$

Assim, o primeiro período do mandato de um partido de esquerda no poder corresponde a um período de expansão, com inflação elevada e desemprego abaixo da taxa natural. Ao contrário, o primeiro período do mandato de um partido de direita caracteriza-se por um nível de inflação abaixo do esperado e de desemprego superior

⁵⁵ Nas equações (29) e (30), o primeiro termo representa os níveis desejados de inflação por cada um dos partidos, e o segundo representa o efeito na inflação da tentativa de se atingir um nível de crescimento económico (desemprego) maior (menor) do que a sua taxa natural. Assim, mesmo que os objectivos quanto à inflação desejada sejam iguais para ambos os partidos ($\bar{\pi}^E = \bar{\pi}^D$), a inflação num Governo de esquerda continua a ser maior em relação a um de direita desde que $b^E \geq b^D$.

⁵⁶ Este é um pressuposto crucial no modelo: existe incerteza quanto às preferências dos eleitores, o que conduz à incerteza sobre os resultados eleitorais. Se existisse certeza quanto aos resultados políticos, não haveria lugar a qualquer ciclo nas variáveis económicas, dado que os agentes racionais conseguiriam com exactidão antecipar as políticas dos governantes.

à sua taxa natural⁵⁷. Substituindo (32) em (26), isto é facilmente comprovado (em termos de crescimento económico):

$$y_t^E = \bar{y} + \gamma(1 - P^E)(\hat{\pi}^E - \hat{\pi}^D) \quad (34)$$

$$y_t^D = \bar{y} - \gamma P^E(\hat{\pi}^E - \hat{\pi}^D) \quad (35)$$

Na segunda parte do mandato, uma vez que é conhecido o partido no poder desde o primeiro período, não existe qualquer factor de incerteza no modelo pelo que todas as variáveis são antecipadas com exactidão, não existindo qualquer ciclo económico:

$$\pi_{t+1}^e = \hat{\pi}^E, \quad \text{se o partido de esquerda está no poder} \quad (36)$$

$$\pi_{t+1}^e = \hat{\pi}^D, \quad \text{se o partido de direita está no poder} \quad (37)$$

$$y_{t+1}^E = y_{t+1}^D = \bar{y} \quad (38)$$

O modelo partidário origina, então, flutuações cíclicas de curta duração no crescimento e no emprego, que se encontram acima (abaixo) dos seus valores naturais na primeira parte do mandato de um partido de esquerda (direita) – esta é, aliás, a principal diferença para o modelo partidário de Hibbs, onde as alterações nestas variáveis verificam-se ao longo de todo o mandato. Na segunda parte do mandato não existem alterações nestas variáveis em relação aos seus valores naturais. A inflação, por seu lado, é permanentemente superior em mandatos de partidos de esquerda.

Apesar das diversas publicações em que Alesina, entre outros⁵⁸, encontra evidência empírica favorável aos ciclos partidários racionais, estes têm sido alvo de algumas

⁵⁷ Suponhamos que no período $t-1$ está um partido democrata, trabalhista ou socialista (de esquerda) no poder, e que nas eleições no início de t é substituído por um partido republicano, conservador (de direita). Antes das eleições, os agentes negociam os seus contratos e, não tendo a certeza quanto ao resultado eleitoral, estabelecem um nível de crescimento salarial elevado, no caso de ganhar o partido no poder. Mesmo que a sua expectativa vá no sentido da vitória do partido de direita, os agentes mais avessos ao risco estabelecem uma taxa de crescimento salarial mais alta do que se tivessem a certeza que ele iria vencer. Desta forma, o partido de direita ao assumir o poder, seguindo as suas preferências, causa uma descida na inflação e no emprego não totalmente antecipada pelos agentes. A análise inversa é válida quando um partido de direita é substituído por um de esquerda.

⁵⁸ As mais relevantes são as de Alesina e Roubini (1992), e de Alesina, Roubini e Cohen (1997), que serão discutidas com mais detalhe na secção relativa à evidência empírica, um pouco à frente.

críticas⁵⁹. Em primeiro lugar, (i) se os agentes são racionais apercebem-se que as flutuações económicas reais em torno das eleições são de facto significativas, e tomam medidas de forma a eliminar ou, pelo menos atenuar, eventuais situações de desequilíbrio. Uma consequência natural deste comportamento racional será adiar o momento de contratação salarial para depois das eleições, ou elaborar contratos salariais condicionados aos resultados eleitorais, o que elimina qualquer flutuação económica real⁶⁰. Alesina é também criticado por (ii) não explicitar como é determinado P^E e $1 - P^E$. As probabilidades de vitória dos partidos de esquerda e de direita são um dos elementos fundamentais no modelo, e têm um papel determinante na magnitude das flutuações cíclicas induzidas pelo sector político⁶¹, o que torna a sua definição exógena uma limitação importante do modelo. Um último aspecto a ser destacado prende-se com (iii) as preferências dos partidos. Quanto mais extremadas forem as suas posições, nomeadamente quanto aos objectivos de política económica, maiores serão as flutuações económicas decorrentes da incerteza política. As diferenças partidárias neste modelo, no entanto, são simplesmente explicadas como intrínsecas ao sistema democrático. Mas a interacção partidária é na realidade bastante mais complexa, o que torna a definição dos objectivos ideológicos de cada partido num processo dinâmico. De facto, é de esperar que os partidos ajustem pontualmente a sua ideologia, e mais especificamente a definição das suas políticas óptimas, às conjunturas económicas e eleitorais com que se deparam ao longo do tempo⁶².

⁵⁹ Hibbs (1992), Snowdon e Vane (1997) e Drazen (2000) sintetizam as críticas efectuadas ao Modelo Partidário Racional.

⁶⁰ Garfinkel e Glazer (1994) encontram evidência empírica que corrobora esta crítica. Os seus resultados indicam uma clara tendência para alterar o momento de assinatura dos contratos com duração inferior a dois anos para depois dos actos eleitorais.

⁶¹ À medida que P^E se aproxima de 0 ou 1, a certeza quanto à vitória de um dos partidos aumenta, o que diminui a magnitude das oscilações económicas.

⁶² É natural um partido que quer ver o seu programa ideológico colocado em prática proceder à revisão de algumas das suas posições quando perde as eleições. Também é racional esperar que isto aconteça quando a evolução económica é desfavorável à aceitação popular recebida pelo partido no poder.

2.3.6. Algumas Extensões aos Modelos

Os modelos expostos nas quatro secções anteriores apresentam pressupostos rígidos, como a fixação exógena das eleições, a hipótese comportamental para o Governo, ou o sistema partidário bipolarizado. Nesta secção apresentamos algumas extensões em que esses pressupostos são flexibilizados.

2.3.6.1. Modelos de Interação Oportunista e Partidária

Hibbs (1992) refere, numa revisão crítica da literatura à teoria partidária, que a ideia de um modelo Oportunista e Partidário conjunto lhe parece mais premente que nunca⁶³. Os modelos oportunistas e partidários apresentados nas secções antecedentes, em que os políticos querem ser reeleitos ou têm como objectivo estabelecer a sua ideologia, respectivamente, são mutuamente exclusivos. Esta perspectiva é criticada por um conjunto de autores que defende a compatibilidade dos modelos.

Frey e Schneider (1978a, 1978b, 1979, 1981) são os primeiros a conciliar o modelo oportunista e o modelo partidário, ao estabelecerem um modelo fechado onde o comportamento político e económico é endogeneizado através da combinação das FVP com funções de reacção económica e política. Nos seus trabalhos, partem da hipótese de que qualquer partido pretende manter-se no poder, o que o leva a tentar melhorar a sua popularidade junto do eleitorado quando se apercebe que a probabilidade de ser reeleito (traduzida pelos inquéritos à popularidade) é reduzida. No entanto, se estiver confiante do sucesso nas eleições seguintes, o partido no poder

⁶³ Este autor cria posteriormente (Hibbs, 1994) um modelo dinâmico em que os objectivos do partido no poder se vão alterando ao longo do tempo. O modelo, embora Hibbs o enquadre essencialmente na teoria partidária, é perfeitamente enquadrável num modelo oportunista e partidário conjunto.

segue as suas orientações ideológicas na condução da política económica. Surge então uma nova hipótese comportamental para o Governo: qualquer partido no poder que receie perder as eleições induz de forma oportunista um choque orçamental na economia. Ao invés, no caso de ter segurança política, segue uma política económica mais ideológica. Segundo Frey e Schneider, se o nível de popularidade estiver abaixo de um determinado limite, o Governo irá alterar o sentido da política económica e estabelecer uma política expansionista de forma a melhorar a sua popularidade⁶⁴. Os autores testam as suas hipóteses para os EUA e para o Reino Unido e concluem que, por um lado, a popularidade do Governo é significativamente afectada pelo desempenho económico e, por outro, que a ideologia, as restrições económicas e o oportunismo político induzem alterações na orientação da política económica. Na conclusão mais importante ao suporte das suas hipóteses, Frey e Schneider afirmam que se houver o receio de perder as eleições seguintes, qualquer Governo irá mudar para uma política orçamental mais atractiva e popular (expansionista) junto do eleitorado. Se no entanto esse receio não existir, a política económica segue as orientações ideológicas partidárias.

Depois de Frey e Schneider outros autores tentam seguir esta linha de investigação, ao longo das décadas de 80 e 90⁶⁵. Haynes e Stone (1990) encontram evidência empírica quanto à existência de um modelo oportunista e partidário conjunto nos EUA. A mesma ilação é retirada por Alesina, Cohen e Roubini (1992), mas agora para um painel formado por países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Schultz (1995) estabelece, como hipótese, que o grau a que o Governo manipula a economia antes das eleições está negativamente relacionado com o avanço que leva nos inquéritos à popularidade. Alesina e Rosenthal (1995)

⁶⁴ Este representa a alteração da política económica por motivos eleitorais. Frey e Schneider indicam adicionalmente que a alteração da política económica por parte do Governo pode ser explicada por dois outros factores: a ideologia partidária e as restrições económicas exógenas ao Governo, como a Balança de Pagamentos.

⁶⁵ Existem também críticas a esta literatura, embora se circunscrevam essencialmente ao início da década de 80. Alt e Wooley (1982), Alt e Chrystal (1983) e Ahmad (1983) são alguns exemplos.

introduzem um factor de competência no modelo partidário, conjugando assim o modelo oportunista e partidário racional, apresentados respectivamente nas secções 2.3.4 e 2.3.5. Apesar destes trabalhos, como reconhecem Alesina, Roubini e Cohen (1997), a interacção entre os modelos oportunista e partidário é uma área ainda muito negligenciada em termos de investigação e que necessita um enquadramento formal mais aprofundado.

2.3.6.2. Eleições Endógenas

Um dos pressupostos comuns na análise efectuada aos ciclos oportunistas e partidários nas secções anteriores diz respeito à exogeneidade na data das eleições. Nesta secção esse pressuposto é abandonado, indo de encontro à realidade de diversas democracias onde as datas das eleições são parcialmente endógenas, dado que o executivo pode convocar eleições antes do período máximo entre eleições se ter extinguido.

A possibilidade de flexibilizar a marcação da data das eleições pode ter importantes reflexos sobre a literatura dos ciclos político económicos. Nos modelos oportunistas, a relação causal vai da manipulação da economia para a data das eleições: os Governos manipulam a economia de forma a tirarem proveitos próprios no momento do escrutínio. Ao permitir a marcação das eleições num intervalo de tempo, a relação causal inverte-se. O Governo não necessita de manipular a economia, pode instrumentalizar a data das eleições de forma a que ocorram num momento em que a economia se encontre exogenamente numa fase de expansão.

Ito (1990) estuda a endogeneização da data das eleições e testa-a empiricamente para o caso do Japão, entre 1955 e 1986. Recorrendo a modelos *Probit* e *Logit*, estima a probabilidade das eleições ocorrerem num determinado trimestre como uma função

da taxa de crescimento do PIB e da taxa de inflação nesse trimestre, e do período decorrente desde a eleição anterior. Conclui que, apesar do Governo japonês não manipular a economia com fins eleitorais, revela um comportamento oportunista na marcação da data das eleições. Uma taxa de crescimento elevada do PIB aumenta significativamente a probabilidade de ocorrerem eleições, enquanto taxas de inflação elevadas têm o efeito oposto. Cargill e Hutchison (1991) confirmam este resultado para o Japão, e Chowdhury (1993) para a Índia. Alesina, Cohen e Roubini (1993), por outro lado, utilizando técnicas idênticas às de Ito (1990) e um painel composto por 14 países da OCDE com datas de eleições endógenas, não encontram evidência empírica que corrobore o oportunismo político na fixação da data para as eleições.

2.3.6.3. Sistemas Multipartidários e Sistemas Ditatoriais

Os EUA e o Reino Unido, os países mais analisados pela literatura dos Ciclos Político Económicos, têm em comum o facto de possuírem sistemas políticos estáveis e democráticos. Vamos analisar de seguida dois outros casos: sistemas políticos caracterizados por mais do que dois partidos, e sistemas políticos ditatoriais.

Se definirmos um Governo estável como aquele que tem uma maioria parlamentar, a maior parte das democracias desenvolvidas possui Governos instáveis, minoritários e são caracterizadas por sistemas políticos multipartidários, que geralmente conduzem à formação de coligações governamentais. Coloca-se de imediato a questão sobre o efeito que os sistemas multipartidários exercem no ciclo económico. Bellucci (1991), analisa os dados sobre o sistema político económico italiano e conclui que a hipótese da responsabilidade deixa de se verificar. Um Governo minoritário não consegue governar da mesma forma que um Governo maioritário, e a evolução da economia não é da sua exclusiva responsabilidade. A responsabilidade fica disseminada também

entre os partidos de um Governo de coligação, daí a insolvência da hipótese da responsabilidade em sistemas multipartidários. Dois outros aspectos são realçados por Drazen (2000). Em primeiro, (i) Governos de coligação tendem a ser mais moderados, o que conduz a variações menores na política económica e, conseqüentemente, a ciclos político económicos partidários menos acentuados. Isto é motivado quer pela natureza das coligações, que dificultam o processo de decisão, quer pela composição do Governo, que varia menos de mandato para mandato. Por outro lado, (ii) os Governos de coligação apresentam menor capacidade do que Governos de um só partido para adoptar determinadas políticas económicas, o que conduz a maiores défices orçamentais e dívidas públicas mais elevadas. Drazen realça, no entanto, que estes aspectos carecem de uma base mais sólida e convincente, quer a nível empírico, quer a nível teórico.

No outro extremo surgem os regimes ditatoriais, colocando-se novamente a questão quanto à inter-relação que um sistema deste género apresenta com o sistema económico. Dos poucos estudos neste campo, destacam-se os de Lafay (1981) e Remmer (1991). Lafay (1981) analisa seis países da Europa de Leste⁶⁶ entre 1961 e 1976, período em que seguem o modelo soviético. Estabelecendo uma variável binária que assume o valor um quando há uma mudança de Ministro nestes países, Lafay conclui que esta apresenta forte correlação com a conjuntura económica, medida através de variáveis como as taxas de crescimento económico, dos preços, e dos salários reais. Remmer (1991) examina os efeitos das crises económicas nos resultados de 21 eleições realizadas em países da América Latina, entre 1982 e 1990. Nas suas conclusões, Remmer realça quatro aspectos. (i) Estas crises provocam grande instabilidade e mudança eleitoral nos países analisados; (ii) a magnitude das alterações eleitorais está directamente relacionada com a profundidade da crise observada no período pré-eleitoral, com as variações nas taxas de câmbio, PIB e inflação altamente correlacionadas com vários indicadores dos resultados eleitorais;

⁶⁶ Bulgária, República Checa, República Democrática Alemã, Hungria, Polónia e Roménia.

(iii) o impacto das oscilações económicas nos resultados eleitorais é superior nos sistemas políticos mais fragmentados; e (iv) a volatilidade económica e política não aparece relacionada com o aumento do extremismo político.

2.3.6.4. Modelo de Restrição do Sucessor

Os modelos de ciclos político económicos analisados até aqui assumem que os governantes tomam acções de forma a potenciar as suas possibilidades de se manterem no poder ou, então, de forma a colocarem em prática o seu programa ideológico⁶⁷. Pode-se levantar a questão, no entanto, sobre quais são as implicações que podem advir se o Governo tem a expectativa de não ser reeleito, de vir a ser substituído nas eleições seguintes. É sobre esta questão que nos debruçamos nesta secção.

O Governo sabe que existe uma probabilidade de ser substituído e que, se isso acontecer, o seu sucessor apresenta objectivos diferentes. Se tem a expectativa de que essa probabilidade é elevada, o Governo tem incentivo a restringir o mais possível o desempenho do seu sucessor através das medidas que toma enquanto se encontra no poder. Este incentivo é justificado quer porque o governante quer induzir o seu sucessor a seguir a política que ele próprio teria seguido se continuasse no poder, quer porque ao restringir o seu sucessor está a aumentar a probabilidade de um rápido regresso ao poder.

Persson e Svensson (1989) e Alesina e Tabellini (1990) mostram como os governantes podem adoptar este tipo de comportamento de forma estratégica, influenciando as medidas de política que são tomadas depois de terminarem os seus mandatos. Em ambos os artigos é assumido que os governantes demonstram

⁶⁷ Uma alternativa é, como se viu na secção 2.3.6.1, a conjugação de ambos os objectivos em função da percepção da popularidade do governante.

preocupação com o bem-estar social, e que apenas dispõem de impostos distorcionários para financiar quer o défice orçamental, quer a dívida pública. Isto significa que quanto maior for o nível da dívida pública, menor será o nível desejado para o défice orçamental. Os Governos, por seu lado, diferem no nível desejado de défice, com os Governos de direita a revelarem preferência por níveis de défice orçamental mais baixos que os Governos de esquerda. Num ambiente com estas características, um Governo de direita (esquerda) que receie ser substituído por um de esquerda (direita), tem o incentivo de contrair um nível superior (inferior) de dívida pública durante o seu mandato, induzindo o seu sucessor a definir um nível de défice orçamental inferior (superior) ao que estabeleceria no caso de encontrar, como seria de esperar, um nível de dívida pública mais baixo. Adicionalmente, quanto maior for o fosso ideológico entre o incumbente e o seu sucessor, maior será o nível de dívida pública contraído.

2.3.7. Evidência Empírica dos CPE

Os testes empíricos mais significativos aos diversos modelos, oportunista e partidário, com e sem expectativas racionais, foram apresentados à medida que se fazia a exposição de cada um deles. O objectivo desta secção é, em primeiro lugar, sistematizar esses resultados empíricos numa perspectiva comparativa entre os modelos. Um segundo objectivo visa analisar alguns resultados empíricos para o caso português.

De entre os estudos mais recentes, Alesina, Roubini e Cohen (1997)⁶⁸ apresentam, de forma simples e abrangente, testes empíricos a cada um dos modelos, aplicados aos

⁶⁸ Existem diversos estudos que testam empiricamente os modelos. Nesta publicação os autores realizam essa sistematização dos testes empíricos numa perspectiva comparada, pelo que será utilizada para a exposição desta secção. Esta é também a última versão dos testes empíricos realizados pelos autores,

EUA entre 1947 e 1994, e a um painel de 18 países da OCDE⁶⁹, para o período compreendido entre 1960 e 1993. Os testes realizados procuram responder a questões como saber se (i) os governantes manipulam a economia antes das eleições de forma a maximizarem a probabilidade de reeleição, (ii) se existem diferenças sistemáticas nos resultados económicos entre os Governos de direita e os de esquerda, ou (iii) se essas diferenças, a existir, são temporárias ou permanentes. Para esse efeito, estabelecem uma regressão em que utilizam como variável dependente variáveis económicas (y_t) que, depois de controlada a sua componente autoregressiva ($\phi(L)y_t$), são explicadas por um conjunto de outras variáveis económicas (γ_t), e por um conjunto de variáveis binárias políticas ($\alpha BPol_t$). A regressão assume a forma seguinte:

$$y_t = \beta_0 + \phi(L)y_t + \gamma_t + \alpha BPol_t + e_t \quad (39)$$

Os testes são realizados não apenas ao nível da actividade económica, medida pelo crescimento económico, o desemprego e a inflação, mas também aos instrumentos de política económica monetária (crescimento monetário e taxas de juro) e orçamental (défice orçamental e transferências)⁷⁰.

Os resultados obtidos por Alesina, Roubini e Cohen (1997) podem ser assim sumariados:

- i. Não existe evidência quanto à existência de um ciclo eleitoral no crescimento económico e no desemprego. Não há evidência empírica a demonstrar que o

encontrando-se versões anteriores em Alesina e Roubini (1992) e Alesina, Cohen e Roubini (1992, 1993).

⁶⁹ Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, EUA, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido, Suécia e Suíça.

⁷⁰ São utilizados dados de periodicidade trimestral. O crescimento económico é dado pela taxa de crescimento anual do PIB real. A taxa de inflação é a taxa de crescimento anual do Índice de Preços ao Consumidor (IPC). Em relação à taxa de desemprego, no caso dos países da OCDE é utilizada uma variável diferente, *UDIF*, na tentativa de controlar a persistência e o eventual comportamento não estacionário da variável, principalmente nos países europeus, que corresponde à diferença entre a taxa de desemprego em cada país e a taxa média de desemprego na região da OCDE. Para medir os instrumentos de política monetária são utilizados os agregados monetários *M0* (apenas nos EUA) e *M1*, para a moeda, e taxas de juro de curto e longo prazo. Para a política orçamental são utilizados a variação no stock de dívida pública e as transferências para particulares (esta apenas no caso dos EUA).

crescimento económico é mais rápido que o normal e o desemprego menor que o normal em anos eleitorais. Mas ao contrário do que acontece para os EUA, no painel de países da OCDE encontra-se evidência de um ciclo eleitoral oportunista na inflação. Observa-se um aumento da inflação nos períodos pós-eleitorais⁷¹. Este aumento é apoiado pelas políticas monetárias e orçamentais expansivas nos países da OCDE (mais uma vez, este resultado não se verifica quando se considera individualmente o caso dos EUA). Há evidência, para a amostra de países da OCDE, de um aumento no ritmo de crescimento da moeda (apesar de não se verificar o mesmo nas taxas de juro) e dos défices orçamentais nos 12 a 18 meses que antecedem as eleições.

- ii. Há evidência empírica favorável ao modelo partidário racional. Verificam-se diferenças sistemáticas nas taxas de crescimento económico e de desemprego entre os Governos de esquerda e de direita. Estas diferenças são temporárias e observam-se apenas na primeira parte dos mandatos, o que afasta os efeitos permanentes do modelo partidário sem expectativas racionais⁷². A taxa de inflação média apresenta também pequenas diferenças sistemáticas entre ambos os tipos de Governo, o que vai de encontro às implicações preconizadas pelo modelo partidário (com ou sem expectativas racionais). A evidência favorável ao modelo partidário racional é particularmente significativa nos países que possuem um sistema político bipolarizado, ou onde se encontra pelo menos uma distinção mais clara entre Governos de esquerda e de direita.
- iii. Em relação aos instrumentos de política económica, os resultados são semelhantes para os EUA, considerado individualmente, e para o painel de

⁷¹ Os autores apresentam, embora com muitas reservas, alguma evidência quanto a um ciclo oportunista em torno das eleições no crescimento económico, quando a amostra dos países da OCDE é restringida aos 8 países que possuem um sistema político bi-partidário mais claro (Alemanha, Austrália, Canadá, EUA, França, Nova Zelândia, Suécia e Reino Unido).

⁷² A regressão sobre a variável binária política que testa os efeitos partidários permanentes do modelo de Hibbs (1977) apresenta parâmetros estatisticamente significativos, mas os autores concluem que essa relação é espúria ao demonstrar que, quando a variável é dividida em duas partes, uma para a primeira parte do mandato e outra para a segunda, perde na segunda metade a significância estatística.

países da OCDE. Há diferenças sistemáticas ao nível da política monetária entre Governos de esquerda e de direita, o que é favorável ao modelo partidário racional. Governos de esquerda apresentam sistematicamente taxas de crescimento monetário e taxas de juro nominais superiores, nos primeiros trimestres dos seus mandatos, do que os Governos de direita. Adicionalmente, não se encontra evidência de efeitos partidários ao nível da política orçamental. Não há evidência empírica de que os défices orçamentais ou as transferências são sistematicamente diferentes entre os Governos de esquerda e de direita.

Cabe ainda nesta secção um espaço relativo aos estudos empíricos aplicados ao caso português. Vamos debruçarmo-nos sobre três estudos em particular⁷³, o de Costa-Gomes e Tavares (1999), o de Agria (1994) e o de Martins (2001).

Costa-Gomes e Tavares (1999) analisam a relação entre a instabilidade política e os ciclos económicos, através das alterações nas políticas monetária e orçamental⁷⁴, em dois períodos consecutivos da história portuguesa, o período que marca o fim da Monarquia (1895-1910) e o período da Primeira República (1910-1926). Os autores concluem que (i) a instabilidade política causou instabilidade monetária e orçamental, e que (ii) a instabilidade monetária causou instabilidade política (não encontram evidência de que a instabilidade orçamental tenha contribuído para a instabilidade política). As influências mútuas exercidas entre o sector político e o monetário representam, segundo Costa-Gomes e Tavares, o motivo que levou ao fim da Primeira República Portuguesa.

Agria (1994) testa o modelo partidário e oportunista no investimento público em construção civil, em Portugal, entre 1974 e 1992. Para medir o investimento público

⁷³ Os resultados do estudo de Veiga (1998) já foram apresentados na secção 2.2.3.

⁷⁴ Para medir a instabilidade política utilizam três variáveis, o número de alterações no Governo, o número de alterações no cargo de Ministro das Finanças, e o número de alterações não constitucionais no Governo. Para indicadores da política orçamental, utilizam taxas de crescimento reais das despesas públicas, das receitas públicas e da dívida pública. Como indicadores da política monetária são usados a taxa de inflação e a taxa de crescimento real do PIB.

em construção civil utiliza três variáveis: a formação bruta de capital fixo, as adjudicações e as promoções de obras públicas. Agria conclui que, nos 18 Governos que abrangem o período estudado, é possível observar-se um sobreaquecimento do investimento público na construção civil nos períodos pré-eleitorais, e um claro arrefecimento desse investimento imediatamente após as eleições. Agria destaca também que este comportamento se verifica independentemente do perfil ideológico do Governo, pelo que rejeita as hipóteses do modelo partidário.

Por último, Martins (2001) analisa dados trimestrais, entre o primeiro trimestre de 1977 e o segundo de 2000, relativos às taxas de crescimento do PIB, de inflação, de desemprego, bem como diversos instrumentos da política monetária e orçamental⁷⁵, para testar ambos os modelos dos ciclos políticos económicos. Martins rejeita os efeitos partidários sobre as séries que analisa, e encontra evidência empírica de efeitos oportunistas apenas na taxa de desemprego e no agregado monetário L1.

2.3.8. Os CPE no Poder Local

A maior parte das publicações sobre os CPE utiliza como unidade de estudo por excelência o poder central. Existe, no entanto, um razoável número de estudos que analisam os CPE no poder local, traduzido por unidades de estudo regionais ou municipais. Nesta secção, e dado que o trabalho empírico deste estudo utiliza dados económicos e políticos ao nível dos municípios, é sobre estes estudos que nos iremos debruçar.

De entre os trabalhos existentes, Rosenberg (1992) é pioneiro a modelizar um enquadramento formal dos CPE ao nível do poder local, mais especificamente ao nível

⁷⁵ Os agregados monetários M1 e L1, a taxa de juro de 181 dias a 1 ano praticada pelas instituições de crédito, as taxas de crescimento das despesas orçamentais e das receitas orçamentais, e o rácio do défice orçamental para o PIB.

da administração municipal⁷⁶. Utilizando a base microeconómica como ponto de partida, através da maximização bem-estar individual, Rosenberg apresenta uma nova fundamentação para a existência de CPE, em particular nas políticas orçamentais. O ciclo político orçamental emerge a partir da preocupação do governante com o seu próprio bem-estar em caso de derrota eleitoral. Rosenberg considera que os incumbentes teriam um comportamento irracional se tivessem como único objectivo maximizar a sua reeleição. Na realidade eles têm naturais preocupações, que os levam a adaptar as suas expectativas e comportamento, a partir do momento em que a possibilidade de derrota eleitoral é reconhecida. Tudo isto atinge maiores proporções quando se fala do poder local, em que uma parte significativa dos incumbentes não consegue ser reeleito. É natural, assim, os governantes racionais preocuparem-se com o seu bem-estar, em especial com o rendimento alternativo (obtido no sector privado ou outras fracções do sector público), ao definirem as suas políticas orçamentais. A utilidade esperada pós-eleitoral do governante é formulada antes das eleições, e é uma função da vitória ou derrota nas eleições.

O modelo considera dois períodos, com as eleições a ocorrer no ponto intermédio entre ambos. A restrição orçamental do Governo Local é:

$$g_1 + g_2 = t \tag{40}$$

em que g_i representa as despesas no momento i , e t o nível de impostos (que traduzem as receitas) do mandato. O governante escolhe o nível de despesas no início de cada período, e a sua utilidade é uma função dessas despesas, $v(g_1)$ e $v(g_2)$, e do rendimento periódico alternativo (y) em caso de derrota eleitoral, $x(y)$. Representando por π a probabilidade do governante ser reeleito, a sua utilidade (u) vem,

$$u = v(g_1) + \pi v(g_2) + (1 - \pi)x(y) \tag{41}$$

⁷⁶ Baleiras (1997) e Baleiras e Santos (2000) desenvolvem posteriormente modelos muito similares ao de Rosenberg (1992).

A avaliação realizada pelos eleitores, prospectivos e racionais, do desempenho do governante é traduzida através de um índice de satisfação pública (s), que depende dos níveis de despesa com o fornecimento de serviços, da sua alocação intertemporal, $w(g_1)$ e $w(g_2)$, e do nível de impostos $h(t)$,

$$s = w(g_1) + w(g_2) - h(t), \quad \text{com } w' > 0, w'' < 0, h' > 0, h'' > 0 \quad (42)$$

A probabilidade de reeleição, por sua vez, depende do índice de satisfação pública com o desempenho do governante enquanto no poder, bem como de outros atributos pessoais do candidato. Temos então,

$$\pi = \bar{\pi} + p(s), \quad \text{com } p' > 0 \quad (43)$$

O rendimento alternativo do governante, em caso de derrota eleitoral, uma vez que dentro do eleitorado também se encontram os empresários, é igualmente uma função da avaliação do seu desempenho,

$$y = y(s), \quad \text{com } y' > 0 \quad (44)$$

O problema do governante é, desta forma, definir o nível de despesas em cada um dos períodos, g_1 e g_2 . Para definir a alocação intertemporal das despesas, o governante deve maximizar a sua função de utilidade intertemporal,

$$\begin{aligned} \text{Max}_{g_1, g_2} \quad & u = v(g_1) + \pi v(g_2) + (1 - \pi)x(y) \\ \text{s.a.} \quad & \begin{cases} \pi = \bar{\pi} + p(s) \\ y = y(s) \\ s = w(g_1) + w(g_2) - h(t) \\ g_1 + g_2 = t \end{cases} \end{aligned} \quad (45)$$

A solução deste problema de maximização indica que o governante vai induzir um ciclo orçamental em torno das eleições, com $g_1^* > g_2^*$. Ao ponderar a possibilidade de perder as eleições, o governante é induzido a descontar a utilidade futura esperada de permanecer no poder de acordo com as suas perspectivas de ser reeleito. Desta forma, as despesas pós-eleitorais conferem apenas uma utilidade marginal

descontada e probabilística, enquanto as despesas do período pré-eleitoral conferem a totalidade da utilidade marginal ao governante, pelo que este escolherá sempre um nível de despesas no período pré-eleitoral superior às do período pós-eleitoral.

A partir destes resultados, Rosenberg levanta duas hipóteses: (i) as despesas pré-eleitorais dos municípios excedem as despesas pós-eleitorais; e (ii) há maior assimetria intertemporal nas despesas se o incumbente decide não se recandidatar. Esta segunda hipótese viola claramente a abordagem tradicional dos CPE na qual um incumbente, ao não se recandidatar, não tem qualquer incentivo para provocar um ciclo eleitoral nas despesas. Rosenberg testa estas hipóteses num painel composto por 10 cidades israelitas entre 1964 e 1982. Conclui que ambas se verificam. Em períodos pré-eleitorais as despesas do Governo Local desviam-se cerca de 20% dos seus valores normais, e que a diferença nas despesas entre os dois tipos de governantes (que se recandidatam ou não) é grande e significativa.

Pommerehne (1978) analisa o modelo partidário nos municípios suíços e conclui que não existem quaisquer efeitos partidários a esse nível. Abrams e Dougan (1986) encontram evidência de que os Estados americanos governados por um Governador de esquerda apresentam um nível de despesas relativamente superior. Blais e Nadeau (1992) estendem a análise a 10 províncias do Canadá e observam que os Governos regionais apresentam comportamentos ideológicos e oportunistas em simultâneo. Governos de direita efectuam despesas menores, e ambos os tipos de Governo aumentam as despesas (e o défice) em anos eleitorais. Alt e Lowry (1994) mostram que a definição dos orçamentos (e, principalmente, a sua instabilidade) dos Estados Norte Americanos depende do grau de coesão dos Governos, das instituições e da ideologia do partido no poder. O Partido Democrático apresenta um nível desejado de despesas superior ao do Partido Republicano. Mostram ainda que governos divididos têm maior dificuldade em eliminar os défices orçamentais, e que os Governos estaduais reagem mais rápido a choques quando têm de seguir regras quanto ao orçamento. Ibrahim (1994) analisa a relação entre as despesas e a filiação partidária

dos Governos regionais do Reino Unido. Conclui que os Governos regionais de esquerda gastam mais que os de direita. Poterba (1994) analisa os Governos dos Estados americanos e chega a conclusões idênticas às de Alt e Lowry (1994). Seitz (2000) desenvolve e testa um modelo para as despesas orçamentais dos Governos subnacionais da Alemanha, e conclui que as variações nas despesas são justificadas essencialmente pelas diferenças no desempenho económico de cada região, e não pelas diferenças ideológicas dos seus Governos. Allers, De Haan e Sterks (2001) analisam os efeitos partidários sobre a definição da carga fiscal local nos municípios holandeses. Concluem, primeiro, que os municípios liderados por Governos de esquerda apresentam uma maior carga fiscal e, segundo, que os Governos de coligação apresentam uma carga fiscal menor. Galli e Rossi (2002), tal como Seitz (2000), não encontram ciclos ideológicos nas despesas (totais e desagregadas) dos Estados alemães, mas encontram evidência favorável aos ciclos oportunistas, ao observarem que as despesas e os défices orçamentais são inferiores em anos não eleitorais. Por fim, Pettersson-Lidbom (2001, 2003) estuda os CPE nos Governos locais da Suécia, nomeadamente no uso estratégico do endividamento, nas despesas e nos impostos. Conclui que (i) os Governos de direita acumulam mais dívidas quando se deparam com maior probabilidade de derrota eleitoral, e que (ii) existem ciclos eleitorais significativos quer nas despesas quer nos impostos.

Em Portugal, os CPE são testados ao nível do Poder Local por Marta (2000), Baleiras e Costa (2001), Coelho e Veiga (2001) e Veiga e Veiga (2004c). Marta (2000) testa os modelos partidário e oportunista num painel de 24 municípios portugueses entre os anos de 1977 e 1997⁷⁷. Conclui que existe evidência de um ciclo político nas despesas de capital municipais, em torno das datas eleitorais (embora as suas conclusões pareçam vagas neste aspecto, Marta refere não haver qualquer evidência favorável à existência de ciclos partidários nas despesas de capital). Baleiras e Costa (2001) testa

⁷⁷ A variável dependente são as despesas de capital reais *per capita*. Tal como Baleiras (2001), para além das variáveis binárias políticas Marta (2000) utiliza como variável independente as transferências de capital reais *per capita*.

o seu modelo num painel de 30 municípios de Portugal continental, entre os anos de 1977 e 1993⁷⁸. Os resultados obtidos evidenciam despesas de investimento reais per capita superiores no período pré-eleitoral, relativamente às mesmas despesas no período pós-eleitoral. Veiga e Coelho (2001), numa versão preliminar do trabalho empírico apresentado nesta monografia, mostram a ocorrência de ciclos oportunistas nas despesas de capital dos 84 municípios que constituem a NUTs II do Norte de Portugal. Veiga e Veiga (2004c) testam os CPE na política orçamental dos 278 municípios de Portugal continental, entre 1979 e 2000⁷⁹. Concluem que se verificam ciclos oportunistas, sobretudo nas componentes de despesa mais visíveis para o eleitorado, como “Viadutos, arruamentos e obras complementares”, ou “Viação rural”.

⁷⁸ Baleiras utiliza como variável dependente as despesas totais de investimento reais *per capita*. Para além das variáveis binárias políticas, inclui como variável explicativa as transferências de capital reais *per capita*.

⁷⁹ Os autores correm as regressões sobre o saldo orçamental, as despesas totais, despesas de capital, as despesas de investimento, e os diversos componentes das despesas de investimento. As variáveis são medidas em termos reais e *per capita*.

3. Os CPE e o Poder Local: Aplicação ao Caso Português

O objectivo deste capítulo é testar os modelos Oportunista e Partidário dos CPE ao nível dos municípios portugueses, quer no que diz respeito aos instrumentos de política, testando os CPE nas rubricas das despesas orçamentais dos municípios, quer em relação aos resultados económicos, caso em que os testes são realizados sobre o emprego em cada município. Os autarcas portugueses pensam primordialmente na sua reeleição, são oportunistas e instrumentalizam os orçamentos municipais tentando influenciar a evolução da economia local, nomeadamente o emprego, de forma a conseguirem resultados eleitorais mais favoráveis? A forma como os orçamentos dos diferentes municípios são conduzidos e o desempenho da economia local traduzem as diferenças ideológicas entre os autarcas de esquerda e os de direita? Para procurar responder a estas questões, serão analisadas as diversas componentes das despesas municipais e a taxa de crescimento do emprego de um painel composto pelos 86 municípios que constituem Região Norte, de acordo com a classificação da Nomenclatura de Unidades Territoriais, nível II⁸⁰, entre os anos de 1979 e 2000 no caso das despesas municipais, e entre 1985 e 2000 no caso do emprego.

Depois de na secção seguinte se realizar se enquadrar a realidade portuguesa no que à organização político-administrativa e ao financiamento das autarquias locais diz respeito, na secção 3.2 é apresentada a descrição dos dados utilizados na aplicação empírica. Na secção 3.3. é descrito o modelo, as variáveis e os métodos de estimação utilizados. A secção 3.4. apresenta os resultados empíricos, quer em relação às finanças municipais (instrumentos de política), quer em relação ao emprego

⁸⁰ A NUTs II do Norte apenas contempla 86 municípios a partir de 1998 (1999, para efeitos do painel de dados utilizado), altura em que são criados os municípios da Trofa e de Vizela. O município da Trofa é instituído pela Lei 83/98, de 14 de Dezembro, e incorpora freguesias antes pertencentes ao concelho de Santo Tirso. O município de Vizela é instituído pela Lei 63/98, de 1 de Setembro, e incorpora freguesias antes pertencentes aos concelhos de Guimarães, Lousada e Felgueiras. O Quadro 1 do Anexo III contém a lista dos municípios pertencentes à NUTs II do Norte.

(resultados económicos). Por fim, na secção 3.5 são sintetizadas as principais ilações dos resultados obtidos.

3.1. Organização Político-Administrativa e Financiamento das Autarquias Locais em Portugal

Um objectivo desta monografia é testar a teoria dos CPE ao nível do Poder Local. Assume toda a relevância, então, perceber o que é, como está organizado e como funciona o Poder Local em Portugal. Esta secção procura dar uma perspectiva do sistema político e administrativo português, dos seus órgãos de soberania e, em particular, enquadrar as Autarquias Locais e o seu sistema de financiamento no âmbito do Poder Administrativo Central e Local português.

3.1.1. O Sistema Político e Administrativo Português

O golpe de Estado pacífico de 25 de Abril de 1974 restabeleceu a democracia em Portugal e colocou um ponto final ao regime ditatorial do *Estado Novo* que durava desde 1926. Seguiram-se seis Governos Provisórios nos dois anos subsequentes, até à entrada em vigor da nova Constituição, em 25 de Abril de 1976, ocorrendo no mesmo dia eleições para a Assembleia da República. O I Governo Constitucional entra em funções em 23 de Julho de 1976, liderado por Mário Soares e nomeado pelo então Presidente da República General Ramalho Eanes. Inicia-se aqui uma fase de grande instabilidade política, caracterizado por sete Governos minoritários e dois de coligação (Aliança Democrática e Bloco Central), que culmina com o fim do primeiro Governo de

Cavaco Silva, em 1987⁸¹. De então para cá há uma nova fase de maior estabilidade política, com dois Governos de maioria absoluta, liderados por Cavaco Silva, seguidos pelos dois Governos de António Guterres que, embora minoritários, estão muito próximos da maioria absoluta. As Eleições Autárquicas de 2001 acabam por criar uma excepção a esta estabilidade, ao conduzirem à demissão de António Guterres e consequente substituição pelo actual Primeiro Ministro, Durão Barroso, que encabeça um Governo de coligação maioritário.

A República Portuguesa é uma democracia representativa, possuindo um sistema eleitoral que se estende pelo sufrágio de dois órgãos de soberania, o Presidente da República e a Assembleia da República. São ainda elegíveis as assembleias legislativas regionais da Madeira e dos Açores, os órgãos das Autarquias Locais e os deputados ao Parlamento Europeu. A Constituição de 1976 e consequentes revisões reconhecem, como órgãos de soberania do Estado, o Presidente da República, a Assembleia da República, o Governo e os Tribunais.

O Presidente da República é o Chefe de Estado, o órgão máximo do país. É eleito por maioria absoluta e sufrágio universal, directo e secreto, e compete-lhe garantir a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas. De entre as suas funções destacam-se o poder de convidar o partido vencedor das eleições a formar Governo, de convocar eleições antecipadas, nomear e exonerar o Primeiro Ministro, dissolver a Assembleia da República, ou de promulgar e mandar publicar os diplomas legais e exercer o direito de veto sobre estes.

A Assembleia da República é o órgão representativo de todos os cidadãos portugueses e é composta actualmente por 230 deputados, eleitos por sufrágio universal, directo e secreto, organizados pelos grupos parlamentares dos partidos políticos ou coligações a que pertencem. Cabe-lhe essencialmente a função

⁸¹ Os Quadros 1 e 2 do Anexo II sintetizam os resultados eleitorais para a Presidência e Assembleia da República.

fiscalizadora (ao velar pelo cumprimento da Constituição e das leis e apreciar os actos do Governo e da Administração) e legislativa, podendo legislar em todos os domínios, com excepção do que concerne à organização e funcionamento do Governo. No âmbito das suas funções políticas e sobre outros órgãos de soberania, compete à Assembleia da República aprovar as leis das grandes opções do Plano e do Orçamento de Estado, apreciar o programa do Governo e votar moções de confiança e de censura ao Governo.

Ao Governo competem as funções política, legislativa e administrativa, constituindo o órgão superior da administração pública a quem cabe a condução da política geral do país. É da sua responsabilidade definir as linhas gerais da política governamental, aprovar as propostas de lei e de resolução e os decretos-lei, e os actos do Governo que envolvam aumento ou diminuição das receitas ou despesas públicas. É constituído pelo Primeiro-Ministro, pelos Ministros e pelos Secretários de Estado e Subsecretários de Estado, e pode incluir um ou mais Vice-Primeiros-Ministros. O Primeiro-Ministro dirige a política geral e o funcionamento do Governo, coordenando e orientando as acções de todos os Ministros.

Por fim, os Tribunais são os órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo. São independentes e apenas obedecem à lei, devendo assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

Existem ainda dois órgãos de poder político que não são órgãos de soberania nacional: as Regiões Autónomas e as Autarquias Locais. Em Portugal as últimas foram consagradas constitucionalmente em 1976. De acordo com a Constituição da República Portuguesa, a organização democrática do Estado compreende a existência de Autarquias Locais, sendo estas pessoas colectivas de população e território dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das respectivas populações.

A actual organização democrática das Autarquias Locais portuguesas é relativamente recente. A democracia ao nível local foi inaugurada em 1977, com a realização das

primeiras eleições autárquicas (o Quadro 3 apresenta os momentos eleitorais para as Autarquias Locais). Em 1977 e 1979 foram publicados dois diplomas fundamentais para o poder local: a primeira Lei das Autarquias Locais e a primeira Lei das Finanças Locais⁸². As instituições das Autarquias Locais e, em particular, dos municípios, são homogêneas e reguladas pelo mesmo regime financeiro.

Quadro 3. Datas das Eleições Autárquicas.

Data das Eleições
12 de Dezembro de 1976
16 de Dezembro de 1979
12 de Dezembro de 1982
15 de Dezembro de 1985
17 de Dezembro de 1989
12 de Dezembro de 1993
14 de Dezembro de 1997
16 de Dezembro de 2001

Fonte: Comissão Nacional de Eleições.

No continente, as Autarquias Locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas, estas últimas ainda por instituir. As suas competências⁸³ encontram-se associadas à satisfação das necessidades das respectivas comunidades respeitando, nomeadamente, ao desenvolvimento sócio-económico, ao ordenamento do território, ao abastecimento público, ao saneamento básico, à saúde, à educação, à cultura, ao ambiente e ao desporto.

Por seu lado, os órgãos das Autarquias Locais compreendem as Assembleias de Freguesia, as Assembleias Municipais e as Câmaras Municipais. A eleição da Câmara Municipal é simultânea com a da Assembleia Municipal, salvo no caso de eleição suplementar. A Câmara Municipal, constituída por um presidente (o primeiro candidato da lista mais votada) e por um número de vereadores proporcional à população do município, é o órgão executivo colegial do município eleito pelos cidadãos residentes

⁸² Lei n.º 1/79. Em 1981, foi publicada a primeira Lei das Associações de Municípios de Direito Público e, em 1984, foram delimitadas as competências da administração central e da administração local em matéria de investimentos, através da 2ª Lei das Finanças Locais (Decreto de Lei n.º 98/84, de 29 de Março). Esta foi ainda revista por duas vezes, a primeira em 1987 (Lei n.º 1/87, de 6 de Janeiro) e a segunda em 1998 (Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto).

⁸³ A Lei n.º 159/99 tutela a transferência de atribuições para as Autarquias Locais.

na sua área, de acordo com o sistema de representação da média mais alta de Hondt. A Assembleia Municipal é o órgão deliberativo do município, destacando-se de entre as suas funções a capacidade de, sob proposta da Câmara Municipal, estabelecer taxas municipais, fixar anualmente o valor da taxa de contribuição autárquica⁸⁴, ou autorizar o lançamento de derramas para reforço da capacidade financeira (Decreto de Lei n.º 701-A/76, de 29 de Setembro). A Câmara Municipal é sem qualquer dúvida o órgão mais importante das Autarquias Locais, não só porque é o responsável pela gestão económica e financeira dos municípios, mas também porque ao longo dos anos tem assumido um peso determinante na globalidade das receitas e despesas financeiras ao nível das Autarquias Locais. Das suas funções destacam-se, pelo significado e importância de que se revestem, a elaboração das opções do plano e da proposta de orçamento e consequente submissão a aprovação por parte da Assembleia Municipal, bem como a sua execução depois de aprovadas.

3.1.2. O Financiamento das Autarquias Locais

A análise sobre o financiamento e o processo orçamental das Autarquias Locais é realizado em Baleiras (1998) e Carvalho (1994). A autonomia é um dos princípios fundamentais subjacente às Autarquias Locais. Estas possuem pessoal, património e finanças próprios, competindo a sua gestão aos respectivos órgãos, razão pela qual a função do Estado em relação à gestão patrimonial e financeira dos municípios e das freguesias é meramente inspectora, encontrando-se assim salvaguardada a autonomia do poder local. De facto, as autarquias dispõem de liberdade para elaborarem e aprovarem os seus próprios orçamentos e planos de actividades sem necessidade de autorização por parte da Administração Central. No entanto, o

⁸⁴ Substituída pelo Imposto Municipal sobre Imóveis na Reforma Fiscal de 2003, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 278/2003 de 12 de Novembro.

comportamento orçamental das Autarquias Locais desenrola-se num ambiente apertado, limitado por regras impostas pela Administração Central que têm por objectivo final o saneamento financeiro do poder local. Com efeito, a liberdade que as autoridades locais possuem para estabelecer os seus próprios orçamentos apresenta-se substancialmente condicionada por regras através das quais o Estado procura impor os limites dentro dos quais os orçamentos devem ser construídos.

Uma primeira restrição refere-se ao saldo corrente, uma vez que não é permitido a qualquer autarquia, para um determinado ano, possuir uma despesa corrente que ultrapasse a receita corrente. Adicionalmente, o recurso ao endividamento por parte das Autarquias Locais, através de empréstimos bancários convencionais e empréstimos obrigacionistas, encontra-se limitado superiormente na Lei das Finanças Locais (apesar da última lei de 98 conceber um alargamento do regime de crédito, por exemplo permitindo que as freguesias possam a partir de então recorrer ao crédito de curto prazo).

Relativamente às receitas⁸⁵, as categorias de receitas às quais as autarquias podem aceder encontram-se também elas legalmente determinadas na Lei das Finanças Locais. No quadro da repartição dos recursos públicos, para além de disporem de receitas próprias, as Autarquias Locais beneficiam ainda de receitas provenientes dos subsídios da União Europeia e dos impostos do Estado. As transferências da Administração Central e da UE, em particular as de capital, têm constituído, ao longo dos anos, a principal fonte de receita para o poder local, apresentando-se como o principal meio de financiamento das despesas de capital, nomeadamente as de investimento. O Quadro 4 mostra precisamente a relação entre as transferências de capital, as despesas de capital e as receitas de capital.

⁸⁵ O Quadro 2 do Anexo III apresenta uma sucinta descrição discriminada das receitas e das despesas municipais.

Quadro 4. Peso da Transferências de Capital nas Receitas e Despesas de Capital Totais dos Municípios Portugueses: 1986-2001 (milhões de contos).

	(1) Transferências de Capital	(2) Receitas de Capital	(3) Despesas de Capital	(1) / (2)	(1) / (3)
1986	36,85	46,88	56,63	78,60%	65,07%
1987	46,08	57,75	76,04	79,79%	60,60%
1988	51,55	69,56	103,79	74,11%	49,67%
1989	67,04	96,55	135,07	69,44%	49,63%
1990	83,03	117,96	148,85	70,39%	55,78%
1991	124,30	169,33	198,26	73,41%	62,70%
1992	146,22	202,51	244,51	72,20%	59,80%
1993	154,47	215,96	265,09	71,53%	58,27%
1994	142,88	203,00	235,40	70,38%	60,70%
1995	148,58	199,43	243,55	74,50%	61,01%
1996	185,23	242,72	302,49	76,31%	61,24%
1997	241,91	343,33	425,61	70,46%	56,83%
1998	242,4	354,89	443,91	68,3%	54,61%
1999	265,8	378,59	490,19	70,21%	54,22%
2000	250,74	373,27	538,47	67,17%	46,57%
2001	311,64	505,58	625,53	61,64%	49,82%

Fonte: Ministério do Planeamento e da Administração do Território e Direcção Geral das Autarquias Locais.

Ao nível das receitas próprias destacam-se os impostos municipais, cujos parâmetros se encontram estabelecidos, uma vez mais, pela Assembleia da República (apesar de haver duas pequenas excepções, quanto à contribuição autárquica⁸⁶ e derrama sobre o Imposto sobre os Rendimentos Colectivos (IRC), estas componentes possuem mesmo assim um reduzido impacto sobre as receitas totais dos municípios).

Por outro lado, as principais alterações introduzidas por cada nova Lei das Finanças Locais traduziram-se essencialmente na forma de estabelecer as transferências da Administração Central para as Autarquias Locais. No período em estudo, a principal transferência do Estado para as autarquias foi o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF). O montante anual do FEF está indexado ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), variando na mesma proporção que o IVA determinado anualmente pelo Orçamento Geral do Estado, e a quota atribuída a cada município resulta de uma fórmula estabelecida à partida pela Administração Central na Lei das Finanças Locais⁸⁷. Na última Lei da Finanças Locais, de 1998, o FEF foi substituído por dois

⁸⁶ Substituída pelo Imposto Municipal sobre Imóveis (ver nota 83).

⁸⁷ O FEF é calculado em cada ano pela fórmula seguinte:

$$FEF_n = FEF_{n-1} \times \frac{IVA_n}{IVA_{n-1}}$$

outros tipos de transferência: (1) o Fundo Geral Municipal (FGM), destinado a dotar os municípios de meios necessários ao funcionamento e investimento; e (2) o Fundo de Coesão Municipal (FCM), que incorpora as verbas destinadas a corrigir as assimetrias regionais, com base nos Índices de Carência Fiscal (ICF) e de Desigualdade de Oportunidades (IDO) (foi ainda instituída uma terceira transferência, o Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF))⁸⁸. No entanto, o período analisado neste artigo é abrangido essencialmente pela vigência da Lei das Finanças Locais de 1987, em que o FEF representa a principal transferência do Estado para as autarquias.

Os Fundos Estruturais são outra fonte de financiamento, consistindo em transferências da União Europeia para os orçamentos públicos nacionais cujo objectivo é promover a acumulação de capital nos Estados-membros⁸⁹. Do ponto de vista nacional, o montante global destes fundos de participação Comunitária nos investimentos dos Estados-membros estão fixados no Quadro Comunitário de Apoio (QCA). A forma como este montante é distribuído pelas diversas autarquias é determinada por uma agência central no âmbito das orientações estabelecidas pelo QCA. Os montantes que cada autarquia recebe dos Fundos Estruturais vai depender da sua capacidade de apresentação de projectos de investimento elegíveis. Contudo, a utilização dos Fundos Estruturais está sujeita a duas condições definidas pela União Europeia, a elegibilidade e a adicionalidade. A primeira limita a variedade de bens passíveis de beneficiarem de um subsídio estrutural, uma vez que os Fundos Estruturais apenas participam na aquisição de bens de capital (físico e humano), para além de que só os tipos de capital expressos no QCA podem ser objecto de candidatura. Por sua vez, a adicionalidade significa que os fundos comunitários apenas se vêm adicionar aos

em que n é o ano a que se refere o Orçamento de Estado, IVA_n é o valor do Imposto sobre o Valor Acrescentado previsto no Orçamento do Estado para esse ano e IVA_{n-1} é o valor do Imposto sobre o Valor Acrescentado previsto no Orçamento do Estado do ano anterior. A percentagem exacta é indicada anualmente pela Assembleia da República na Lei do Orçamento.

⁸⁸ Os municípios têm direito a uma participação em impostos do Estado equivalente a 30,5% da média aritmética simples da receita proveniente dos Impostos sobre o Rendimento das pessoas Singulares (IRS), sobre o Rendimento das pessoas Colectivas (IRC) e sobre o Valor Acrescentado (IVA). Dessa participação, 24% destina-se ao FGM e 6,5% ao FCM.

⁸⁹ Geralmente revestem-se da forma de subsídios a fundo perdido destinados a financiar determinados investimentos, embora raramente cheguem a financiar a sua totalidade.

recursos públicos nacionais no financiamento da despesa total de investimento, pelo que a despesa nos bens elegíveis das autoridades nacionais não pode ser inferior à que era realizada antes da atribuição dos subsídios comunitários.

Desta forma, dado que as receitas apresentam limites legislados e existindo regras apertadas a seguir quanto ao saldo corrente e ao endividamento por parte das autarquias, a despesa total encontra-se também ela, indirectamente, condicionada. Não podemos esquecer, apesar de tudo, que os limites impostos pela Administração Central, embora estreitos, conferem sempre alguma margem de manobra aos municípios. É de destacar, em especial, que são os municípios a estabelecer o seu próprio orçamento, é ao município que cabe a responsabilidade quanto à decisão sobre os investimentos tão diversos como o equipamento rural e urbano, rede de transportes e comunicações, cultura, tempos livres e desporto, saúde... Não podemos esquecer também que o Presidente da Câmara acumula em si competências decisivas, como a escolha dos projectos a realizar e a data da sua execução. Podemos com legitimidade afirmar, dada uma determinada dotação orçamental para um período, que os municípios decidem como, quanto e quando gastar. A reforçar esta ideia, Barbosa (2002) defende a reformulação da actual Lei das Finanças Locais⁹⁰ por esta ser demasiado permissiva quanto à capacidade de endividamento dos municípios, dado que ao cumprir o estipulado pela Lei as autarquias podem ainda assim contrair um endividamento insustentável.

3.2. Descrição dos Dados

O painel de dados que serve de base para a análise é constituído por 86 concelhos e compreende um horizonte temporal que vai desde 1979 a 2000 (de 1985 a 2000,

⁹⁰ Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto.

quando se utilizam dados do emprego), o que corresponde a seis momentos eleitorais nas autarquias locais⁹¹. Os 86 concelhos do painel constituem a Região Norte segundo a Nomenclatura de Unidades Territoriais, nível II (NUTs II).

Os dados respeitantes às finanças municipais são obtidos através da publicação anual *Finanças Municipais*⁹², inicialmente da responsabilidade do Ministério do Planeamento e da Administração do Território e agora da Direcção Geral das Autarquias Locais. Este organismo publica regularmente informação financeira desagregada dos municípios portugueses encontrando-se, até ao momento, publicados os dados das finanças municipais até 2000⁹³ (a informação financeira é preparada a partir dos dados disponíveis nos documentos de prestação de contas dos municípios). Os dados sobre a população dos municípios são também extraídos das *Finanças Municipais*. Os dados sobre o índice de preços ao consumidor foram obtidos através da base de dados da OCDE, *OECD Statistical Compendium, Main Economic Indicators*. As séries relativas ao emprego, ao emprego por sector de actividade e ao número de empresas foram obtidas na base de dados *Quadros de Pessoal*, do Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional, do Ministério da Segurança Social e do Trabalho.

Em relação às variáveis políticas, os resultados eleitorais das Câmaras Municipais foram obtidos junto da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE).

⁹¹ Ver Quadro 3.

⁹² Direcção Geral das Autarquias Locais, *Finanças Municipais*. Lisboa, diversos números (1979-1983, 1986-2002).

⁹³ A publicação, no entanto, não foi editada nos anos de 1984 e 1985. No âmbito do projecto “Eleitores, governantes e a economia”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) (POCTI/1999/ECO/32609 e POCTI/2001/ECO/37457), os dados sobre as finanças municipais relativos a estes anos foram pedidos directamente às Câmaras Municipais, tendo sido facultados para a análise presente. O Quadro 1 do Anexo III indica que Câmaras apresentam dados sobre as finanças municipais em 1984 e 1985, dado não estarem ainda recolhidos os dados para todos os municípios.

3.3. Metodologia

O objectivo deste capítulo, como foi referido acima, é testar o impacto da conjuntura política nas finanças e no emprego dos municípios portugueses. A forma como os modelos Oportunista e Partidário se manifestam nos municípios portugueses pode ser aferida mediante dois tipos de teste. Por um lado, pretende-se verificar se os políticos locais manipulam as despesas públicas perto das eleições, de forma a sinalizarem maior competência junto do eleitorado, melhorarem os resultados da economia local, aumentarem a sua popularidade e vencerem as eleições⁹⁴. Procura-se também verificar, por outro lado, se a ideologia dos autarcas influencia o tipo de despesas realizadas, em particular se os munícipes de esquerda privilegiam determinadas categorias de despesas.

Para este efeito, foi estabelecido o seguinte modelo de base:

$$Y_{it} = \alpha_i + \phi(L)Y_{it} + \beta X_{it} + e_{it}, \quad i = 1, \dots, N; \quad t = 1, \dots, T \quad (46)$$

em que Y_{it} é a variável dependente utilizada, referente ao município i no ano t (em geral, corresponde à categoria de despesa do município i no ano t , ou à taxa de crescimento do emprego do município i no ano t), sobre a qual se vai testar o efeito das variáveis políticas. $\phi(L)Y_{it}$ representa a componente autoregressiva da variável dependente, cuja ordem é definida em cada regressão. X_{it} é um vector que corresponde ao conjunto de variáveis explicativas, políticas e de controlo, utilizadas no modelo⁹⁵.

⁹⁴ Relativamente aos instrumentos, os modelos dos CPE admitem que o comportamento oportunista dos governantes pode verificar-se não só ao nível das despesas públicas mas também das receitas. Apesar disso, o facto dos autarcas portugueses manipularem com maior facilidade as despesas municipais e de haver maior rigidez nas receitas leva à concentração da análise nas despesas.

⁹⁵ As duas secções seguintes debruçam-se sobre as variáveis dependentes e independentes, respectivamente. A especificação do modelo, nomeadamente em relação à incorporação da componente autoregressiva da variável dependente junto das variáveis exógenas, acompanha as especificações de Alesina e Roubini (1992), Alesina, Cohen e Roubini (1992, 1993), ou Alesina, Roubini e Cohen (1997).

Os dados em painel⁹⁶, ao agregarem a componente seccional à componente temporal, permitem obter observações para vários indivíduos em diversos momentos no tempo. Esta característica, para além dos ganhos que traz em termos do número de observações e graus de liberdade, torna possível conjugar o comportamento dos diversos indivíduos com a forma como este se vai ajustando ao longo do tempo. Desta forma, os dados em painel permitem destacar a heterogeneidade individual, as características diferenciadoras dos diversos indivíduos, que podem ser constantes ao longo de todo o painel ou variar temporal ou seccionalmente (entre os indivíduos)⁹⁷. Como é estudado o comportamento de diversos indivíduos ao longo do tempo, isto significa que os coeficientes de qualquer regressão podem variar no tempo ou entre os indivíduos. Uma vez que o painel utilizado neste estudo contém apenas 22 observações temporais (entre 1979 e 2000) para cada indivíduo (município), não é de esperar que as características de cada indivíduo apresentem uma heterogeneidade significativa ao longo do tempo. No entanto, é de esperar que existam efeitos individuais significativos associados a cada município, ou seja, que o comportamento observado seja diferenciado entre os diferentes indivíduos. A existência destes efeitos individuais pode ser especificada essencialmente através de duas formas distintas: assumindo esses efeitos como fixos ou como aleatórios.

Para expor o problema, consideremos inicialmente o modelo sem a componente autoregressiva:

$$Y_{it} = \alpha_i + \beta X_{it} + e_{it}, \quad i = 1, \dots, N; \quad t = 1, \dots, T \quad (47)$$

Neste caso, α_i representa o efeito individual, constante ao longo do tempo e específico a cada indivíduo i . Se considerarmos que os α_i são iguais para todos os

⁹⁶ Greene (2000, cap. 14), Marques (2000), Baltagi (2001) ou Bond (2002) são alguns exemplos de revisões de literatura sobre estimação com dados em painel.

⁹⁷ No entanto, tal como chamam a atenção Marques (2000) e Greene (2000, cap. 14), em painéis curtos e largos (com uma componente temporal pequena e uma componente seccional significativa) a heterogeneidade temporal não é significativa. A heterogeneidade entre os indivíduos é, por isso, a parte central da análise.

indivíduos, isto é, $\alpha_1 = \alpha_2 = \dots = \alpha_N = \alpha$, então temos o modelo clássico de regressão linear, e o Método dos Mínimos Quadrados gera estimativas consistentes e eficientes de α e β . No entanto, estamos neste caso a assumir um pressuposto mais irrealista de que o comportamento é uniforme para todos os indivíduos e ao longo do tempo, que não existem efeitos específicos associados a cada indivíduo.

O modelo de efeitos fixos assume que existem efeitos individuais que resultam de um conjunto de factores determinísticos, observáveis, específicos a cada indivíduo. Uma forma de modelizar este pressuposto é simplesmente repercutir a heterogeneidade do comportamento dos indivíduos apenas no termo independente. Assim, os coeficientes β são idênticos para todos os indivíduos, e o termo independente, α_i , é específico a cada indivíduo i . De forma a traduzir estas diferenças entre indivíduos no termo constante, tornando α_i um parâmetro desconhecido a ser estimado, introduz-se no modelo uma variável binária d_i associada a cada indivíduo i , de forma a ter:

$$Y_{it} = d_i \alpha_i + \beta X_{it} + e_{it} \quad (48)$$

A estimação por este modelo é designado por *Least Squares Dummy Variable* (LSDV), e conduz a estimativas consistentes e eficientes de α_i e β , permanecendo válida a habitual inferência estatística.

Em determinadas situações, ao contrário do caso dos efeitos fixos, podemos ter efeitos individuais não observáveis e aleatoriamente distribuídos pelas unidades seccionais. Neste caso, pode-se considerar os efeitos individuais como se de termos de perturbação se tratassem, e passa-se a ter um modelo de efeitos aleatórios, em que a heterogeneidade individual, aleatória e não observável, é adicionada aos termos de perturbação. Temos então,

$$Y_{it} = \alpha + \beta X_{it} + v_{it}, \quad v_{it} = u_i + e_{it} \quad (49)$$

em que u_i representa a heterogeneidade do comportamento individual no termo de perturbação (com valor esperado nulo e variância σ_u^2). As estimativas de α e β

obtidas pelo Método dos Mínimos Quadrados Generalizados⁹⁸ são consistentes e eficientes, e a inferência estatística é válida.

A escolha entre efeitos fixos ou aleatórios deve atender aos objectivos particulares de cada estudo, bem como à natureza dos dados. Neste estudo, uma vez que as unidades seccionais (os municípios) provêm de uma área bem definida (Região Norte), os efeitos fixos parecem ser a alternativa mais correcta. Independentemente disso, foi realizado em todas as regressões o teste do Multiplicador de Lagrange (LM) de Breusch e Pagan, e testes à significância global das variáveis binárias no modelo LSDV, com o objectivo de identificar se os efeitos individuais são significativos. Adicionalmente, todas as regressões foram estimadas com efeitos fixos e com efeitos aleatórios, e procedeu-se ao teste de Hausman para verificar qual das especificações era mais adequada.

Uma última referência para o modelo dinâmico, que inclui valores desfasados da variável dependente entre os regressores, situação descrita pela Equação 46. A inclusão de uma componente autoregressiva da variável dependente entre as variáveis explicativas, hipótese momentaneamente abandonada acima, pode trazer algumas implicações adicionais em relação ao método de estimação. Tal como referem Baltagi (2001) e Bond (2002), dado que y_{it} é uma função dos termos de perturbação, e_{it} , então os valores desfasados da variável dependente incluídos na regressão, $y_{i,t-1}$, $y_{i,t-2}$, ..., $y_{i,t-p}$, são igualmente função dos termos de perturbação, ou seja, estão correlacionados com os termos de perturbação. Em amostras cuja componente seccional é fortemente dominadora sobre a componente temporal, as estimativas obtidas são enviesadas e inconsistentes. Para ultrapassar este problema, devem ser encontrados instrumentos para os valores desfasados da variável dependente e obter estimativas pelo Método dos Momentos Generalizado

⁹⁸ *Generalized Least Squares* (GLS). No caso de se desconhecer a matriz de variâncias e covariâncias dos termos de perturbação, as estimativas serão obtidas pelo Método dos Mínimos Quadrados Generalizados Estimados – *Feasible Generalized Least Squares* (FGLS).

(*Generalized Method of Moments – GMM*)⁹⁹. Neste estudo, no entanto, e seguindo Islam (1995) e Baltagi (2001), a componente temporal da amostra não é muito pequena em relação à componente seccional. O factor de proporcionalidade é de apenas quatro observações seccionais para cada unidade temporal. Assim, as regressões foram realizadas recorrendo aos métodos LSDV ou GLS (conforme efeitos fixos ou aleatórios, respectivamente), sem perda de eficiência para as estimativas¹⁰⁰.

3.3.1. Variáveis Dependentes

O modelo a testar, traduzido pela Equação 46, procura verificar qual o impacto das forças políticas nas finanças públicas dos municípios, com destaque para as despesas municipais, e na taxa de crescimento do emprego municipal.

Do lado dos instrumentos de política económica, vão ser utilizadas diversas variáveis dependentes em diferentes regressões, com o intuito de testar os CPE em vários componentes das finanças municipais. Numa primeira fase, serão utilizados os valores agregados das Despesas (Despesas Totais, Despesas Correntes Totais e Despesas de Capital Totais)¹⁰¹ e do Saldo de Execução Orçamental¹⁰². De seguida, parte-se para uma análise mais detalhada sobre o impacto das variáveis políticas nos diversos

⁹⁹ Arellano e Bond (1991), Judson e Owen (1996) ou Bond (2002) apresentam uma análise mais detalhada sobre esta temática.

¹⁰⁰ O programa econométrico utilizado foi o Stata 8.0.

¹⁰¹ As receitas dos municípios têm um comportamento mais rígido e são mais difíceis de manipular pelos autarcas, essencialmente porque o grosso das receitas são provenientes de transferências da Administração Central e da União Europeia (ver Quadro 4). Os autarcas possuem maior margem de manobra para controlar as despesas, pelo que esta é a variável das finanças municipais sobre a qual nos debruçaremos.

¹⁰² Todas as variáveis monetárias utilizadas nas diversas regressões, dependentes ou independentes, estão expressas em termos reais *per capita* (preços de 1995). O Saldo de Execução Orçamental é definido como:

$$\text{Saldo} = [\text{RecCorr} + (\text{RecCap} - \text{RAF} - \text{RPF})] - [\text{DespCorr} + (\text{DespCap} - \text{DAF} - \text{DPF})]$$

em que *RecCorr* representa as Receitas Correntes, *RecCap* as Receitas de Capital, *DespCorr* e *DespCap* as Despesas Correntes e de Capital, respectivamente, *RAF* as Receitas em Activos Financeiros, *RPF* as Receitas em Passivos Financeiros, *DAF* as Despesas em Activos Financeiros e, finalmente, *DPF* as Despesas em Passivos Financeiros.

componentes das despesas municipais, estimando-se regressões para os itens que constituem as despesas correntes, as despesas de capital e as despesas de investimento.

Do lado dos resultados é testada inicialmente a influência do desempenho político sobre a evolução do emprego¹⁰³ e do número de empresas em cada município. De seguida procura-se detalhar um pouco mais a análise, ao testar se a conjuntura política influencia, ao nível do município, a evolução do emprego em cada sector específico da actividade económica¹⁰⁴. O Quadro 1 do Anexo IV apresenta algumas estatísticas descritivas para as diversas variáveis utilizadas, dependentes e independentes.

3.3.2. Variáveis Independentes

As variáveis explicativas compreendem, para além dos valores desfasados da variável dependente e das transferências como variável de controlo, as variáveis binárias políticas construídas para medir o impacto do sector político nas finanças públicas municipais e no emprego dos municípios.

3.3.2.1. Variáveis de Controlo

Ao longo dos anos, as transferências da Administração Central e, mais tarde, da União Europeia para o poder local sempre constituíram uma significativa proporção das

¹⁰³ As variáveis constantes nos Quadros de Pessoal apenas contêm informações relativas ao sector privado. Assim, embora fosse desejável ter informação também relativa ao emprego no sector público, essa informação está apenas disponível para o sector privado.

¹⁰⁴ O Quadro 2 do Anexo IV apresenta os sectores de actividade económica considerados.

receitas das autarquias locais, financiando uma grande parte das suas despesas. O Quadro 5 mostra precisamente o valor das Transferências, Receitas e Despesas Totais dos municípios portugueses, e respectivos pesos, em 2001. Assim, é de esperar que a sua evolução condicione a possibilidade de se utilizarem estas despesas para fins eleitorais, tornando mais difícil observar a ocorrência de ciclos político económicos. O aumento das transferências, por exemplo, dota os municípios de maior capacidade de financiamento e ao mesmo tempo pode indicar uma situação económica do país mais favorável, factores extra-políticos que explicam a evolução das despesas municipais e que justificam a sua inclusão como uma variável de controlo.

Quadro 5. Transferências, Receitas e Despesas dos Municípios Portugueses em 2001 (milhões de euros).

	Correntes	Capital	Totais
(1) Transferências	1163,15	1554,46	2717,61
(2) Despesas	3008,69	3120,11	6128,80
(3) Receitas	3619,23	2521,81	6141,04
1/2 (%)	38,66	49,82	44,34
1/3 (%)	32,14	61,64	44,25

Fonte: Direcção Geral das Autarquias Locais.

Desta forma, quando é utilizada como variável dependente, no teste aos instrumentos de política, as despesas de capital totais reais *per capita* ou algum dos seus componentes, é usada como variável de controlo as transferências de capital reais *per capita* para cada um dos municípios. Por outro lado, quando é utilizada como variável dependente as despesas correntes totais reais *per capita* ou algum dos seus componentes, como variável de controlo são utilizadas as transferências correntes reais *per capita*. Estas rubricas consistem nas receitas provenientes das transferências do Orçamento de Estado ou da Comunidade Europeia (Fundo Social Europeu e Fundos Estruturais), para além de outras transferências.

No teste sobre os resultados económicos dos municípios, as regressões sobre a taxa de crescimento do emprego ou do número de empresas em cada município são controladas quer para o crescimento do PIB, quer para o crescimento do emprego a nível nacional¹⁰⁵. É de esperar que uma fase de expansão da economia a nível agregado (traduzida pela evolução favorável do PIB ou do emprego agregado), se reflecta igualmente na expansão da economia local de cada município. Ao incluir uma dessas variáveis na regressão, isolamos o seu efeito de forma a medir com maior acuidade o impacto das variáveis políticas na taxa de crescimento do emprego local. Todas as regressões, quer sobre os instrumentos de política económica quer sobre os resultados económicos, são ainda controladas para um conjunto de variáveis demográficas específicas a cada município. Essas variáveis são a percentagem de população com menos de 15 anos, a percentagem de população com mais de 65 anos, a densidade populacional e uma variável qualitativa, Categoria de População, que assume o valor 1 para Lisboa e Porto, 2 para os municípios com população igual ou superior a 40 mil habitantes, 3 para os municípios com população compreendida entre 10 mil e 40 mil habitantes, e 4 para os restantes municípios¹⁰⁶.

3.3.2.2. Variáveis Políticas

Para medir o efeito dos factores políticos sobre as finanças e o emprego dos municípios foi construído um conjunto de variáveis qualitativas, com o intuito de testar as diversas hipóteses. De forma a testar a hipótese do comportamento oportunista por parte do Presidente da Câmara Municipal, criaram-se duas variáveis binárias, uma

¹⁰⁵ Ambas são utilizadas como variáveis de controlo nas estimações. Contudo, os resultados são mais significativos sempre que é utilizada a Taxa de Crescimento do PIB, pelo que se optou por escolher as regressões que incluem esta variável para a apresentação dos resultados.

¹⁰⁶ Estas categorias são definidas de acordo com o critério seguido para definir os salários dos Presidentes de Câmara.

para o ano das eleições, $AnoEleitoral_{it}$, e outra para o ano antes das eleições, $AnoAnteriorEleições_{it}$:

$$AnoEleitoral_{it} = \begin{cases} 1, & \text{se } t \text{ corresponde a ano de eleições autárquicas} \\ 0, & \text{caso contrário} \end{cases}$$

$$AnoAnteriorEleições_{it} = \begin{cases} 1, & \text{se } t \text{ corresponde ao ano que antecede} \\ & \text{um ano de eleições autárquicas} \\ 0, & \text{caso contrário} \end{cases}$$

Se os detentores do poder nos municípios adoptam um comportamento oportunista, vão aumentar as despesas ou incorrer em maiores défices orçamentais à medida que as eleições se aproximam, de forma a sinalizar maior competência junto do eleitorado e assim incrementar as suas possibilidades de reeleição. É de esperar que o coeficiente associado a estas duas variáveis tenha sinal positivo sempre que a variável dependente é um dos componentes da despesa pública municipal ou a taxa de crescimento do emprego, e negativo quando é o saldo orçamental.

Para testar o modelo partidário, por sua vez, construiu-se a variável binária $Esquerda_{it}$,

$$Esquerda_{it} = \begin{cases} 1, & \text{se o município } i \text{ é liderado por um partido de} \\ & \text{Esquerda, no ano } t \\ 0, & \text{caso contrário} \end{cases}$$

Na amostra utilizada, $Esquerda_{it}$ assume o valor 1 sempre que o Presidente da Câmara do município i pertence ao Partido Socialista (PS) ou ao Partido Renovador Democrático (PRD)¹⁰⁷. Por outro lado, assume o valor zero sempre que a Câmara Municipal é detida pelo Partido Social Democrata (PSD), pelo Partido do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS/PP), pelo Partido Popular Monárquico (PPM) ou pela Aliança Democrática (AD). De acordo com o modelo partidário, os governantes tendem a favorecer os grupos de população que os apoiam, pelo que se devem verificar diferenças significativas quanto à forma como partidos de esquerda e

¹⁰⁷ O PCP/CDU não possui qualquer câmara na Região Norte, durante o período considerado.

de direita conduzem as suas políticas económicas e, conseqüentemente, na evolução das variáveis económicas que delas decorrem. Partidos de esquerda, apoiados pelas classes sociais mais desfavorecidas, tendem a privilegiar mais os investimentos em equipamentos sociais do que os partidos de direita. É pois de esperar que as categorias de despesas municipais associadas a estes equipamentos denotem valores superiores nos mandatos de partidos de esquerda, tornando o coeficiente associado a esta variável positivo.

3.4. Resultados Empíricos

As secções seguintes apresentam os resultados empíricos dos testes aos ciclos oportunistas e partidários nos instrumentos e resultados económicos dos municípios.

De acordo com o descrito na secção anterior, o modelo utilizado é semelhante para todas as estimações efectuadas: inclui uma primeira parte destinada a controlar a componente autoregressiva da variável dependente, uma segunda parte que inclui variáveis de controlo e, finalmente, uma terceira parte correspondente às variáveis políticas que testam a ocorrência dos ciclos político económicos, oportunistas ou partidários.

A componente autoregressiva da variável dependente é analisada individualmente em cada estimação, sendo em cada caso incluídos os valores desfasados da variável dependente estatisticamente significativos.

Em todas as equações estimadas foram realizados testes F à significância global das variáveis binárias no modelo LSDV e testes do Multiplicador de Lagrange (LM) de Breusch e Pagan, com o objectivo de identificar se os efeitos individuais são significativos. Paralelamente, procedeu-se caso a caso ao teste de Hausman para verificar qual das especificações, com efeitos fixos ou aleatórios, é a mais adequada.

Os resultados são quase unânimes ao apontar para a existência de efeitos fixos individuais significativos em cada uma das regressões. São esses os dados apresentados em todas as tabelas de resultados empíricos¹⁰⁸.

Uma última nota metodológica para a hipótese da homocedasticidade. A inferência estatística só é válida na presença de resíduos de estimação homocedásticos. Se os resíduos não apresentam uma variância constante, as estimativas obtidas deixam de ser eficientes e o modelo deve ser modificado de forma a corrigir a heterocedasticidade. Os resultados do teste de Wald (modificado para verificar a heterocedasticidade entre grupos seccionais em dados em painel) mostram que, sem exceção, todas as especificações apresentam resíduos de estimação heterocedásticos. De forma a ultrapassar este problema, todas as regressões apresentadas utilizam desvios padrão robustos.

3.4.1. Estimações sobre os Instrumentos: As Finanças Municipais

Os orçamentos dos municípios são o instrumento de política à disposição dos autarcas para a condução da economia nos seus concelhos. Para testar os modelos oportunista e partidário sobre os instrumentos foram estimadas regressões sobre os valores agregados do saldo e das despesas municipais, e sobre as componentes das Despesas Correntes, de Capital e de Investimento. As duas secções seguintes apresentam, respectivamente, os resultados das estimações sobre os valores agregados das finanças municipais e sobre os resultados para os componentes de despesa que se mostram mais sensíveis à influência política.

¹⁰⁸ As Tabelas 1 a 5 do Anexo IV apresentam todos os resultados empíricos obtidos, bem como todos os testes realizados.

De uma forma global, nas variáveis agregadas ocorrem ciclos políticos oportunistas em todas as rubricas. Não parece existir evidência de efeitos partidários estatisticamente significativos. Destaca-se ainda o momento que marca o início da manipulação oportunista das despesas municipais, em particular no que diz respeito aos valores agregados das Despesas Correntes e de Capital, cuja manipulação política é mais significativa no ano que antecede as eleições do que propriamente no ano eleitoral. Em regra, é também no ano que antecede as eleições que o efeito oportunista tem maior magnitude.

Em relação aos resultados das componentes da despesa, verificam-se efeitos significativos de manipulação oportunista nas Despesas de Investimento Total; Habitação; Outras Despesas em Outros Edifícios; Total de Construções Diversas; Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares; e Viação Rural. Por seu lado, observam-se efeitos partidários nas rubricas Despesas de Investimento Total, Equipamento Social, e Infraestruturas para Tratamento de Resíduos Sólidos. Nestas rubricas, a Despesa efectuada pelos partidos de Esquerda é sempre inferior à efectuada pelos partidos de direita. Os resultados não podem ser considerados conclusivos, no entanto, uma vez que o sinal do coeficiente associado à variável *Esquerda* é muito volátil entre as categorias de Despesa de Investimento.

3.4.1.1. O Saldo Orçamental e as Despesas

A Tabela 1 apresenta os resultados das estimações para os valores agregados do Saldo Orçamental e das Despesas. As Transferências Totais são utilizadas como variável de controlo na equação das Despesas Totais. Para as rubricas de capital são utilizadas as Transferências de Capital, e para as rubricas correntes as Transferências Correntes (a mesma metodologia é utilizada nas estimações para as componentes das

Despesas Correntes e das Despesas de Capital). Como esperado, quanto maiores forem as transferências, maiores são as despesas. Nas Despesas Totais e nas Despesas de Capital, o coeficiente associado à categoria de transferência utilizada é positivo e estatisticamente significativo a um nível de significância de 1%.

Tabela 1. Efeitos políticos no Saldo e nas Despesas municipais.

	Despesas Totais	Despesas Correntes	Despesas Capital	Saldo
Constante	11,785 (1,13)	1,519 (0,49)	8,509 (1,45)*	-11,966 (-0,95)
Y(-1)	0,309 (5,47)***	0,615 (7,20)***	0,192 (4,29)***	-0,060 (-1,10)
Y(-2)	0,084 (1,80)**	0,156 (2,37)***	---	-0,086 (-2,03)**
Y(-3)	---	0,081 (1,91)**	---	-0,104 (-1,89)**
Transferencias	0,515 (5,72)***	0,017 (1,28)	1,029 (9,61)***	---
Ano Eleitoral	1,789 (1,88)**	0,381 (1,62)*	0,973 (1,36)*	-4,164 (-2,70)***
Ano Anterior às Eleições	2,173 (2,43)***	0,118 (0,52)	1,493 (2,31)**	-2,546 (-1,70)**
Esquerda	-1,959 (-1,41)*	-0,094 (-0,25)	-2,684 (-2,63)***	3,333 (1,54)*
% Pop. com menos de 15 anos	-0,642 (-4,89)***	-0,235 (-4,76)***	-0,070 (-0,81)	0,265 (1,00)
% Pop. com mais de 65 anos	2,113 (4,15)***	0,748 (4,65)***	0,450 (1,43)*	-0,508 (-1,10)
Categoria de População	-3,856 (-1,42)*	-0,394 (-0,61)	-1,850 (-1,14)	3,370 (1,54)*
Densidade Populacional	-0,894 (-1,78)**	-0,159 (-1,02)	-0,991 (-2,95)***	0,794 (1,86)**
Observações	1455	1375	1616	1343
R ² Ajustado	0,8578	0,9455	0,6839	0,0170
T. Hausman	630,45***	217,29***	367,76***	91,93***

Notas: - Estatísticas *t* entre parêntesis. Níveis de significância: ***, 1%; **, 5%; *, 10%.

- Resultados da estimação para efeitos fixos e usando desvios padrão robustos. O programa econométrico utilizado foi o Stata 8.0.

Todas as variáveis apresentam evidência estatisticamente significativa de ciclos oportunistas. No ano eleitoral e, principalmente no ano que antecede as eleições, as Despesas Totais, de Capital e Correntes são maiores do que noutros anos e, como seria de esperar, os défices são maiores no ano eleitoral e no ano imediatamente

precedente¹⁰⁹. Nas Despesas Totais os coeficientes das variáveis políticas que captam o ciclo oportunista (*Ano Eleitoral e Ano Anterior às Eleições*) apresentam os sinais esperados e são estatisticamente significativos pelo menos a um nível de significância de 5%. Em média, e mantendo tudo o resto constante, as Despesas Totais aumentam 1789 e 2173 escudos (a preços de 1995) por habitante, respectivamente, no ano eleitoral e no ano que o antecede (aumentos relativos de 7,2 e de 8,8 por cento face à média amostral, respectivamente). Já relativamente às Despesas Correntes e às Despesas de Capital, o ano que antecede o ano de eleições apresenta estimativas com maior significância estatística do que o ano eleitoral. Estas despesas aumentam em média nesse ano, respectivamente, 118 e 1493 escudos (preços de 1995) por habitante, o que corresponde a aumentos relativos respectivos de 0,2% e de 4,4% em relação à média amostral. O Saldo Orçamental, por sua vez, diminui 4164 escudos por habitante em anos eleitorais e 2546 escudos por habitante (preços de 1995) no ano que antecede as eleições. Há assim evidência de ciclos oportunistas nas despesas municipais e nos saldos. A manipulação das despesas é particularmente evidente no ano que antecede as eleições, sendo nesse ano que apresenta maior magnitude (excepto para as Despesas Correntes).

A variável *Esquerda* procura captar os efeitos ideológicos sobre a evolução do saldo e das despesas municipais. Embora o sinal das estimativas para as Despesas seja sempre negativo, o que indica que os partidos de esquerda realizam uma despesa inferior em relação aos partidos de direita, apenas há efeitos partidários significativos nas Despesas de Capital e, marginalmente, nas Despesas Totais e no Saldo, este último com um coeficiente associado positivo. A despesa realizada pelos partidos de direita excede a realizada pelos partidos de esquerda em 2684 escudos (preços de 1995) por habitante nas Despesas de Capital, e em 1959 escudos nas Despesas

¹⁰⁹ De acordo com a teoria dos CPE é de esperar que em anos eleitorais os governos incorressem em défices mais elevados de forma a conseguirem aquecer a economia e sinalizar o maior nível de competência possível. Veiga e Veiga (2004c) corrobora esta perspectiva, ao encontrarem para o caso português evidência de que os autarcas aumentam os défices no ano eleitoral.

Totais. O ciclo partidário verifica-se, então, essencialmente nas Despesas de Capital, com os partidos de direita a incorrerem em maiores níveis de despesa do que os seus congéneres de esquerda. O Saldo apresenta um comportamento inverso, indicando que os partidos de direita incorrem em saldos menores (ou maiores défices) que, em média, são inferiores em 3333 escudos por habitante (preços de 1995) do que os saldos realizados pelos seus homólogos da esquerda.

3.4.1.2. As Componentes das Despesas Correntes, de Capital e de Investimento

As componentes das despesas que se mostram mais sensíveis a influências por parte do sector político são apresentadas nas Tabelas 2 e 3¹¹⁰. É nas componentes das Despesas de Investimento que há maior evidência de ciclos oportunistas¹¹¹ (e, em alguns casos, também de ciclos partidários). Nas componentes de despesa apresentadas nestas tabelas, os sinais são sempre os esperados, indicando que na véspera das eleições os autarcas aumentam as despesas de investimentos e/ou algumas das suas componentes de forma a melhorar o desempenho da economia local e sinalizar maior competência junto do eleitorado.

¹¹⁰ As Tabelas 2 e 3 do Anexo IV apresentam os resultados empíricos para todas as componentes das despesas. Aqui apenas são apresentados os resultados empíricos para as componentes que apresentam resultados mais significativos.

¹¹¹ Não há evidência de ciclos oportunistas nas componentes das Despesas Correntes. Apenas nas Despesas com Pessoal estes ciclos aparecem mais significativos, apresentando contudo sinal contrário ao esperado (ver Tabela 2 do Anexo IV).

Tabela 2. Efeitos políticos nas componentes das despesas municipais (I).

	Despesas de Investimento Totais	Habitação	Outros Edifícios – Outros
Constante	10,786 (-2,15) **	-0,559 (-0,24)	-3,217 (-0,67)
Y(-1)	0,221 (7,36)***	0,508 (5,90)***	0,386 (5,30)***
Y(-2)	---	-0,154 (-2,55)***	-0,183 (-2,94)***
Transferencias	0,914 (19,48)***	0,057 (2,53)***	0,032 (2,77)***
Ano Eleitoral	1,204 (2,39)***	0,487 (1,71)**	0,560 (2,89)***
Ano Anterior às Eleições	1,407 (2,90)***	-0,025 (-0,13)	1,214 (6,00)***
Esquerda	-1,313 (-1,89)**	-0,346 (-0,75)	-0,171 (-0,67)
Observações	1614	1301	1158
R ² Ajustado	0,7281	0,4610	0,3359
T. Hausman	361,55***	216,72***	131,07***

Notas: - Estatísticas *t* entre parêntesis. Níveis de significância: ***, 1%; **, 5%; *, 10%.

- Resultados da estimação para efeitos fixos e usando desvios padrão robustos. O programa econométrico utilizado foi o Stata 8.0.

- As estimativas das variáveis de controlo demográficas não são apresentadas (ver tabelas 3A e 3C no Anexo IV).

Tabela 3. Efeitos políticos nas componentes das despesas municipais (II).

	Const. Diversas - Total	Const. Diversas – Viação Rural	Const. Diversas – VAOC
Constante	4,955 (0,72)	-3,248 (-0,89)	-4,727 (-1,54)*
Y(-1)	0,234 (5,61)***	0,367 (8,71)***	0,319 (3,62)***
Y(-2)	---	---	---
Transferencias	0,678 (12,37)***	0,164 (4,97)***	0,155 (3,52)***
Ano Eleitoral	1,132 (2,11)**	0,976 (2,75)***	0,563 (1,45)*
Ano Anterior às Eleições	0,972 (1,92)**	0,440 (1,53)*	0,257 (0,94)
Esquerda	-0,914 (-1,21)	0,428 (1,07)	-0,579 (-1,33)*
Observações	1243	1492	1490
R ² Ajustado	0,8206	0,5758	0,4660
T. Hausman	1176,09***	68,40***	149,89***

Notas: - Estatísticas *t* entre parêntesis. Níveis de significância: ***, 1%; **, 5%; *, 10%.

- Resultados da estimação para efeitos fixos e usando desvios padrão robustos. O programa econométrico utilizado foi o Stata.

- As estimativas das variáveis de controlo demográficas não são apresentadas (ver tabelas 3A e 3C no Anexo IV).

À exceção das Despesas em Habitação, em todas as outras componentes de despesa os ciclos oportunistas ocorrem a partir do ano que antecede as eleições. As Despesas de Investimento, mantendo tudo o resto constante, em média são superiores em 1204 escudos (preços de 1995) por habitante no ano de eleições do que nos primeiros anos do mandato (aumento relativo de 4,1% em relação à média amostral), e em 1407 escudos (aumento de 4,8%) no ano precedente. Esses valores são, respectivamente, de 560 (2,3%) e 1214 (50,7%) escudos nas Despesas em Outros Edifícios – Outros, de 1132 (5,6%) e 972 (4,8%) escudos por habitante no Total de Despesas em Construções Diversas, e de 976 (15,5%) e 440 (7%) escudos nas Despesas em Viação Rural. Na rubrica Despesas em Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares (VAOC) o efeito oportunista é apenas estatisticamente significativo a um nível de significância de 10%, e unicamente no ano eleitoral. Também nas Despesas em Habitação é apenas no ano das eleições que existe evidência de ciclos oportunistas, onde esta categoria de despesas é maior em 487 escudos (preços de 1995) por habitante do que nos primeiros anos (aumento relativo de 31,3% em relação à média amostral). Nas restantes componentes das despesas os resultados empíricos quanto aos ciclos oportunistas são difusos. Em alguns casos não são significativos, noutros apresentam sinal contrário ao esperado (em particular, nas Despesas em Instalações Desportivas, Equipamento Social, Esgotos, Máquinas e Equipamentos, e Outros Investimentos os coeficientes, apesar de significativos, apresentam sinal contrário ao esperado, indicando que há um desinvestimento nessas rubricas nos anos eleitorais)¹¹².

Em relação aos ciclos partidários, encontramos evidência de efeitos ideológicos em algumas das componentes das Despesas em Investimento. É, aliás, nas Despesas de Investimento que a magnitude do efeito partidário é mais significativo: a direita supera a esquerda em 1313 escudos (preços de 1995) por habitante. A supremacia na despesa dos partidos de direita sobre os de esquerda verifica-se igualmente nas

¹¹² Ver Tabela 3 do Anexo IV.

rubricas Infraestruturas para Tratamento de Resíduos Sólidos (70 escudos por habitante), e Equipamento Social (173 escudos por habitante)¹¹³. Existem diversas componentes de despesa, no entanto, em que os partidos de direita são menos despesistas do que os partidos de esquerda. A falta de evidência estatística significativa quanto aos efeitos ideológicos em várias componentes de despesa, aliada à “aleatoriedade” no sinal do efeito entre partidos de esquerda e de direita, torna confusa a generalização dos resultados relativos ao modelo partidário nos instrumentos de política económica local, não permitindo ilações conclusivas.

3.4.2. Estimações sobre os Resultados: O Emprego

Nesta secção começa-se por testar o impacto da despesa municipal no emprego local. Com efeito, uma possível explicação para a existência de efeitos políticos (oportunistas e partidários) ao nível do emprego provém directamente da existência desses mesmos efeitos nos instrumentos de política económica local. Uma forma simples de testar esta hipótese é verificar qual o impacto que a despesa municipal tem no emprego local. Para isso, foi estabelecida uma regressão que tem o rácio entre emprego e população do município como variável dependente, e a despesa *per capita* a preços de 1995 como variável explicativa. A Tabela 4 apresenta os resultados para três regressões em que foram utilizadas como variáveis explicativas as Despesas Totais, as Despesas de Capital e as Despesas de Investimento Totais (reais *per capita*), respectivamente.

¹¹³ Ver Tabela 3 do Anexo IV.

Tabela 4. Impacto da Despesa Municipal na percentagem de população empregada em cada município.

	(1)	(2)	(3)
Constante	0,023 (5,68) ^{***}	0,027 (6,02) ^{***}	0,026 (6,00) ^{***}
Y(-1)	0,781 (17,75) ^{***}	0,677 (7,20) ^{***}	0,678 (7,23) ^{***}
Y(-2)	---	0,118 (1,35) [*]	0,117 (1,35) [*]
D. Totais	0,00013 (4,32) ^{***}	---	---
D. Capital	---	0,00013 (3,27) ^{***}	---
D. Investimento Totais	---	---	0,00016 (4,25) ^{***}
Observações	1254	1170	1170
R ² Ajustado	0,9827	0,9819	0,9819
T. Hausman	145,56 ^{***}	28,62 ^{***}	44,13 ^{***}

Notas: - Estatísticas *t* entre parêntesis. Níveis de significância: ***, 1%; **, 5%; *, 10%.

- Resultados da estimação para efeitos fixos e usando desvios padrão robustos. O programa econométrico utilizado foi o Stata 8.0.

Como se pode verificar, embora a magnitude dos efeitos seja reduzida nos três os casos, os coeficientes são estatisticamente significativos, indicando que o aumento das Despesas Totais, de Capital e de Investimento contribuem para o aumento da percentagem de população empregada em cada município. Desta forma, é possível inferir que existindo ciclos oportunistas ou partidários nas componentes de despesa dos municípios, é provável que esses ciclos também se reflectam sobre o emprego municipal. Os ciclos oportunistas e os ciclos partidários são testados nos resultados económicos, ao nível local, através de regressões sobre a taxa de crescimento do emprego e a taxa de crescimento do número de estabelecimentos em cada município, utilizadas como medidas do desempenho económico nas autarquias. São ainda estabelecidas regressões sobre a taxa de crescimento do emprego por sector de actividade económica, em cada município, na tentativa de observar se a instrumentalização dos orçamentos por parte dos políticos locais acaba por fomentar o crescimento do emprego em sectores de actividade específicos¹¹⁴.

¹¹⁴ Nas regressões sobre a taxa de crescimento do emprego, global ou por sector de actividade, apenas foi considerado o ano eleitoral para testar a ocorrência dos ciclos oportunistas. Em nenhuma das regressões o ano que antecede as eleições apresentou significância estatística.

Em termos gerais, há evidência de que o aumento das despesas municipais gera emprego ao nível local, bem como de ciclos oportunistas na taxa de crescimento do emprego e na taxa de crescimento do número de empresas. Relativamente ao crescimento do emprego nos sectores de actividade económica, no sector dos Têxteis, Produção de Minerais não Metálicos, Construção Civil, Comércio por Grosso, e Operações sobre Imóveis, o emprego cresce significativamente em anos eleitorais. Não há evidência significativa quanto à ocorrência de ciclos partidários na taxa de crescimento do emprego, e nos Sectores de Actividade apenas na Indústria de Transportes e Comunicações se verifica alguma evidência de ciclos partidários na taxa de crescimento do emprego.

A Tabela 5 apresenta os testes para as taxas de crescimento do emprego e do número de estabelecimentos. Um primeiro aspecto que se destaca na tabela, que difere da análise efectuada sobre os instrumentos de política, diz respeito às variáveis de controlo, que agora é a Taxa de Crescimento do PIB (nacional)¹¹⁵. Se a economia a nível agregado estiver em expansão, é natural a repercussão dos seus efeitos fazer-se sentir a um nível inferior, nos municípios. Como consequência da expansão do produto a nível nacional o emprego vai aumentar, o que em média torna o emprego em cada concelho superior. Assim, é necessário isolar o impacto que a evolução económica agregada pode ter no crescimento do emprego em cada município, para se aferir com acuidade em que medida o sector político influencia o emprego. É de esperar, então, um coeficiente positivo associado à Taxa de Crescimento do PIB. Com efeito, isso acontece nas duas regressões apresentadas em baixo, indicando que o aumento de um ponto percentual na Taxa de Crescimento do PIB induz um acréscimo de 1,017 pontos percentuais na Taxa de Crescimento do Emprego concelho, e de 0,377 pontos percentuais na Taxa de Crescimento do número de Empresas por concelho. A análise das variáveis políticas permite concluir que há evidência favorável aos ciclos

¹¹⁵ As regressões foram estimadas usando também a Taxa de Crescimento do Emprego a nível nacional como variável de controlo, em substituição da Taxa de Crescimento do PIB. No entanto, com a última os resultados foram sempre mais consistentes, pelo que são esses que são apresentados.

oportunistas na Taxa de Crescimento do Emprego e do Número de Empresas por concelho, mas não há qualquer evidência da existência de ciclos partidários, uma vez que os coeficientes associados à variável Esquerda não são estatisticamente significativos. Ao contrário, os coeficientes associados ao Ano Eleitoral apresentam, nas duas regressões, o sinal esperado e são significativos, indiciando que em véspera de eleições há um aumento de 0,064 e 0,060 pontos percentuais, respectivamente, na Taxa de Crescimento do Emprego e na Taxa de Crescimento do Número de Empresas.

Tabela 5. Efeitos políticos sobre as Taxas de Crescimento do Emprego e do número de Empresas, por concelho.

	Tx. Cresc. Emprego	Tx. Cresc. N.º Empresas
Constante	-0,081 (-0,56)	0,097 (0,68)
Y(-1)	-0,274 (-4,47)***	-0,300 (-4,13)***
Y(-2)	-0,190 (-4,01)***	-0,099 (-2,07)**
Y(-3)	-0,143 (-3,93)***	-0,059 (-1,73)**
Tx. Cresc. PIB	1,017 (5,69)***	0,377 (2,52)***
Ano Eleitoral	0,064 (4,27)***	0,060 (4,09)***
Esquerda	0,006 (0,39)	-0,004 (-0,24)
% Pop. com menos de 15 anos	-0,007 (-2,46)***	-0,006 (-2,03)**
% Pop. com mais de 65 anos	0,022 (4,17)***	0,014 (2,92)***
Categoria de População	-0,042 (-1,01)	-0,031 (-0,88)
Densidade Populacional	0,0004 (0,07)	-0,004 (-0,58)
Observações	1008	1008
R ² Ajustado	0,1130	0,0872
T. Hausman	153,39***	91,57***

Notas: - Estatísticas *t* entre parêntesis. Níveis de significância: ***, 1%; **, 5%; *, 10%.

- Resultados da estimação para efeitos fixos e usando desvios padrão robustos. O programa econométrico utilizado foi o Stata 8.0.

Procurando detalhar um pouco mais a análise, foram efectuadas estimações à Taxa de Crescimento do Emprego discriminada pelos sectores de actividade (de acordo

com a Classificação de Actividade Económica – CAE)¹¹⁶. Os resultados mais significativos constam da Tabela 6¹¹⁷. A estimativa associada à Taxa de Crescimento do PIB apresenta sempre o sinal esperado e, exceptuando-se o caso do comércio por Grosso, é sempre significativa.

Tabela 6. Efeitos políticos nas Taxas de Crescimento do Emprego por Sector de Actividade Económica¹¹⁸.

	Têxteis CAE 32	Min. não Met. CAE 36	Const. Civil CAE 50	Comércio CAE 61	Imóveis CAE 83
Constante	0,452 (0,23)	0,192 (0,38)	3,194 (0,92)	0,127 (0,42)	0,622 (0,91)
Y(-1)	-0,132 (-1,42)*	-0,150 (-3,15)***	-0,155 (-2,38)***	-0,305 (-6,38)***	-0,148 (-2,79)***
Y(-2)	---	-0,097 (-2,51)***	-0,009 (-0,37)	-0,188 (-4,87)***	---
Y(-3)	---	---	---	-0,124 (-3,68)***	---
Tx. Cresc. PIB	14,618 (1,43)*	1,394 (1,71)**	1,698 (2,92)***	-0,154 (-0,65)	2,548 (2,73)***
Ano Eleitoral	1,212 (1,36)*	0,127 (1,78)**	0,074 (1,82)**	0,027 (1,34)*	0,222 (1,88)**
Esquerda	-0,368 (-0,78)	0,083 (1,06)	-0,064 (-1,42)*	0,0003 (0,01)	-0,051 (-0,56)
Observações	813	799	1077	1008	741
R ² Ajustado	0,0396	0,0721	0,0531	0,0709	0,0159
T. Hausman	108,85***	112,37***	296,51***	91,36***	37,33***

Notas: - Estatísticas *t* entre parêntesis. Níveis de significância: ***, 1%; **, 5%; *, 10%.
 - Resultados da estimação para efeitos fixos e usando desvios padrão robustos. O programa econométrico utilizado foi o Stata 8.0.
 - As estimativas das variáveis de controlo demográficas não são apresentadas.

A magnitude do aumento de um ponto percentual na Taxa de Crescimento do PIB atinge o seu máximo nos Têxteis, Vestuário e Couro originando, em média e mantendo tudo o resto constante, um crescimento de 14,618 pontos percentuais na Taxa de Crescimento do Emprego no sector. Na Tabela 6 são apresentados os sectores de actividade cuja taxa de Crescimento do Emprego se apresenta mais sensível à influência do sector político. Ocorrem ciclos oportunistas nos sectores da

¹¹⁶ Ver Quadro 2 do Anexo IV.

¹¹⁷ Ver Tabelas 5 e 6 do Anexo IV para apresentação exaustiva de todos os testes realizados aos resultados económicos.

¹¹⁸ Os efeitos oportunistas são estatisticamente significativos também na CAE 99 – Outros (ver Tabela 6 do Anexo IV). Os resultados para esta categoria não são apresentados devido ao seu carácter meramente residual.

Indústria Têxtil, Produção de Minerais não Metálicos, Construção Civil e Obras Públicas, Comércio por Grosso, e Operações Sobre Imóveis e Serviços Prestados a Empresas. O ano eleitoral tem o impacto de maior magnitude nos Têxteis, com um aumento de 1,212 pontos percentuais na Taxa de Crescimento do Emprego do sector, apesar de ser estatisticamente significativo apenas a 10%. Esse aumento é de 0,222 pontos percentuais no sector das Operações sobre Imóveis, 0,127 no sector da Produção de Minerais não Metálicos, 0,074 na Construção Civil e 0,027 pontos percentuais no Comércio por Grosso.

Finalmente, em nenhum dos sectores apresentados na Tabela 6 os ciclos partidários são significativos. A evidência de ciclos partidários nos resultados económicos restringe-se unicamente aos sectores da Madeira e Cortiças e dos Transportes e Comunicações, onde os regressores são estatisticamente significativos, embora no último apresente sinal contrário ao esperado (nas câmaras detidas por partidos de esquerda a taxa de crescimento do emprego neste sector é inferior em 0,392 pontos percentuais).

Uma nota final para o valor do Coeficiente de Determinação (R^2) Ajustado, que nestas regressões é muito reduzido, indicando uma capacidade relativamente baixa das variáveis explicativas conseguirem explicar variações da variável dependente em torno da sua média. Como atenuante desta limitação, deve-se referir que, uma vez que as estimações utilizam taxas de crescimento (e não as variáveis em nível, portanto), é normal esperar Coeficientes de Determinação mais baixos.

3.5. Síntese dos Resultados Empíricos

Estamos agora em condições de sintetizar as principais ilações em relação aos testes realizados na secção anterior quanto à ocorrência de ciclos político económicos no

poder local em Portugal, e especificamente nos municípios pertencentes à Região Norte (NUTs II).

De acordo com os resultados obtidos, podemos concluir o seguinte:

- Existe evidência significativa quanto à ocorrência de ciclos oportunistas nos instrumentos de política e nos resultados económicos ao nível do poder local em Portugal, concretamente ao nível dos municípios;
- Em relação aos instrumentos de política, os resultados mais significativos apontam para a existência de ciclos oportunistas no saldo orçamental e nas variáveis agregadas das despesas, nomeadamente nas Despesas Totais, Despesas Correntes, Despesas de Capital e Despesas de Investimento, indicando que estas componentes são manipuladas pelos autarcas de forma a potenciarem as suas probabilidades de reeleição. Há resultados significativos de ciclos oportunistas também em diversas componentes das Despesas de Investimento, nomeadamente na Habitação, Outras Despesas em Outros Edifícios, Total de Construções Diversas, Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares, e Viação Rural. Por fim, o ano que antecede as eleições marca o início do ciclo oportunista na maior parte das componentes de despesa e, em regra, este regista uma magnitude superior do que no ano eleitoral. Este resultado é justificado na medida em que alguns investimentos ao nível local têm de ser feitos com relativa antecedência de forma a tornarem-se visíveis para o eleitorado próximo do momento eleitoral;
- Há também evidência empírica significativa de ciclos oportunistas nos resultados económicos ao nível do poder local, na taxa de crescimento do emprego e na taxa de crescimento do número de empresas. As taxas de crescimento do emprego de alguns sectores de actividade económica também se mostram sensíveis às influências oportunistas do sector político, como os Têxteis, o Comércio por Grosso e principalmente a Produção de Minerais não Metálicos, a Construção Civil, e as Operações sobre Imóveis e Serviços

Prestados às Empresas. Os ciclos oportunistas essencialmente nestes três últimos sectores acabam por ser uma consequência do padrão dos efeitos oportunistas nos instrumentos de política económica local. A utilização discricionária das despesas em componentes como a Habitação, Outros Edifícios, Construções Diversas, Viação Rural, ou Viadutos e Arruamentos origina, por via da despesa, efeitos directos em sectores como o da Construção, ou outros que lhe estão próximos a montante ou jusante, casos dos Produtos Minerais não Metálicos e das Operações sobre Imóveis.

- Os resultados são inconclusivos quanto à ocorrência de ciclos partidários nos instrumentos de política do poder local, e não há evidência de ocorrerem nos resultados económicos;
- Quanto aos instrumentos de política, encontra-se alguma evidência empírica favorável aos ciclos partidários nas Despesas de Capital e nas Despesas de Investimento, onde os partidos de esquerda efectuam níveis de despesa (real per capita) inferiores aos partidos de direita. No entanto, nas componentes das Despesas de Investimento o sinal do coeficiente que capta o efeito ideológico não é constante e, muitas vezes, não é estatisticamente significativo. Desta forma, não é possível inferir evidência quanto aos ciclos partidários nos instrumentos de política económica.
- Nos resultados económicos não há evidência estatística significativa favorável aos ciclos partidários.

4. CONCLUSÃO

A evolução dos resultados políticos e a dos resultados económicos estão intrinsecamente relacionadas. Num sistema democrático, são os eleitores que equilibram esta relação. Os políticos e, em particular, os governantes têm percepção que os eleitores avaliam o seu desempenho essencialmente através da evolução da economia, pelo menos no momento em que estes se vêm confrontados com a escolha entre as diversas alternativas políticas. Ao mesmo tempo sabem que dependem dessa dupla avaliação para aceder (ou permanecer) nos cargos públicos executivos. Desta forma, a evolução da economia é fundamental na avaliação realizada ao desempenho dos governantes, pelo que as acções que tomam e a escolha dos instrumentos de política económica que utilizam acabam por resultar da ponderação entre os seus interesses e objectivos e a repercussão que elas têm sobre o eleitorado e suas opiniões. As medidas de política económica escolhidas pelo sector político, por outro lado, são determinantes para a evolução da economia ao longo do tempo, nomeadamente ao nível de variáveis agregadas como o desemprego, o nível de rendimento ou do crescimento da economia. É assim claro o impacto do sector político no sector económico.

Actualmente, o Governo não é visto como uma entidade benevolente a actuar no melhor interesse dos cidadãos e unicamente preocupado com a maximização do bem estar social. Antes, é uma entidade com interesses próprios e com objectivos que procura alcançar, característica fulcral na inter-relação que se estabelece entre os sistemas político e económico. A literatura dos CPE identifica, em particular, dois objectivos distintos na função de utilidade dos políticos. Por um lado, obtêm utilidade decorrente da obtenção e permanência no poder. O objectivo último de qualquer político é ser eleito para o cargo a que se candidata e, uma vez alcançado, aí permanecer o maior tempo possível. Esta é a hipótese principal subjacente ao modelo

oportunista, que vê nos políticos manipuladores da economia como forma de se perpetuarem no poder. Por outro lado, obtêm utilidade pela implementação das suas políticas ideológico partidárias. Estas ideologias diferenciam os políticos nomeadamente quanto à condução da política económica, hipótese central do modelo partidário dos CPE. Com efeito, as medidas adoptadas pelos políticos respondem essencialmente às necessidades das classes sociais que constituem as suas bases de apoio, sendo natural a diferença sistemática ao nível de política económica entre partidos de esquerda e de direita, apoiados por classes sociais distintas.

Da inter-relação entre a política e a economia e das motivações dos políticos resultam duas implicações primordiais. Em primeiro lugar, originam flutuações cíclicas na economia motivadas pelo sector político, cujas características variam em função dos pressupostos admitidos quanto aos objectivos dos políticos e governantes. Em segundo lugar, estas flutuações ocorrem tanto ao nível do poder central como do poder local, uma vez que os políticos mantêm as mesmas motivações e objectivos em ambos os níveis de poder. Inclusivamente, se aceitarmos a hipótese avançada por Rosenberg (1992) e Baleiras (2001) de que os políticos nutrem natural preocupação com o seu bem-estar e rendimento futuros em caso de derrota eleitoral, essas motivações são ainda mais visíveis ao nível da administração local do que da central.

Este trabalho testa a existência dos ciclos económicos politicamente induzidos ao nível do poder local em Portugal. Inspirado por Harrington (1993), que estabelece um modelo formal em que os efeitos oportunistas são observados quer nos resultados económicos quer nos instrumentos de política económica, e utilizando um painel de 86 municípios portugueses, testam-se os modelos oportunista e partidário nos resultados da economia local, traduzidos pelo emprego, entre 1985 e 2000, e nos instrumentos de política económica local, traduzidos pelos componentes de despesa constantes das contas de gerência municipais, entre 1979 e 2000. Os resultados mais significativos são agora apresentados.

A conclusão mais importante é que existe evidência empírica da ocorrência de ciclos político económicos oportunistas no poder local, mas não da ocorrência de ciclos político económicos partidários. Os ciclos oportunistas (i) observam-se quer nos resultados da economia local, quer nos instrumentos de política económica local. No que aos resultados da economia local diz respeito, (ii) há efeitos significativos de ciclos oportunistas na taxa de crescimento do emprego municipal e na taxa de crescimento do número de empresas por município. Em relação às taxas de crescimento do emprego municipal em sectores de actividade específicos, (iii) os efeitos oportunistas são igualmente significativos no sector da Construção, dos Produtos Minerais não-Metálicos e das Operações sobre Imóveis, sendo ainda marginalmente significativos nos sectores dos Têxteis e do Comércio. Já relativamente aos instrumentos de política económica local, (iv) os efeitos oportunistas são observados tanto no saldo orçamental e nos valores agregados das despesas municipais – as Despesas Totais, Correntes, de Capital, e de Investimento – como (v) em diversos componentes das Despesas de Investimento, caso das Despesas em Habitação, Viação Rural, Total de Construções Diversas, e Outros Edifícios – Outros. (vi) Os efeitos oportunistas nos instrumentos de política económica local apresentam ainda a particularidade de serem significativos e, em regra, terem maior magnitude no ano que antecede as eleições, justificando o aumentos das despesas no ano antes da eleição. Os testes empíricos aos efeitos partidários, por outro lado, apresentam resultados inconclusivos ou apontam para a inobservância de ciclos partidários no poder local. Com efeito, (vii) nos resultados económicos não há evidência empírica de efeitos partidários sobre as taxas de crescimento do número de empresas e do emprego municipal, a nível agregado ou nos diversos sectores de actividade. (viii) Em relação aos instrumentos de política económica local, a variabilidade do efeito partidário aliada à falta de significância estatística em diversas componentes das despesas municipais não permite, na perspectiva mais optimista, chegar a qualquer ilação definitiva sobre os ciclos partidários no poder local.

Estudos similares, como os de Seitz (2000) e de Galli e Rossi (2002) para os Estados alemães, ou os de Pettersson-Lidbom (2001, 2003) para os Governos locais da Suécia, corroboram estes resultados ao chegarem a conclusões idênticas, nomeadamente quanto à evidência de ciclos oportunistas, mas não de ciclos partidários, no poder local. Existem, no entanto, estudos que ao nível do poder local encontram resultados diferentes, principalmente no que diz respeito aos ciclos político económicos partidários. Alt e Lowry (1994) e Poterba (1994) nos Estados americanos, ou Allers, De Haan e Sterks (2001) nos municípios holandeses, encontram evidência de efeitos ideológicos. Uma possível justificação para a diferença nestes resultados advém das especificidades dos sistemas políticos, institucionais e económicos ao nível do poder local em cada um destes países. Os resultados deste estudo vão também de encontro aos resultados encontrados para o caso português nos estudos de Marta (2000), Baleiras (2001), Veiga e Coelho (2001) e Veiga e Veiga (2004c).

Os resultados constantes neste trabalho urgem duas considerações finais. A primeira, mais genérica, é que a existência de ciclos oportunistas nos municípios significa que o sector administrativo municipal induz flutuações na economia local, o que causa possíveis perdas de eficiência e de bem estar da população. A segunda, mais específica, prende-se com o cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Sendo que a administração local está inserida no Sector Público e Administrativo, a discricionariedade na realização das despesas municipais, o descontrolo orçamental e o constante e progressivo endividamento dos municípios pode tornar-se preocupante na medida em que coloca obstáculos ao cumprimento de critérios como o do cumprimento do défice orçamental, dificultando o próprio cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Uma forma de evitar estes problemas pode passar por estabelecer um controlo mais apertado às contas municipais, ou definir regras mais estreitas quanto ao endividamento do poder local.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMS, Burton A., e DOUGAN, William R. (1986). The Effects of Constitutional Restraints on Governmental Spending. *Public Choice*, 49: 101-116
- AGRIA, Manuel M. (1994). *Ciclos Políticos na Economia Portuguesa*. Tese de Mestrado em Economia. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Economia
- AHMAD, Kabir V. (1983). An Empirical Study of Politico-Economic Interaction in the United States. *Review of Economics and Statistics*, 65(1): 170-177
- ÄKERMAN, Johan (1947). Political Economic Cycles. In Frey, Bruno S. (ed.). *Political Business Cycles*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, pp. 129-139
- ALDRICH, John H. (1997). When is Rational to Vote?. In MUELLER, Dennis C. (ed.). *Perspectives on Public Choice – A Handbook*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 373-390
- ALESINA, Alberto (1987). Macroeconomic Policy in a Two-party System as a Repeated Game. *Quarterly Journal of Economics*, 102:651-678
- ALESINA, Alberto (1988). Macroeconomics and Politics. *NBER Macroeconomics Annual*. Cambridge, Massachusetts: National Bureau of Economic Research. pp. 13-52
- ALESINA, Alberto (1989). Politics and Business Cycles in Industrial Democracies. *Economic Policy*, 8: 55-98.
- ALESINA, Alberto (1994). Political Models of Macroeconomic Policy and Fiscal Reforms. In HAGGARD, Stephen, e WEBB, Steven B. (eds.). *Voting for Reform: Democracy, Political Liberalization, and Economic Adjustment*. Oxford University Press, Oxford, UK, pp. 37-60
- ALESINA, Alberto, COHEN, Gerald D., e ROUBINI, Nouriel (1992). Macroeconomic Policy and Elections in OECD Democracies. *Economics and Politics*, 4: 1-30
- ALESINA, Alberto, COHEN, Gerald D., e ROUBINI, Nouriel (1993). Electoral Business Cycles in Industrial Democracies. *European Journal of Political Economy*, 23: 1-25
- ALESINA, Alberto, e CUKIERMAN, Alex (1990). The Politics of Ambiguity. *Quarterly Journal of Economics*, 105: 829-850
- ALESINA, Alberto, e ROSENTHAL, Howard (1995.). *Partisan Politics, Divided Government, and the Economy*. Cambridge, New York and Melbourne: Cambridge University Press
- ALESINA, Alberto, e ROSENTHAL, Howard (1996). A Theory of Divided Government. *Econometrica*, 64(6): 1311-1341
- ALESINA, Alberto, e ROUBINI, Nouriel (1992). Political Cycles in OECD Economies. *Review of Economic Studies*, 59:663-88
- ALESINA, Alberto, ROUBINI, Nouriel, e COHEN, Gerald D. (1997). *Political Cycles and the Macroeconomy*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press
- ALESINA, Alberto, and SACHS, Jeffrey (1988). Political Parties and the Business Cycle in the United States, 1948-1984. *Journal of Money, Credit and Banking*, 20: 63-82
- ALESINA, Alberto, and SPEAR, Stephen (1988). An Overlapping Generations Model of Political Competition. *Journal of Public Economics*, 37: 47-67
- ALESINA, Alberto, e TABELLINI, Guido (1990). A Positive Theory of Budget Deficits and Government Debt. *Review of Economic Studies*, 57: 403-414
- ALLERS, Maarten A., DE HAAN, Jakob, e STERKS, Cees G. (2001). Partisan Influence on the Local Tax Burden in the Netherlands. *Public Choice*, 106(1/2): 351-363.
- ALT, James E., e CHRYSTAL, Alex K. (1983). *Political Economics*. Los Angeles: University of California Press

- ALT, James E., e LOWRY, Robert C. (1994). Divided Government, Fiscal Institutions and Budget Deficits: Evidence From the States. *American Political Science Review*, 88: 811-828
- ALT, James E., e WOOLEY, John (1982). Reaction Functions, Optimization and Politics: Modelling the Political Economy of Macroeconomic Policy. *American Journal of Political Science*, 26(4): 709-740
- ALVAREZ, R. Michael (1997). *Information and Elections*. Ann Arbor: University of Michigan Press
- ALVAREZ, R. Michael, e NAGLER, Jonathan (1995). Economics, Issues and the Perot Candidacy: Voter Choice in the 1992 Presidential Election. *American Journal of Political Science*, 39(3): 714-744
- ALVAREZ, R. Michael, e NAGLER, Jonathan (1998a). When Politics and Models Collide: Estimating Models of Multi-Party Elections," *American Journal of Political Science*, 42(1): 55-96
- ALVAREZ, R. Michael, e NAGLER, Jonathan (1998b). Economics, Entitlements and Social Issues: Voter Choice in the 1996 Presidential Election. *American Journal of Political Science*, 42(4): 1349-1363
- ARAGONES, Enriqueta (1994). Negativity Effect and the Emergence of Ideologies. *CMSEMS Discussion Paper n.º 1125*, Northwestern University
- ARCELUS, Francisco, e Meltzer, Allan H. (1975). The Effect of Aggregate Economic Variables on Congressional Elections. *The American Political Science Review*, 69(4): 1232-1239
- ARELLANO, Manuel, e BOND, Stephen R. (1991). Some Tests of Specification for Panel Data: Monte Carlo Evidence and an Application to Employment Equations. *Review of Economic Studies*, 58: 277-297
- BALEIRAS, Rui Nuno (1997). Electoral Defeats and Local Political Expenditure Cycles. *Economic Letters*, 56: 201-207
- BALEIRAS, Rui Nuno (1998). Local Finance in Portugal: Rules and Performance. *Working Paper n.º 320*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Departamento de Economia
- BALEIRAS, Rui Nuno, e COSTA, José S. (2001). To Be or not To Be in Office Again, That is the Question – Political Business Cycles with Local Governments. *Working Paper*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa
- BALEIRAS, Rui Nuno, e SANTOS, Vasco (2000). Behavioral and Institutional Determinants of Political Business Cycles. *Public Choice*, 104(1/2): 121-47
- BALTAGI, Badi H. (2001). *Econometric Analysis of Panel Data*. West Sussex: John Wiley & Sons
- BARBOSA, António S. (2002). Nota sobre uma Lei “Explosiva”. *Boletim Económico*. Banco de Portugal, Dezembro de 2002
- BARRO, Robert J., e GORDON, David B. (1983). Rules, Discretion and Reputation in a Model of Monetary Policy. *Journal of Monetary Economics*, 12(1): 101-121.
- BELLUCCI, Paolo (1991). Italian Economic Voting: A Deviant Case or Making a Case for Better Theory. In NORPOTH, Helmut, LEWIS-BECK, Michael S., e LAFAY, Jean-Dominique (eds.). *Economics and Politics: The Calculus of Support*. Ann Arbor: Michigan University Press, 1991. Pág. 63-81
- BERGANZA, Juan Carlos (2000). Two Roles for Elections: Disciplining the Incumbent and Selecting a Competent Candidate. *Public Choice*, 105: 165-193
- BLAIS, André, e NADEAU, Richard (1992). The Electoral Budget Cycle. *Public Choice*, 74: 389-403.
- BLAIS, André, e YOUNG, Robert (1999). Why do People Vote? An Experiment in Rationality. *Public Choice*, 99(1-2): 39-55
- BOND, Stephen R. (2002). Dynamic Panel Data Models: A Guide to Micro Data Methods and Practice. *Portuguese Economic Journal*, 1: 141-162

- BLOOM, Howard S., e PRICE, H. Douglas (1975). Voter Response to Short-Run Economic Conditions: The Asymmetric Effect of Prosperity and Recession. *American Political Science Review*, 69(4): 1240-1254
- BOROOAH, Vani K., e BOROOAH, Vidya (1990). Economic Performance and Political Popularity in the Republic of Ireland. *Public Choice*, 67(1): 65-79
- CAMERON, Lisa, e CROSBY, Mark (2000). It's the Economy Stupid: Macroeconomics and Federal Elections in Australia. *The Economic Record*, 76(235): 354-364
- CAMPBELL, Angus (1960). Surge and Decline: A Study of Electoral Change. *Public Opinion Quarterly*, 24:397-418
- CAMPBELL, James (1987). The Revised Theory of Surge and Decline. *American Journal of Political Science*, 31: 965-979
- CAMPBELL, James (1993). *The Presidential Pulse of Congressional Elections*. Lexington, KY: The University Press of Kentucky
- CARGILL, Thomas F., e HUTCHISON, Michael M. (1991). Political Business Cycles with Endogenous Election Timing: Evidence from Japan. *Review of Economics and Statistics*, 73(4): 733-739
- CARLSEN, Fredrik (1999). Inflation and Elections: Theory and Evidence for Six OECD Economies. *Economic Inquiry*, 37(1): 120-135
- CARLSEN, Fredrik, e PEDERSEN, Elin F. (1999). Rational Partisan Theory: Evidence for Seven OECD Economies. *Economics and Politics*, 11(1): 13-32
- CARVALHO, Joaquim S. (1994). *O Processo Orçamental das Autarquias Locais*. Tese de Mestrado em Finanças. Porto: Universidade Portucalense
- CHANEY, Carole, ALVAREZ, R. Michael, e NAGLER, Jonathan (1998). Explaining the Gender Gap in U.S. Presidential Elections, 1980-1992, *Political Research Quarterly*, 51(2): 311-339
- CHAPPELL, Henry W., Jr. (1983). Presidential Popularity and Macroeconomic Performance: Are Voters Really So Naive?. *Review of Economics and Statistics*, 65(3): 385-392
- CHAPPELL, Henry W., Jr. (1990). Economic Performance, Voting, and Political Support: A Unified Approach. *Review of Economics and Statistics*, 72(2): 313-320
- CHAPPELL, Henry W., Jr., e KEECH, William R. (1984). A New View of Political Accountability for Economic Performance. *American Political Science Review*, 78(4): 1104-1138
- CHAPPELL, Henry W., Jr., e KEECH, William R. (1985). Welfare Consequences of the Six Year Presidential Term Evaluated in the Context of a Model of the U.S. Economy. *American Political Science Review*, 77: 75-91
- CHAPPELL, Henry W., Jr., e Keech, WILLIAM R. (1986). Policy motivation and party differences in a dynamic spatial model of party competition. *American Political Science Review*, 80:881-899
- CHAPPELL, Henry W., Jr., e Keech, WILLIAM R. (1991). Explaining Aggregate Evaluations of Economic Performance. In Norpoth, Helmut, Lewis-Beck, Michael S., e Lafay, Jean-Dominique (eds.). *Economics and Politics: The Calculus of Support*. Ann Arbor: Michigan University Press, 1991. Pág. 207-220
- CHOWDHURY, Abdur R. (1993). Political Surfing over Economic Waves: Parliamentary Election Timing in India. *American Journal of Political Science*, 37: 1100-1118
- CLARKE, H. D., e STEWART, M. C. (1994). Prospecctions, Retrospections and Rationality: The "Bankers" Model of Presidential Approval Reconsidered. *American Journal of Political Science*, 38: 1104-1123
- COELHO, César e VEIGA, Linda Gonçalves (2001). Ciclos Político-económicos e o Poder Local. *Actas da IV Conferência sobre a Economia Portuguesa*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa
- COSTA-GOMES, Miguel, e TAVARES, José A. (1999). Democracy and Business Cycles: Evidence From Portuguese Economic History. *European Review of Economic History*, 3(3): 295-322

- CUKIERMAN, Alex (1986). Central Bank Behavior and Credibility - Some Recent Theoretical Developments. *Federal Reserve Bank of St. Louis Review*, 68: 5-17
- CUKIERMAN, Alex (1992). *Central Bank Strategy, Credibility and Independence: Theory and Evidence*. Cambridge, MA: The MIT Press
- CUKIERMAN, Alex, e MELTZER, Alan (1986). A Positive Theory of Discretionary Policy, the Cost of a Democratic Government, and the Benefit as a Constitution. *Economic Inquiry*, 24: 367-388
- DIRECÇÃO GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS (1979-1983, 1986-2002). *Finanças Municipais*. Lisboa
- DOWNS, Anthony (1957a). *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper & Row
- DOWNS, Anthony (1957b). An Economic Theory of Political Action in a Democracy. *Journal of Political Economy*, LXV(2): 135-150
- DRAZEN, Allan (2000). *Political Economy in Macroeconomics*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press
- DUA, Pami, SMYTH, David J., e TAYLOR, Susan Washburn (1995). Public Perceptions of Macroeconomic Policy During the Bush Presidency. *Southern Economic Journal*, 61(3): 775-782
- DUR, Robert A. J. (2001). Why do Policy Makers Stick to Inefficient Decisions?. *Public Choice*, 107: 221-234
- ELLIS, Christopher J., e THOMA, Mark A. (1993). Credibility and Political Business Cycles. *Journal of Macroeconomics*, 15(1): 69-89
- ERICKSON, Robert S. (1988). The Puzzle of Midterm Loss. *Journal of Politics*, 50: 1012-1029
- ERICKSON, Robert S. (1989). Economic Conditions and the Presidential Vote. *American Political Science Review*, 83: 567-573
- EULAU, Heinz, e LEWIS-BECK, Michael S. (1985). *Economic Conditions and Electoral Outcomes*. New York: Agathon Press
- FAIR, Ray C. (1975). On Controlling the Enemy to Win Elections. *Cowles Foundation Discussion Paper* n.º 397
- FAIR, Ray C. (1978). The Effects of Economic Events on Votes for President. *Review of Economics and Statistics*, 60: 159-133
- FAIR, Ray C. (1996). Econometrics and Presidential Elections. *Journal of Economic Perspectives*, 10(3): 89-102
- FEREJOHN, John (1986). Incumbent Performance and Electoral Control. *Public Choice*, 50(1-3): 5-25
- FIDRMUC, Jan (2000). Political Support for Reforms: Economics of Voting in Transition Countries. *European Economic Review*, 44(8): 1491-1513
- FIELDING, David (2000). Social and Economic Determinants of English Voter Choice in the 1997 General Election. *Public Choice*, 102(3-4): 271-295
- FIORINA, Morris P. (1981). *Retrospective Voting in American National Elections*. New Haven: Yale University Press
- FIORINA, Morris P. (1997). Voting Behavior. In Mueller, Dennis C. (ed.). *Perspectives on Public Choice – A Handbook*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 391-414
- FISCHER, Stanley (1986). Monetary Rules and Commodity Schemes Under Uncertainty, *Journal of Monetary Economics*, (17): 21-35
- FOLEY, Duncan K. (1978). State Expenditure from a Marxist Perspective. *Journal of Public Economics*, 9: 221-238
- FREY, Bruno S. (1974). The Politico-Economic System: A Simulation Model. *Kyklos*, 27(2): 227-254
- FREY, Bruno S. (1978a). Keynesian Thinking in Politico-Economic Models. *Journal of Post Keynesian Economics*, 1(1): 71-81

- FREY, Bruno S. (1978b). Politico-Economic Models and Cycles. *Journal of Public Economics*, 9: 203-220
- FREY, Bruno S., e GARBERS, Hermann (1971). 'Politico-Econometrics' – On Estimation in Political Economy. *Political Studies*, 19(3): 316-320
- FREY, Bruno S., e LAU, Lawrence J. (1968). Towards a Mathematical Model of Government Behaviour. In Frey, Bruno S. (ed.). *Political Business Cycles*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 1997. Pág. 140-165
- FREY, Bruno S., e SCHNEIDER, Friedrich (1978a). An Empirical Study of Politico-Economic Interaction in the United States. *Review of Economics and Statistics*, 6(2): 174-183
- FREY, Bruno S., e SCHNEIDER, Friedrich (1978b). A Politico-Economic Model of the United Kingdom. *The Economic Journal*, 88(2): 243-253
- FREY, Bruno S., e SCHNEIDER, Friedrich (1979). An Econometric Model with an Endogenous Government Sector. *Public Choice*, 34(1): 29-43
- FREY, Bruno S., e SCHNEIDER, Friedrich (1981). A Politico-Economic Model of the U.K.: New Estimates and Predictions. *The Economic Journal*, 91(3): 737-740
- FREY, Bruno S., e SCHNEIDER, Friedrich (1988). Politico-Economic Models of Macroeconomic Policy: A Review of the Empirical Evidence. In FREY, Bruno S. (ed.), *Political Business Cycles*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 1997. Pág. 3-39
- GALLI, Emma, e ROSSI, Stefania P. (2002). Political Budget Cycles: The Case of the Western German Länder. *Public Choice*, 110(3/4): 283-303
- GARFINKEL, Michelle R., e GLAZER, Amihai (1994). Does Electoral Uncertainty Cause Economic Fluctuations?. *American Economic Review*, 84(2):169-173
- GÄRTNER, Manfred (1994). Democracy, Elections, and Macroeconomic Policy: Two Decades of Progress. *European Journal of political Economy*, 10: 85-109
- GÄRTNER, Manfred (1996). Political Business Cycles when Real Activity is Persistent. *Journal of Macroeconomics*, 18(4): 679-692
- GÄRTNER, Manfred, e WELLERSHOFF, Klaus W. (1995). Is There an Election Cycle in American Stock Returns?. *International Journal of Economics & Finance*, 4(4): 387-410
- GOODHART, C. A. E., e BHANSALI, R. J. (1970). Political Economy. *Political Studies*, 18(1): 43-106
- GOODMAN, Saul, e KRAMER, Gerald H. (1975). Comment on Arcelus and Meltzer. *The American Political Science Review*, 69(4): 1255-1265
- GREENE, William H. (2000). *Econometric Analysis*. 4th. Edition. New York: Prentice Hall
- GRIER, Kevin B. (1987). Presidential Politics and Federal Reserve Independence : an Empirical Test. *Southern Economic Journal*, 54: 475-486
- GUTTMAN, Joel M., e SHACHMUROVE, Yochanan (1990). Dynamic Optimization of Political Popularity in an Empirical Macroeconomic Model. *Public Choice*, 66(1): 51-66
- HARRINGTON, Joseph E., Jr. (1993). Economic Policy, Economic Performance, and Elections. *American Economic Review*, 83: 27-42
- HARRISON, Michael J., e MARSH, Michael (1998). A Re-examination of an Irish Popularity Function. *Public Choice*, 94(3-4): 367-383
- HAYNES, Stephen E. (1995). Electoral and Partisan Cycles Between U.S. Economic Performance and Presidential Popularity. *Applied Economics*, 27(1): 95-105
- HAYNES, Stephen E., e STONE, Joe A. (1989). Integrated Test for electoral cycles in the U.S. Economy. *Review of Economics and Statistics*, 71: 426-434
- HAYNES, Stephen E., e STONE, Joe A. (1990). Political Models of the Business Cycle Should Be Revived. *Economic Inquiry*, 28: 442-466

- HETHERINGTON, Marc J. (1996). The Media's Role in Forming Voters' National Economic Evaluations in 1992. *American Journal of Political Science*, 40(2): 372-395
- HIBBS, Douglas A., Jr. (1977). Political Parties and Macroeconomic Policy. *American Political Science Review*, 71(4): 1467-1487
- HIBBS, Douglas A., Jr. (1981). Economics and Politics in France: Economic Performance and Mass Political Support for Presidents Pompidou and Giscard D'Estaign. *European Journal of Political Research*, 9(2): 133-145
- HIBBS, Douglas A., Jr. (1982a). On the Demand for Economic Outcomes: Mass Political Support in the United States, Great Britain and Germany. *Journal of Politics*, 44(4): 426-462
- HIBBS, Douglas A., Jr. (1982b). Economic Outcomes and Political Support for British Governments among Occupational Classes: A Dynamic Analysis. *American Political Science Review*, 76(2): 259-279
- HIBBS, Douglas A., Jr. (1987). *The Political Economy of Industrial Democracies*. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press
- HIBBS, Douglas A., Jr. (1992). Partisan Theory After Fifteen Years. *European Journal of Political Economy*, 8: 361-373
- HIBBS, Douglas A., Jr. (1994). The Partisan Model of Macroeconomic Cycles: More Theory and Evidence for the United States. *Economics and Politics*, 6(1): 1-23
- HIBBS, Douglas A., Jr. (2000). Bread and Peace Voting in U. S. Presidential Elections. *Public Choice*, 104: 149-180
- HIBBS, Douglas A., Jr., e FASSBENDER, H. (1981). *Comtemporary Political Economy*. Amsterdam: North-Holland Publishing Company
- HIBBS, Douglas A., Jr., e MADSEN, Henrick (1981). The Impact of Economic Performance on Electoral Support in Sweden, 1967-1978. *Scandinavian Political Studies*, 4(1): 33-50
- HOTELLING, Harold (1929). Stability in Competition. *The Economic Journal*, XXXIX: 41-57
- HSIEH, John Fuh Sheng, LACY, Dean, e NIOU, Emerson M. S. (1998). Retrospective and Prospective Voting in a One-Party-Dominant Democracy: Taiwan's 1996 Presidential Election. *Public-Choice*, 97(3): 383-99
- IBRAHIM, M.M. (1994). Party Politics and Spending Decisions in Local Authorities. *International Journal of Public Sector Management*, 5: 67-71
- ISLAM, M. N. (1995). Stochastic Trend, Institutional Dynamics, and Endogenous Export-growth Linkages. *Papers Series n. 9521*. Concordie, Department of Economics
- ITO, Takatoshi (1990). The Timing of Elections and Political Business Cycles in Japan. *Journal of Asian Economics*, 1(1): 135-156
- ITO, Takatoshi, e Park, Jin Hyuk (1988). Political Business Cycles in the Parliamentary System. *Economics Letters*: 27(3): 233-238
- JOHNSTON, Ron J. (2000). Locating the Altruistic Voter: Context, Egocentric Voting, and Support for the Conservative Party at the 1997 General Election in England and Wales. *Environment and Planning*, 32(4): 673-694
- JUDSON, Ruth A., e OWEN, Ann L. (1996). Estimating Dynamic Panel Data Models: A Practical Guide for Macroeconomics. *Federal Reserve Board of Governors*, January 1996
- KALECKI, Michael (1943). Political Aspects of Full Employment. In FREY, Bruno S. (ed.). *Political Business Cycles*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, pp. 119-128
- KEECH, William R. (1995). *Economic politics: The costs of democracy*. Cambridge, New York and Melbourne: Cambridge University Press
- KEIL, Manfred W. (1988). Is the Political Business Cycle Really Dead?. *Southern Economic Journal*, (55): 86-99

- KERNELL, Samuel (1977). Presidential Popularity and Negative Voting: An Alternative Explanation of the Midterm Congressional Decline of the President's Party. *American Political Science Review*, 71(1): 44-66
- KEY, V. O., Jr. (1966). *The Responsible Electorate: Rationality in Presidential Voting, 1936-60*. Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press
- KEYNES, John M. (1936). *The General Theory of Employment, Interest, and Money*. London: MacMillan
- KIEWIET, D. Roderick (1981). The Effects of Personal Economic Problems Upon Voting in American National Elections. *Social Science Working Paper 348*. California Institute of Technology, Pasadena
- KIEWIET, D. Roderick, e RIVERS, Douglas (1984). A Retrospective on Retrospective Voting. *Social Science Working Paper 528*. California Institute of Technology, Pasadena
- KIEWIET, D. Roderick, e UDELL, Michael (1998). Twenty-Five Years after Kramer: An Assessment of Economic Retrospective Voting Based upon Improved Estimates of Income and Unemployment. *Economics and Politics*, 10(3): 219-248
- KINDER, D. R., e KIEWIET, D. Roderick (1979). Economic Discontent and Political Behavior: The Role of Personnel Grievances and Collective Economic Judgments in Congressional Voting. *American Journal of Political Science*, 23: 495-527.
- KIRCHGÄSSNER, Gebhard (1981). The Effect of Economic Events on Votes for President – Some Alternative Estimates. *Zurich: Swiss Federal Institute of Technology, mimeographed*
- KIRCHGÄSSNER, Gebhard (1986). Economic Conditions and the Popularity of West German Parties: A Survey. *European Journal of Political Research*, 14(4): 421-439
- KIRCHGÄSSNER, Gebhard (1991). On the Relation Between Voting Intentions and the Perceptions of the General Economic Situation: An Empirical Analysis for the Federal Republic of Germany, 1972-1986. *European Journal of Political Economy*, 7: 497-526
- KRAMER, Gerald H. (1971). Short-Term Fluctuations in U.S. Voting Behavior, 1896-1964. *The American Political Science Review*, 65(1): 131-143
- KRAMER, Gerald H. (1983). The Ecological Fallacy Revisited: Aggregate- versus Individual-Level Findings on Economics and Elections, and Sociotropic Voting. *The American Political Science Review*, 77(1): 92-111
- KRAUSE, George A. (1997). Voters, Information Heterogeneity, and Dynamics of Aggregate Economic Expectations. *American Journal of Political Science*, 41(4): 1170-1200
- KYDLAND, Finn E., e PRESCOTT, Edward C. (1977). Rules Rather Than Discretion: The Inconsistency of Optimal Plans. *Journal of Political Economy*, 85(3): 473-491
- LAFAY, Jean-Dominique (1981). Empirical Analysis of Politico-Economic Interaction in East European Countries. *Soviet Studies*, 33(3): 386-400
- LAFAY, Jean-Dominique (1990). Survey of French VP-Literature. *Collection of Conference Papers*. Association Française de Science Politique, Paris
- LETTERIE, Wilko, e SWANK, Otto H. (1997). Electoral and Partisan Cycles Between US Economic Performance and Presidential Popularity: A Comment on Stephen H. Haynes. *Applied Economics*, 29(12): 1585-1592
- LEVERNIER, William (1992). A Two-Stage Model of the Effect of Economic Conditions on Election Outcomes. *Atlantic Economic Journal*, 20(2): 65-76
- LEWIS-BECK, Michael S. (1988). *Economics and Elections: The Major Western Democracies*. Ann Arbor: Michigan University Press
- LEWIS-BECK, M. S., e PALDAM, Martin (2000). *Economic Voting: Comparisons and Conclusions*. *Electoral Studies*, volume especial
- LINDBECK, Assar (1976). Stabilization Policies in Open Economies with Endogenous Politicians. *American Economic Review Papers and Proceedings*, 66: 1-19

- LOCKERBIE, Brad (1991). The Temporal Pattern of Economic Evaluations and Vote Choice in Senate Elections. *Public Choice*, 69(3): 279-294
- LUCAS, Robert E., Jr. (1972). Expectations and the Neutrality of Money. *Journal of Economic Theory*, 4: 103-124
- LURIA, Daniel, e MACEWAN, Arthur (1976). International Crisis and Politicization of Economic Activity. *American Economic Review*, 66(2): 35-39
- LYBECK, J. A. (1985). A Simultaneous Model of Politico-Economic Interaction in Sweden. *European Journal of Political Research*, 13: 135-151
- MACKUEN, Michael B., ERIKSON, Robert S., e STIMSON, James A. (1992). Peasants or Bankers? The American Electorate and the U.S. Economy. *American Political Science Review*, 86(3): 597-611
- MACRAE, C. Duncan (1977). A Political Model of the Business Cycle. *Journal of Political Economy*, 85(2): 239-263
- MARQUES, Luís D. (2000). Modelos Dinâmicos com Dados em Painel: Revisão de Literatura. *Working Paper do CEMPRE*, Outubro de 2000. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Economia
- MARTA, José M. (2000). *Imperfeições e Competição no Processo Político: Uma Aplicação aos Governos Locais*. Tese de Mestrado em Administração Pública. Braga: Universidade do Minho
- MARTINELLI, César (2001). Elections with Privately Informed Parties and Voters. *Public Choice*, 108: 147-167
- MARTINS, Rodrigo C. A. (2001). *Voto, Eleitores e Ciclos Políticos: Uma Análise Político-Económica*. Tese de Mestrado em Economia. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia
- MARX, Karl (1867). *Capital, vol. I, II e III*. New York : International Publishers
- MCCALLUM, Bennett T. (1978). The Political Business Cycle: An Empirical Test. *Southern Economic Journal*, 44: 504-515
- MERSHON, Carol (1996). The Costs of Coalition: Coalition Theories and Italian Governments. *American Political Science Review*, 90(3): 534-554
- MILLER, A. H., e LISTHAUG, O. (1985). Economic Effects on the Vote in Norway. In EULAU, Heinz, e LEWIS-BECK, Michael S. (eds.). *Economic Conditions and Electoral Outcomes*. New York: Agathon Press
- MUELLER, Dennis C. (1989). The Paradox of Voting. In MUELLER, Dennis C. (ed.). *Public Choice II: A Revised Edition of Public Choice*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 348-369
- MUELLER, John E. (1970). Presidential Popularity From Truman to Johnson. *The American Political Science Review*, 64(1): 18-34
- NADEAU, Richard, e BLAIS, André (1995). Economic Conditions, Leader Evaluations and Election Outcomes in Canada. *Canadian Public Policy*, 21(2): 212-218
- NADEAU, Richard, NIEMI, Richard G., e AMATO, Timothy (2000). Elite Economic Forecasts, Economic News, Mass Economic Expectations, and Voting Intentions in Great Britain. *European Journal of Political Research* 38: 135-170
- NAGLER, Jonathan, e NIEMANN, Jennifer (1997). Economic Voting: Enlightened Self-Interest and Economic Reference Groups. Apresentado na *Annual Meeting of the Midwest Political Science Association*, Chicago, Illinois
- NANNESTAD, Peter (1991). *Danish Design or British Disease?*. Århus: Århus University Press
- NANNESTAD, Peter, e PALDAM, Martin (1994). The VP-function: A Survey of the Literature on Vote and Popularity Functions After 25 Years. *Public Choice*, 79: 213-245

- NANNESTAD, Peter, e PALDAM, Martin (1996). It's the Governments Fault! A Cross-Section Study of Economic Voting in Denmark, 1990-93. *European Journal of Political Research*, 28(1): 33-65
- NANNESTAD, Peter, e PALDAM, Martin, (1997a). The Grievance Asymmetry Revisited. A Micro Study of Economic Voting in Denmark, 1986-92. *European Journal of Political Economy*, 13 (1): 81-99
- NANNESTAD, Peter, e PALDAM, Martin (1997b). From the Pocketbook of the Welfare Man. A Pooled Cross-Section Study of Economic Voting in Denmark, 1986-92. *British Journal of Political Science* 27(1): 119-136
- NANNESTAD, Peter, e PALDAM, Martin (2000). Into Pandora's Box of Economic Evaluations: A Study of the Danish Macro VP-function, 1986-1997. *Electoral Studies*, 19(2-3); 123-140
- NANNESTAD, Peter, e PALDAM, Martin (2002). The Cost of Ruling. A Foundation Stone for Two Theories. In Dorussen, Han e Taylor, Michael (eds.), *Economic Voting*. London, New York: Routledge, pp. 17-44
- NECK, Reinhard, e KARBUZ, Sohbet (1995). What Remains of the Popularity Function? The Case of Austria. *International Advances in Economic Research*, 1(3): 263-271
- NECK, Reinhard, e KARBUZ, Sohbet (1997). Econometric Estimations of Popularity Functions: A Case Study for Austria. *Public Choice*, 91(1): 57-88
- NORDHAUS, William D. (1975). The Political Business Cycle. *The Review of Economic Studies*, 42: 169-170
- NORPOTH, Helmut, e YANTEK, Thom (1983). Macroeconomic Conditions and Flutuactions of Presidential Popularity: The Question of Lagged effects. *American Journal of Political Science*, 27(4): 785-807
- NORPOTH, Helmut, LEWIS-BECK, Michael S., e LAFAY, Jean-Dominique (1991). *Economics and Politics: The Calculus of Support*. Ann Arbor: Michigan University Press
- OKUN, Arthur M. (1973). Micropolitics and Macroeconomics: Comments on Stigler's Paper. *American Economic Review*, 63(2): 172-180
- PALDAM, Martin (1986). The Distribution of Election Results and the Two Explanations of the Cost of Ruling. *European Journal of Political Economy*, 2(1): 5-24
- PALDAM, Martin (1991). How Robust is the Vote Function? A Study of Seventeen Nations Over Four Decades. In NORPOTH, Helmut, LEWIS-BECK, Michael S., e LAFAY, Jean-Dominique (eds.). *Economics and Politics: The Calculus of Support*. Ann Arbor: Michigan University Press, pp. 9-31
- PALDAM, Martin (1997). Political Business Cycles. In MUELLER, Dennis C. (ed.). *Perspectives on Public Choice. A Handbook*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. Pág. 342-370
- PALDAM, Martin, e NANNESTAD, Peter (2000). What Do Voters Know about the Economy? A Study of Danish Data. *Electoral Studies*, 19(2-3): 363-391
- PALDAM, Martin, e SCHNEIDER, Friedrich (1980). The Macro-Economic Aspects of Government and Opposition Popularity in Denmark, 1957-78. *Nationaløkonomisk tidsskrift*, 118(2): 149-170
- PALDAM, Martin, e SKOTT, Peter (1995). A Rational-Voter Explanation of the Cost of Ruling. *Public Choice* 83: 159-172
- PATTIE, C.J., e JOHNSTON, Ron J. (2001). Routes to Party Choice: Ideology, Economic Evaluations and Voting at the 1997 British General Election. *European Journal of Political Research* 39: 373-389
- PELTZMAN, Sam (1992). Voters as Fiscal Conservatives. *Quarterly Journal of Economics*, 107(2): 327-361
- PERSSON, Torsten, e SVENSSON, Lars E. O. (1989). Why a Stubborn Conservative Would Run a Deficit: Policy with Time-Inconsistent Preferences. *Quarterly Journal of Economics*, 104: 325-345

- PERSSON, Thorsten, and TABELLINI, Guido (1990). *Macroeconomic Policy, Credibility and Politics*. London, Harwood Academic Publishers
- PERSSON, Torsten, e TABELLINI, Guido (2000). *Political Economics. Explaining Economic Policy*. Cambridge, Massachussets: The MIT Press
- PERSSON, Thorsten, and TABELLINI, Guido (2002). Political Economics and Public Finance. In AUBERBACH, Alan J., e FELDSTEIN, Martin (eds.), *Handbook of Public Economics*. Vol. 3, Amsterdam, North-Holland
- PETTERSSON-LIDBOM, Per (2001). An Empirical Investigation of the Strategic Use of Debt. *Journal of Political Economy*, 109: 570-583
- PETTERSSON-LIDBOM, Per (2003). A Test of the Rational Electoral-Cycle Hypothesis. Stockholm University, Department of Economics. *Research Papers in Economics*, 2003:16
- PISSARIDES, Christopher A. (1980). British Government Popularity and Economic Performance. *Economic Journal*, 90(3): 569-581
- POMMERHNE, Werner W. (1978). Institutional Approaches to Public Expenditure – Empirical Evidence from Swiss Municipalities. *Journal of Public Economics*, 9: 255-80.
- POTERBA, James (1994). State Responses to Fiscal Crisis: The Effect of Budgetary Institutions and Politics. *Journal Of Political Economy*, 109(3): 798-821
- PRICE, Simon (1997). Political Business Cycles and Macroeconomic Credibility: A Survey. *Public Choice*, 92: 407-427
- PRICE, Simon, e SANDERS, David (1994). Economic Competence, Government Popularity and Rational Expectations. *Manchester School*, 62: 100-112
- RATTINGER, Hans (1991). Unemployment and Elections in West Germany. In Norpoth, Helmut, Lewis-Beck, Michael S., e Lafay, Jean-Dominique (eds.). *Economics and Politics: The Calculus of Support*. Ann Arbor: Michigan University Press, pp. 49-62
- REED, W. Robert (1994). A Retrospective Voting Model with Heterogeneous Politicians. *Economics and Politics*, 6(1): 39-58
- REED, W. Robert, e CHO, Joonmo (1998). A Comparison of Prospective and Retrospective Voting with Heterogeneous Politicians. *Public Choice*, 96(1-2): 93-116
- REMMER, Karen L. (1991). The Political Impact of Economic Crisis in Latin America in the 1980s. *American Political Science Review*, 85(3): 777-800
- RESNICK, Stephen, e WOLFF, Richard D. (1983). A Marxist Theory of the State. In Wade, Larry L. (ed.). *Political Economy*. Boston: Kluwer-Nijhoff Publishing, pp. 121-155
- RIVERS, Douglas (1986). Microeconomics and Macropolitics: A Solution to the Kramer Problem. *Social Science Working Paper 602*. California Institute of Technology, Pasadena
- ROGOFF, Kenneth (1990). Equilibrium Political Budget Cycles. *American Economic Review*. 80:21-36
- ROGOFF, Kenneth, and SIBERT, Anne (1988). Elections and Macroeconomic Policy Cycles. *The Review of Economic Studies*, 55:1-16
- ROSEMBERG, Jacob (1992). Rationality and the Political Business Cycle: The Case of Local Government. *Public Choice*, 73:71-81.
- SAEZ-LOZANO, Jose Luis (1996). Economia, Política y Elecciones en la Democracia Chilena, 1989-1996. *Estudios Economicos*, 11(2): 237-296
- SANI, Giacomo, e Segatti, Paolo (1998). Platforms, Media and Voters. *European Journal of Political Research* 34: 105–119
- SANTOS, Ana Bela, e BARROS, Carlos (1995a). A Popularity Function for Portugal. *Documento de Trabalho nº 2/95, Cadernos de Económicas*, Instituto Superior de Economia e Gestão
- SANTOS, Ana Bela, e BARROS, Carlos (1995b). A Cointegration Analysis of Politico-Economic Variables. *Documento de Trabalho nº 5/95, Cadernos de Económicas*, Instituto Superior de Economia e Gestão

- SARGENT, Thomas J., e WALLACE, Neil (1975). Rational Expectations, the Optimal Monetary Instrument, and the Optimal Money Supply Rule. *Journal of Political Economy*, 83(2): 241-254
- SCHNEIDER, Friedrich, POMMEREHNE, Werner W., e FREY, Bruno S. (1981). Politico-Economic Interdependence in a Direct Democracy: The Case of Switzerland. In HIBBS, Douglas A., Jr., e FASSBENDER, H. (eds.). *Contemporary Political Economy*. Amsterdam: North-Holland Publishing Company, 1981
- SCHULTZ, Christian (1996). Polarization and Inefficient Policies. *The Review of Economic Studies*, 63: 331-344
- SCHULTZ, Kenneth A. (1995). The Politics of the Political Business Cycle. *British Journal of Political Science*, 25: 79-99
- SCHUMPETER, Joseph A. (1939). *Business Cycles*. New York: McGraw-Hill Inc
- SMYTH, David J., DUA, Pami, e TAYLOR, Susan Washburn (1994). Voters and Macroeconomics: Are They Forward Looking or Backward Looking?. *Public Choice*, 78(3-4): 283-293
- SMYTH, David J., DUA, Pami, e TAYLOR, Susan Washburn (1995). Structural Change in the Relationship Between Presidential Popularity and Inflation and Unemployment: The Nixon and Ford Presidencies. *Applied Economics Letters*: 2(9): 305-307
- SMYTH, David J., e TAYLOR, Susan Washburn (1991). Regional Variations in the Social Preference Function between Inflation and Unemployment. *Review of Regional Studies*, 21(1): 1-10
- SMYTH, David J., e TAYLOR, Susan Washburn (1992). Do Group-Specific or National Unemployment Rates Influence Perceptions?. *Journal of Economic Behavior and Organization*, 19(3): 379-388
- SNOWDON, Brian, e VANE, Howard R. (1997). Politics and the Macroeconomy: Endogenous Politicians and Aggregate Instability. In SNOWDON, Brian, e VANE, Howard R. (eds.). *Reflections on the Development of Modern Macroeconomics*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing Company, pp. 204-235
- SEITZ, Helmut (2000). Fiscal Policy, Deficits and Politics of Subnational Governments: The Case of the German Laender. *Public Choice*, 102(1/2): 183-218
- STEPHAN, J. (1990). Political Exchange Rate Cycles: Theory and Empirical Evidence. In VOSGERAU, Hans-Jurgen (ed.) *European Integration in the World Economy*. Berlin: Springer, 1990
- STEVENSON, R. (1999). Cabinet Duration and the Cost of Ruling: An Extension of 'A Rational-voter Explanation'. *Working Paper*, Political Science Department, Rice University
- STIGLER, George (1973). General Economic Conditions and National Elections. *American Economic Review*, 63: 160-167
- STIMSON, J. A. (1976). Public Support for American Presidents: A Cyclical Model. *Public Opinion Quarterly*, 23(1): 1-21
- STRUMPF, KOLEMAN SAMUEL, e PHILLIPPE, JOHN R., JR. (1999). Estimating Presidential Elections: The Importance of State Fixed Effects and the Role of National versus Local Information. *Economics and Politics*, 11(1): 33-50
- SWANK, OTTO H. (1998a). Partisan Policies, Macroeconomic Performance and Political Support. *Journal of Macroeconomics*, 20(2): 367-386
- SWANK, OTTO H. (1998b). Towards an Economic Theory of Party Ideology. *European Journal of Political Economy*, 14: 223-240
- SWANK, OTTO H. (1999). Policy Advice, Secrecy, and Reputational Concerns. *European Journal of Political Economy*, aceite para publicação
- SWANK, OTTO H., e EISINGA, ROB (1999). Economic Outcomes and Voting Behaviour in a Multi-party System: An Application to the Netherlands. *Public Choice*, 101(3-4): 195-213

- TAYLOR, Michael A. (2000). Channeling frustrations: Institutions, economic fluctuations, and political behavior. *European Journal of Political Research* 38: 95–134
- TINBERGEN, Jan (1956). *Economic Policy: Principles and Design*. Amsterdam: North-Holland
- TUFTE, Edward R. (1975). Determinants of the Outcomes of Midterm Congressional Elections. *American Political Science Review*, 69(3): 812-826
- TUFTE, Edward R. (1978). *Political Control of the Economy*. Princeton: Princeton University Press
- VEIGA, Francisco José, e VEIGA, Linda Gonçalves (2004a). The Determinants of Vote Intentions in Portugal. *Public Choice*, 118(3/4): 341-364
- VEIGA, Francisco José, e VEIGA, Linda Gonçalves (2004b). Popularity Functions, Partisan Effects and Support in Parliament. *Economics & Politics*, 16(1): 101-115
- VEIGA, Francisco José, e VEIGA, Linda Gonçalves (2004c). Ciclos Político-económicos nos Municípios Portugueses. *Actas da II Conferência do Banco de Portugal: Desenvolvimento Económico Português no Espaço Europeu*. Lisboa
- VEIGA, Linda Gonçalves (1998). Popularity Functions for the Portuguese Prime Minister, Government, Parliament and President. *European Journal of Political Economy*, 33: 347-361
- VEIGA, Linda Gonçalves, e CHAPPELL, Henry, Jr. (2000). Politics and Unemployment in Industrialized Democracies. *Public Choice*, 110(3/4): 261-282
- WADE, Larry L. (1983). *Political Economy*. Boston: Kluwer-Nijhoff Publishing
- WHITELEY, Paul (1980). *Models of Political Economy*. London: Sage Publications
- WILLEME, P., e De-Pelsmacker, P. (1991). The Determinants of Popularity of Political Parties in Flanders: A Market Share Approach. *Cahiers Economiques de Bruxelles*, 0(131): 343-363
- WILLET, Thomas D. (1988). *Political Business Cycles: The Political Economy of Money, Inflation, and Unemployment*. Durham and London: Duke University Press
- WILLETTE, Jennifer R. (1999). Economic Perceptions and Information in a Heterogeneous Electorate. Apresentado na *Annual Meeting of the Midwest Political Science Association*, Chicago, Illinois, 1999
- WRIGHT, Gavin (1974). The Political Economy of New Deal Spending: An Econometric Analysis. In FREY, Bruno S. (ed.), *Political Business Cycles*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, pp. 223-231
- YANTEK, Thom (1982). Public Support for Presidential Performance: A Study of Macroeconomic Effects. *Polity*, 15(2): 268-278
- ZALLER, John (1998). Monica Lewinsky's Contribution to Political Science. *PS: Political Science and Politics*, 31: 182-189

ANEXOS

Anexo I

	Modelos Tradicionais		Modelos com Expectativas Racionais		
	Modelo Oportunista	Modelo Partidário	M. Oportunista Racional	M. Partidário Racional	
P R E S S U P O S T O S	<p>P1 – Os eleitores são retrospectivos, míopes e idênticos. Preferem crescimento elevado e baixas taxas de desemprego e inflação. Descontam fortemente o passado.</p>	<p>P1' – Os eleitores são retrospectivos, míopes e heterogêneos. Apresentam preferências distintas quantos aos níveis de crescimento, desemprego e inflação. Descontam fortemente o passado.</p>	<p><i>Modelo de Persson e Tabellini (1990)</i> P1^{II} – Os eleitores são idênticos e procuram eleger um governante que maximize a sua utilidade. Todos possuem a mesma função utilidade:</p> $U = E \left\{ \sum_{t=0}^{\infty} \beta^t u(\pi_t, y_t) \right\}, \quad 0 < \beta < 1$ $u(\pi_t, y_t) = -\frac{1}{2}(\pi_t^2) + by_t, \quad b > 0$	<p><i>Modelo de Rogoff e Sibert (1988)</i> P1^{III} – Os eleitores são idênticos e procuram eleger um governante que maximize a sua utilidade. Todos possuem a mesma função utilidade:</p> $U = E \left\{ \sum_{t=0}^{\infty} \beta^t u_t \right\}, \quad 0 < \beta < 1$ $u_t = \bar{x} - \tau_t - s_t - W(s_t)$	<p>P1^{IV} – Os eleitores são heterogêneos e apresentam preferências distintas quantos aos níveis de crescimento, desemprego e inflação. Com base nessas preferências, escolhem o partido que maximiza a sua utilidade esperada:</p> $Max(u_t) = Max \sum_{t=0}^{\infty} \beta^t \left[-(\pi_t - \bar{\pi}^t)^2 + b^t y_t \right]$
	<p>P2 – O sistema político é composto por dois partidos idênticos, um no Governo e outro na oposição. Os políticos preferem estar no poder a estar na oposição. O seu objectivo é maximizar a popularidade de forma a serem reeleitos.</p>	<p>P2' – O sistema político é composto por dois partidos distintos, um no Governo e outro na oposição. Têm preferências diferenciadas: partidos de direita privilegiam o combate à inflação relativamente ao crescimento e ao emprego. Com os partidos de esquerda acontece o inverso.</p>	<p>P2 – O sistema político é composto por dois partidos idênticos, um no Governo e outro na oposição. Os políticos preferem estar no poder e não na oposição. O seu objectivo é maximizar a popularidade de forma a serem reeleitos.</p>	<p>P2 – O sistema político é composto por dois partidos idênticos, um no Governo e outro na oposição. Os políticos preferem estar no poder e não na oposição. O seu objectivo é maximizar a popularidade de forma a serem reeleitos.</p>	<p>P2' – O sistema político é composto por dois partidos distintos, um no Governo e outro na oposição. Têm preferências diferenciadas: partidos de direita privilegiam o combate à inflação relativamente ao crescimento e emprego. Com os partidos de esquerda acontece o inverso.</p>
	<p>P3 – O partido no poder controla os níveis de preços e de desemprego pela manipulação da procura agregada, através da política monetária e/ou orçamental.</p>	<p>P3 – O partido no poder controla os níveis de preços e de desemprego pela manipulação da procura agregada, através da política monetária e/ou orçamental.</p>	<p>P3' – O partido no poder controla directamente a inflação.</p>	<p>P3^{II} – O partido no poder controla directamente os instrumentos de política orçamental. Utiliza duas fontes de financiamento das despesas públicas: impostos não distorcedores e impostos de senhoriação.</p>	<p>P3' – O partido no poder controla directamente a inflação.</p>
	<p>P4 – O sistema económico é caracterizado por uma curva de Phillips aumentada de expectativas:</p> $y_t = \bar{y} + \gamma(\pi_t - \pi_t^e), \quad \gamma > 0$	<p>P4 – O sistema económico é caracterizado por uma curva de Phillips aumentada de expectativas:</p> $y_t = \bar{y} + \gamma(\pi_t - \pi_t^e), \quad \gamma > 0$	<p>P4' – O sistema económico é caracterizado por uma curva de Phillips aumentada de expectativas, com um termo que capta a competência:</p> $y_t = \bar{y} + \gamma(\pi_t - \pi_t^e) + \varepsilon_t,$ $\varepsilon_t = \mu_t + \mu_{t-1}, \quad E(\mu_t) = 0, \quad \forall_t$	<p>P4^{II} – O sistema económico é caracterizado pela seguinte restrição orçamental:</p> $g = \tau_t + s_t + \varepsilon_t$ $\varepsilon_t = \mu_t + \mu_{t-1}, \quad E(\mu_t) = 0, \quad \forall_t$	<p>P4 – O sistema económico é caracterizado por uma curva de Phillips aumentada de expectativas:</p> $y_t = \bar{y} + \gamma(\pi_t - \pi_t^e), \quad \gamma > 0$

	<p>P5 – As expectativas sobre a inflação são adaptativas: $\pi_t^e = \pi_{t-1} + \lambda(\pi_{t-1}^e - \pi_{t-1}), \quad 0 < \lambda < 1$</p> <p>P6 – O momento das eleições é fixado exogenamente.</p>	<p>P5 – As expectativas sobre a inflação são adaptativas: $\pi_t^e = \pi_{t-1} + \lambda(\pi_{t-1}^e - \pi_{t-1}), \quad 0 < \lambda < 1$</p> <p>P6 – O momento das eleições é fixado exogenamente.</p>	<p>P5^I – As expectativas sobre a inflação são racionais: $\pi_t^e = E(\pi_t I_{t-1})$</p> <p>P6 – O momento das eleições é fixado exogenamente.</p>	<p>P5^I – As expectativas sobre a inflação são racionais: $\pi_t^e = E(\pi_t I_{t-1})$</p> <p>P6 – O momento das eleições é fixado exogenamente.</p>	<p>P5^I – As expectativas sobre a inflação são racionais: $\pi_t^e = E(\pi_t I_{t-1})$</p> <p>P6 – O momento das eleições é fixado exogenamente.</p>
I M P L I C A Ç Õ E S	<ul style="list-style-type: none"> • Ciclo eleitoral em torno da data das eleições. Período pré-eleitoral de expansão, e pós-eleitoral de recessão. <p>Resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Período pré-eleitoral: crescimento e emprego acima dos seus valores naturais. • Período pós-eleitoral: inflação elevada, crescimento e emprego abaixo dos seus valores naturais. <p>Instrumentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Período pré-eleitoral: crescimento da massa monetária e taxas de juro nominais; aumento do défice orçamental e das transferências. • Período pós-eleitoral: recrudescimento da emissão monetária e taxas de juro nominais; diminuição do défice orçamental e das transferências. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ciclo eleitoral em função dos mandatos e orientação ideológica dos partidos que ocupam o poder. <p>Resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mandatos dos partidos de esquerda associados a níveis de desemprego mais baixos e taxas de inflação mais altas. • Mandatos dos partidos de direita associados a níveis de desemprego mais elevados e taxas de inflação mais baixas. <p>Instrumentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mandatos dos partidos de esquerda associados a emissão monetária e taxas de juro nominais mais elevadas. • Mandatos dos partidos de esquerda associados a emissão monetária e taxas de juro nominais mais baixas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não há evidência de ocorrerem ciclos eleitorais regulares no crescimento económico ou no emprego. • Período pré-eleitoral de expansão nos instrumentos de política. Período pós-eleitoral de contracção desses instrumentos. • Apenas um tipo de governante (o mais competente) gera ciclos económicos. • Ciclos de duração e efeitos menores relativamente ao modelo tradicional. 		<ul style="list-style-type: none"> • Ciclo eleitoral em função dos mandatos e orientação ideológica dos partidos que ocupam o poder. • Implicações sobre os resultados e os instrumentos são semelhantes aos do modelo tradicional, embora de menor duração: <ul style="list-style-type: none"> ○ Flutuações cíclicas de curta duração no crescimento e no emprego, que se encontram acima (abaixo) dos seus valores naturais na primeira parte do mandato de um partido de esquerda (direita). ○ Ao nível dos instrumentos o comportamento é semelhante. • A inflação é superior em mandatos de Governos de esquerda em relação aos de direita • Na segunda parte do mandato, independentemente do partido no poder, não existe diferença entre os níveis das variáveis e os seus valores naturais.

Anexo II

Quadro 1. Eleições para a Assembleia da República

Data das Eleições	Partido no Poder	Primeiro Ministro	% Votos
25 de Abril de 1976	PS	Mário Soares	43%
2 de Dezembro de 1979	AD	Sá Carneiro	51%
5 de Outubro de 1980	AD	Sá Carneiro	54%
25 de Abril de 1983	PS	Mário Soares	40%
5 de Outubro de 1985	PSD	Cavaco Silva	34%
19 de Julho de 1987	PSD	Cavaco Silva	59%
6 de Outubro de 1991	PSD	Cavaco Silva	58%
1 de Outubro de 1995	PS	António Guterres	48%
10 de Outubro de 1999	PS	António Guterres	50%
17 de Março de 2002	PSD	Durão Barroso	46%

Fonte: Comissão Nacional de Eleições

Quadro 2. Eleições para a Presidência da República

Data das Eleições	Presidente da República
27 de Junho de 1976	Ramalho Eanes
10 de Dezembro de 1980	Ramalho Eanes
26 de Janeiro e 16 de Fevereiro de 1986	Mário Soares
13 de Janeiro de 1991	Mário Soares
14 de Janeiro de 1996	Jorge Sampaio
14 de Janeiro de 2001	Jorge Sampaio

Fonte: Comissão Nacional de Eleições

Quadro 3. Eleições Autárquicas

Data das Eleições
12 de Dezembro de 1976
16 de Dezembro de 1979
12 de Dezembro de 1982
15 de Dezembro de 1985
17 de Dezembro de 1989
12 de Dezembro de 1993
14 de Dezembro de 1997
16 de Dezembro de 2001

Fonte: Comissão Nacional de Eleições

Anexo III

Quadro 1. Receitas e Despesas das Autarquias Locais¹

1	Arcos de Valdevez	44	Oliveira de Azeméis
2	Alfândega da Fé	45	Paços de Ferreira
3	Alijó	46	Paredes
4	Amarante	47	Paredes de Coura
5	Amares	48	Penafiel
6	Armamar	49	Penedono
7	Arouca	50	Peso da Régua
8	Baião	51	Ponte da Barca
9	Barcelos	52	Ponte de Lima
10	Boticas	53	Porto
11	Braga	54	Póvoa do Lanhoso
12	Bragança	55	Póvoa do Varzim
13	Cabeceiras de Basto	56	Resende
14	Caminha	57	Ribeira de Pena
15	Carraceda de Ansiães	58	S. João da Pesqueira
16	Castelo de Paiva	59	Sabrosa
17	Celorico de Basto	60	Santo Tirso
18	Chaves	61	São João da Madeira
19	Cinfães	62	Sernancelhe
20	Espinho	63	Stª Marta de Penaguião
21	Esposende	64	Tabuaço
22	Fafe	65	Tarouca
23	Feira	66	Terras de Bouro
24	Felgueiras	67	Torre de Moncorvo
25	Freixo de Espada à Cinta	68	Trofa
26	Gondomar	69	V. N. de Famalicão
27	Guimarães	70	Vale de Cambra
28	Lamego	71	Valença
29	Lousada	72	Valongo
30	Macedo de Cavaleiros	73	Valpaços
31	Maia	74	Viana do Castelo
32	Marco de Canaveses	75	Vieira do Minho
33	Matosinhos	76	Vila do Conde
34	Melgaço	77	Vila Flor
35	Mesão Frio	78	Vila Nova de Cerveira
36	Miranda do Douro	79	Vila Nova de Foz Côa
37	Mirandela	80	Vila Nova de Gaia
38	Mogadouro	81	Vila Pouca de Aguiar
39	Moimenta da Beira	82	Vila Real
40	Monção	83	Vila Verde
41	Mondim de Basto	84	Vimioso
42	Montalegre	85	Vinhais
43	Murça	86	Vizela

¹ A sombreamento encontram-se os municípios para os quais se obteve os valores das Finanças Municipais em 1984 e 1985.

Quadro 2. Receitas e Despesas das Autarquias Locais²

1.) Receitas correntes	3.) Despesas correntes
<ul style="list-style-type: none">• Impostos directos – Esta rubrica inclui o produto do Imposto municipal sobre veículos, Derrama, Imposto municipal sobre imóveis, e do Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (estes dois últimos substituem a partir de Novembro de 2003 o Imposto de Contribuição Autárquica e o Imposto Municipal de Sisa).• Impostos indirectos – Engloba as receitas que recaem exclusivamente sobre o sector produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços. Consideram-se igualmente as receitas que revistam a forma de taxas, licenças, emolumentos ou outras semelhantes pagas por unidades empresariais.• Taxas, multas e outras penalidades – As taxas incluem os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei, não havendo qualquer relação de valor entre os aludidos pagamentos e o custo dos serviços prestados. As multas e outras penalidades englobam as receitas provenientes da aplicação de multas pela transgressão da lei, posturas e outros regulamentos.• Rendimentos da propriedade – Receitas provenientes do rendimento de activos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e rendas de activos não produtivos, nomeadamente terrenos e activos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros).• Transferências correntes – São os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afectação preestabelecida.• Venda de bens e serviços correntes – Neste capítulo incluem-se, na generalidade, as receitas, quer com o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda com os recebimentos de prestação de serviços.• Outras receitas correntes – Rubrica de carácter residual.	<ul style="list-style-type: none">• Despesas com o pessoal – Todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela autarquia local tanto aos seus funcionários e agentes como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem contudo, serviço à autarquia nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou avença. Compreende, também, as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o esquema de segurança social dos seus funcionários.• Aquisição de bens e serviços – Despesas quer com bens de consumo (duráveis ou não) a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital quer, ainda, com a aquisição de serviços.• Juros e outros encargos – Nesta rubrica inscrevem-se as despesas referentes aos juros provenientes da contratação de empréstimos bancários, empréstimos por obrigações ou outros, os juros suportados com a locação financeira, bem como os juros a pagar pelo ressarcimento de importâncias provenientes da cobrança de impostos a mais ou indevidamente cobrados. Incluem-se ainda outros juros de dívidas contraídas, bem como as despesas inerentes, nomeadamente, a serviços bancários.• Transferências correntes – Diz respeito às importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte dos recebedores, qualquer contra-prestação directa para com a autarquia local.• Subsídios – Os subsídios em epígrafe, tendo, embora, a natureza de transferências correntes, revestem-se, contudo, de características especiais que, sob o aspecto económico, recomendam uma identificação à parte daquelas. Assim, consideram-se “Subsídios” os fluxos financeiros não reembolsáveis das autarquias locais para as empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, com o objectivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos factores de produção.• Outras despesas correntes – Rubrica residual.

² A classificação das receitas e das despesas utilizada pelas autarquias locais é estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro.

2.) Receitas de capital	4.) Despesas de capital
<ul style="list-style-type: none"> • Venda de bens de investimento – São os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que, na aquisição ou construção, tenham sido contabilizados como investimento. Consideram-se neste capítulo as vendas de bens de capital em qualquer estado, inclusive os que tenham ultrapassado o período máximo de vida útil. Este capítulo desagrega-se em quatro grupos: Terrenos, Habitações, Edifícios e Outros bens de investimento. • Transferências de capital – Compreende os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital. • Activos financeiros – São as receitas provenientes da venda e amortização de títulos do crédito, designadamente obrigações e acções ou outras formas de participação, assim como as resultantes do reembolso, a favor da autarquia, do valor da amortização de empréstimos afectos aos serviços municipalizados ou subsídios reembolsáveis concedidos nos termos da lei. • Passivos financeiros – São as receitas provenientes da emissão de obrigações e de empréstimos contraídos a curto e a médio e longo prazos. • Outras receitas de capital – Rubrica de carácter residual. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de bens de capital – Contempla três subagrupamentos sob a designação “Investimentos”, “Locação financeira” e “Bens de domínio público”. As Despesas de Investimento são as despesas destinadas a aumentar o capital fixo, quer por meio do aquisição a terceiros, quer por produção própria. Trata-se de aquisições ou produção de bens duráveis e de melhorias ou modificações que visam aumentar o período de duração desses bens ou a sua produtividade. Consoante a natureza das suas aplicações, esta rubrica encontra-se desagregada em: <ul style="list-style-type: none"> ○ Aquisição de terrenos ○ Habitação ○ Outros edifícios <ul style="list-style-type: none"> ▪ Instalações desportivas, recreativas e escolas ▪ Equipamento social ▪ Outros ○ Construções diversas <ul style="list-style-type: none"> ▪ Viadutos, arruamentos e obras complementares ▪ Esgotos ▪ Captação, tratamento e distribuição de água ▪ Viação rural ▪ Infraestruturas para tratamento de resíduos sólidos ▪ Outras ○ Material de transporte ○ Maquinaria e equipamento ○ Outros • Transferências de capital – Têm características idênticas às já apontadas para as transferências correntes com a diferença de, aqui, se destinarem a financiar despesas de capital das unidades receptoras. • Activos financeiros – Contabiliza as operações financeiras quer com a aquisição de títulos de crédito, incluindo obrigações, acções, quotas e outras formas de participação, quer com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis, nomeadamente, a serviços municipalizados. • Passivos financeiros – Compreende as operações financeiras, englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazos que envolvam pagamentos decorrentes quer da amortização de empréstimos, titulados ou não, quer da regularização de adiantamentos ou de subsídios reembolsáveis, quer, ainda, de garantias. • Outras despesas de capital – Rubrica residual.
Receitas Totais = 1.) + 2.)	Despesas Totais = 3.) + 4.)

Fonte: Direcção Geral das Autarquias Locais

Anexo IV

Quadro 1. Descrição das Variáveis – Estatísticas Descritivas.

Variável	Tipo Variável	N.º Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Variáveis das Finanças Municipais						
Saldo	Contínua	1753	-1.208	24.841	-257.240	699.638
Transf. Capital	Contínua	1753	23.165	16.065	3.451	122.525
Transf. Correntes	Contínua	1766	22.607	28.259	0	282.320
Transf. Totais	Contínua	1731	46.124	39.239	4.530	336.267
Despesas Totais	Contínua	1754	58.489	34.447	2.290	318.877
Despesas Correntes	Contínua	1774	24.721	15.302	0	111.412
Encargos Financeiros	Contínua	1788	1.555	2.169	0	29.488
Pessoal	Contínua	1793	12.120	11.300	0	182.987
Bens e Serviços	Contínua	1797	7.687	9.793	0	188.768
Despesas Transf. Correntes	Contínua	1797	3.775	3.815	0	63.273
Outras Despesas Correntes	Contínua	1786	0.408	0.953	0	18.329
Despesas Capital	Contínua	1761	33.679	22.674	1.890	287.962
Despesas Investimento	Contínua	1759	29.028	19.444	1.890	181.900
Aquisição de Terrenos	Contínua	1698	1.009	1.744	0	16.472
Habitação	Contínua	1698	1.555	4.099	0	69.422
Outros Edifícios	Contínua	1365	4.841	5.162	0	42.019
Instalações Desportivas	Contínua	1698	1.738	3.260	0	33.061
Equipamento Social	Contínua	1695	0.440	1.596	0	29.592
Outros (OE)	Contínua	1356	2.393	3.378	0	37.176
Construções Diversas	Contínua	1365	20.259	16.746	0	173.496
Viadutos, Arr. e Obras Compl.	Contínua	1697	4.246	6.297	0	84.226
Esgotos	Contínua	1365	1.894	2.771	0	28.724
Captação, Trat. e Dist. de Água	Contínua	1365	2.913	4.814	0	71.761
Viação Rural	Contínua	1698	6.287	7.241	0	68.054

Infraest. Trat. Resíduos Sólidos	Contínua	1360	0.078	0.703	0	23.512
Outras Construções Diversas	Contínua	1281	3.593	5.791	0	53.319
Material de Transporte	Contínua	1365	0.581	0.888	0	12.683
Máquinas e Equipamentos	Contínua	1698	1.225	1.350	0	19.794
Outros Investimentos	Contínua	1610	0.916	3.337	0	45.995
Variáveis Políticas						
Esquerda	Binária	1848	0.339	0.473	0	1
Ano Eleitoral	Binária	1854	0.272	0.445	0	1
Ano Anterior às Eleições	Binária	1854	0.273	0.446	0	1
Variáveis Económicas						
IPC(1995)	Contínua	1853	0.658	0.345	0.124	1.141
PIB	Contínua	1848	9.85E+12	6.97E+12	9.95E+11	2.29E+13
Tx. Cresc. PIB	Contínua	1764	0.164	0.091	0.055185	0.435864
Variáveis do Emprego						
Emprego	Contínua	1344	9367.400	19895.530	24	163925
Tx. Cresc. Emprego	Contínua	1260	0.080	0.190	-0.906	1.784
Tx. Cresc. Nº Empresas	Contínua	1260	0.106	0.182	-0.611	1.849
Tx. Cresc. Emp. CAE 10	Contínua	1167	0.320	1.537	-0.960	23.956
Tx. Cresc. Emp. CAE 31	Contínua	1226	0.107	0.680	-0.948	16
Tx. Cresc. Emp. CAE 32	Contínua	895	0.480	4.582	-0.997	122
Tx. Cresc. Emp. CAE 33	Contínua	1177	0.136	0.818	-0.955	18.4
Tx. Cresc. Emp. CAE 34	Contínua	742	0.136	0.937	-0.957	22.5
Tx. Cresc. Emp. CAE 35	Contínua	688	0.226	1.526	-0.942	24
Tx. Cresc. Emp. CAE 36	Contínua	978	0.194	0.920	-0.956	16.333
Tx. Cresc. Emp. CAE 37	Contínua	312	0.273	2.144	-0.937	31
Tx. Cresc. Emp. CAE 38	Contínua	1155	0.205	0.890	-0.923	13
Tx. Cresc. Emp. CAE 40	Contínua	139	3.165	32.259	-0.972	379.417
Tx. Cresc. Emp. CAE 50	Contínua	1245	0.207	1.147	-0.963	30
Tx. Cresc. Emp. CAE 61	Contínua	1260	0.111	0.243	-0.622	1.985
Tx. Cresc. Emp. CAE 63	Contínua	1204	0.208	0.673	-0.857	9
Tx. Cresc. Emp. CAE 70	Contínua	1031	0.310	2.110	-0.986	58
Tx. Cresc. Emp. CAE 80	Contínua	830	0.384	2.660	-0.984	65
Tx. Cresc. Emp. CAE 83	Contínua	835	0.336	1.114	-0.95	15.5

Tx. Cresc. Emp. CAE 99	Contínua	1240	0.181	0.787	-0.939	16.333
Variáveis Demográficas						
População	Contínua	1853	41402.580	51699.440	3470	329104
Área	Contínua	1852	25289.630	19966.460	826	117371
Categoria de População	Discreta	1853	2.897	0.770	1	4
Densidade Populacional	Contínua	1852	3.685	8.762	0.117	79.264
%População com menos de 15 anos	Contínua	1853	22.240	5.306	0	36.618
%População com mais de 65 anos	Contínua	1853	13.983	4.581	0	28.634

Fonte: Quadros de Pessoal, Direcção Geral das Autarquias Locais, Comissão Nacional de Eleições

Quadro 2. Classificação das Actividades Económicas (CAE).

CAE	Descrição da Actividade
10	Agricultura, Sivicultura, Pesca e Indústria Extractiva
31	Alimentação, Bebidas e Tabaco
32	Têxteis, Vestuário e Couro
33	Madeira e Cortiça
34	Pasta de Papel
35	Produtos Químicos
36	Produtos Minerais não-Metálicos
37	Metalurgia de Base
38	Produtos Metálicos
40	Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água
50	Construção Civil e Obras Públicas
61	Comércio por Grosso e a Retalho
63	Hotelaria e Restauração
70	Transportes e Comunicações
80	Banca e Seguros
83	Operações sobre Imóveis e Serviços Prestados a Empresas
99	Outras Actividades e Serviços

Fonte: Quadros de Pessoal

Tabela 1. Efeitos políticos no Saldo e nas Despesas municipais.

	Despesas Totais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Saldo
Constante	11,785 (1,13)	1,519 (0,49)	8,509 (1,45)*	-11,966 (-0,95)
Y(-1)	0,309 (5,47)***	0,615 (7,20)***	0,192 (4,29)***	-0,060 (-1,10)
Y(-2)	0,084 (1,80)**	0,156 (2,37)***	---	-0,086 (-2,03)**
Y(-3)	---	0,081 (1,91)**	---	-0,104 (-1,89)**
Transferencias	0,515 (5,72)***	0,017 (1,28)	1,029 (9,61)***	---
Ano Eleitoral	1,789 (1,88)**	0,381 (1,62)*	0,973 (1,36)*	-4,164 (-2,70)***
Ano Anterior às Eleições	2,173 (2,43)***	0,118 (0,52)**	1,493 (2,31)**	-2,546 (-1,70)**
Esquerda	-1,959 (-1,41)*	-0,094 (-0,25)	-2,684 (-2,63)***	3,333 (1,54)*
% Pop. com menos de 15 anos	-0,642 (-4,89)***	-0,235 (-4,76)***	-0,070 (-0,81)	0,265 (1,00)
% Pop. com mais de 65 anos	2,113 (4,15)***	0,748 (4,65)***	0,450 (1,43)*	-0,508 (-1,10)
Categoria de População	-3,856 (-1,42)*	-0,394 (-0,61)	-1,850 (-1,14)	3,370 (1,54)*
Densidade Populacional	-0,894 (-1,78)**	-0,159 (-1,02)	-0,991 (-2,95)***	0,794 (1,86)**
	N.º Obs.: 1455 F(10, 1361): 289,30*** R ² : 0,8669 R ² Ajust.: 0,8578 T. F Var. Dummy F(83, 1232): 5,74*** T. Wald Heteroced. X ² (84): 13565,52*** T. B&P (LM) X ² (1): 26,18*** T. Hausman EF/EA X ² (10): 630,45***	N.º Obs.: 1375 F(11, 1280): 1112,24*** R ² : 0,9492 R ² Ajust.: 0,9455 T. F Var. Dummy F(83, 1280): 1,58** T. Wald Heteroced. X ² (84): 16979,15*** T. B&P (LM) X ² (1): 1,13 T. Hausman EF/EA X ² (10): 217,29***	N.º Obs.: 1616 F(9, 1523): 111,76*** R ² : 0,7019 R ² Ajust.: 0,6839 T. F Var. Dummy F(83, 1523): 3,20*** T. Wald Heteroced. X ² (84): 31272,64*** T. B&P (LM) X ² (1): 33,94*** T. Hausman EF/EA X ² (8): 367,76***	N.º Obs.: 1343 F(10, 1249): 2,26*** R ² : 0,0851 R ² Ajust.: 0,0170 T. F Var. Dummy F(83, 1249): 1,15 T. Wald Heteroced. X ² (84): 1,1E+05*** T. B&P (LM) X ² (1): 0,71 T. Hausman EF/EA X ² (11): 91,93***

Tabela 2. Efeitos políticos nas Despesas Correntes.

	Pessoal	Bens Serviços	Transferências Correntes	Encargos Financeiros	Outras Despesas Correntes
Constante	-5,758 (-1,11)	-4,205 (-1,21)	-1,341 (-0,75)	0,477 (0,40)	0,080 (0,20)
Y(-1)	0,699 (3,67)***	0,721 (3,08)***	0,701 (5,38)***	0,635 (6,35)***	0,278 (2,27)**
Y(-2)	---	---	---	0,101 (0,99)	0,104 (1,29)*
Y(-3)	---	---	---	-0,152 (-1,82)**	---
Transferencias	0,021 (1,20)	0,0006 (0,05)	-0,002 (-0,23)	-0,0009 (-0,22)	-0,004 (-0,74)
Ano Eleitoral	-0,117 (-0,35)	0,198 (0,67)	0,188 (1,33)*	-0,132 (-1,46)*	0,011 (0,26)
Ano Anterior às Eleições	-0,519 (-1,80)**	-0,374 (-1,12)	0,033 (0,24)	-0,039 (-0,45)	0,034 (0,60)
Esquerda	0,200 (0,60)	0,262 (0,84)	0,041 (0,29)	0,044 (0,39)	0,085 (1,29)*
% Pop. com menos de 15 anos	-0,107 (-1,64)*	-0,079 (-1,41)*	-0,026 (-1,31)*	0,012 (0,92)	-0,009 (-1,08)
% Pop. com mais de 65 anos	0,714 (1,78)**	0,611 (1,63)*	0,160 (1,35)*	0,007 (0,17)	0,030 (1,33)*
Categoria de População	0,733 (0,88)	-0,158 (-0,35)	0,457 (1,48)*	-0,006 (-0,02)	-0,029 (-0,22)
Densidade Populacional	-0,024 (-0,05)	0,089 (0,37)	-0,104 (-1,12)	0,006 (0,20)	0,019 (1,12)
	N.º Obs.: 1631 F(9, 1538): 644,39*** R ² : 0,8015 R ² Ajust.: 0,7896 T. F Var. Dummy F(83, 1538): 1,67*** T. Wald Heteroced. X ² (84): 8,6E+05*** T. B&P (LM) X ² (1): 1,16 T. Hausman EF/EA X ² (8): 135,98***	N.º Obs.: 1639 F(5, 1546): 509,12*** R ² : 0,7697 R ² Ajust.: 0,7560 T. F Var. Dummy F(83, 1546): 1,43** T. Wald Heteroced. X ² (84): 5,4E+05*** T. B&P (LM) X ² (1): 3,29* T. Hausman EF/EA X ² (8): 118,70***	N.º Obs.: 1639 F(9, 1546): 146,80*** R ² : 0,7351 R ² Ajust.: 0,7193 T. F Var. Dummy F(83, 1546): 1,29* T. Wald Heteroced. X ² (84): 31603,03*** T. B&P (LM) X ² (1): 1,48 T. Hausman EF/EA X ² (8): 98,22***	N.º Obs.: 1396 F(11, 1301): 12,79*** R ² : 0,6838 R ² Ajust.: 0,6609 T. F Var. Dummy F(83, 1301): 1,70*** T. Wald Heteroced. X ² (84): 1,0E+05*** T. B&P (LM) X ² (1): 1,10 T. Hausman EF/EA X ² (10): 110,15***	N.º Obs.: 1501 F(10, 1407): 4,69*** R ² : 0,3866 R ² Ajust.: 0,3461 T. F Var. Dummy F(83, 1411): 1,50*** T. Wald Heteroced. X ² (84): 5,3E+06*** T. B&P (LM) X ² (1): 0,34 T. Hausman EF/EA X ² (9): 100,16***

Tabela 3-A. Efeitos políticos nas Despesas de Investimento (Despesas de Capital).

	Despesas de Investimento	Aquisição de Terrenos	Habitação	Material de Transporte	Máquinas e Equipamentos	Outros Investimentos
Constante	10,786 (-2,15) **	3,143 (2,49)***	-0,559 (-0,24)	0,826 (1,40)	0,678 (0,73)	-4,352 (-1,79)**
Y(-1)	0,221 (7,36)***	0,197 (3,34)***	0,508 (5,90)***	-0,025 (-0,44)	0,214 (3,18)***	0,118 (1,52)*
Y(-2)	---	0,121 (2,61)***	-0,154 (-2,55)***	-0,076 (-1,65)*	---	---
Transferencias	0,914 (19,48)***	0,007 (1,23)	0,057 (2,53)***	0,002 (0,67)	0,018 (5,05)***	0,052 (4,40)***
Ano Eleitoral	1,204 (2,39)***	-0,038 (-0,41)	0,487 (1,71)**	-0,070 (-1,25)	-0,198 (-2,68)***	-0,305 (-1,95)**
Ano Anterior às Eleições	1,407 (2,90)***	0,178 (1,55)*	-0,025 (-0,13)	0,051 (0,81)	-0,227 (-3,35)***	-0,363 (-3,08)***
Esquerda	-1,313 (-1,89)**	-0,077 (-0,46)	-0,346 (-0,75)	-0,080 (-1,22)	-0,075 (-0,70)	0,414 (1,55)*
% Pop. com menos de 15 anos	0,070 (0,96)	-0,074 (-3,23)***	0,047 (1,04)	-0,002 (-0,17)	0,007 (0,49)	0,191 (3,78)***
% Pop. com mais de 65 anos	-0,152 (-0,64)	0,046 (0,90)	0,270 (2,83)***	-0,004 (-0,16)	0,107 (3,32)***	-0,196 (-1,53)*
Categoria de População	-2,021 (-1,59)*	-0,583 (-2,52)***	-1,358 (-2,41)***	-0,024 (-0,15)	-0,555 (-2,49)***	0,745 (1,60)*
Densidade Populacional	-0,695 (-2,79)***	-0,013 (-0,21)	-0,184 (-1,02)	-0,007 (-0,33)	-0,007 (-0,31)	0,131 (1,68)**
	N.º Obs.: 1614 F(9, 1521): 82,99*** R ² : 0,7435 R ² Ajust.: 0,7281 T. F Var. Dummy F(83, 1521): 3,34*** T. Wald Heteroced. X ² (84): 16095,40*** T. B&P (LM) X ² (1): 39,87*** T. Hausman EF/EA X ² (6): 361,55***	N.º Obs.: 1301 F(10, 1207): 11,57*** R ² : 0,2780 R ² Ajust.: 0,2224 T. F Var. Dummy F(83, 1207): 1,44** T. Wald Heteroced. X ² (84): 1,0E+05*** T. B&P (LM) X ² (1): 0,00 T. Hausman EF/EA X ² (9): 96,59***	N.º Obs.: 1301 F(10, 1207): 13,28*** R ² : 0,4996 R ² Ajust.: 0,4610 T. F Var. Dummy F(83, 1207): 2,27*** T. Wald Heteroced. X ² (84): 1,1E+05*** T. B&P (LM) X ² (1): 12,82*** T. Hausman EF/EA X ² (9): 216,72***	N.º Obs.: 1156 F(10, 1062): 0,87 R ² : 0,1848 R ² Ajust.: 0,1134 T. F Var. Dummy F(83, 1062): 1,86*** T. Wald Heteroced. X ² (84): 2,0E+05*** T. B&P (LM) X ² (1): 6,99*** T. Hausman EF/EA X ² (10): 187,38***	N.º Obs.: 1494 F(9, 1401): 13,34*** R ² : 0,2843 R ² Ajust.: 0,2373 T. F Var. Dummy F(83, 1401): 1,89*** T. Wald Heteroced. X ² (84): 50712,93*** T. B&P (LM) X ² (1): 7,99*** T. Hausman EF/EA X ² (9): 231,01***	N.º Obs.: 1365 F(9, 1272): 3,16*** R ² : 0,1849 R ² Ajust.: 0,1260 T. F Var. Dummy F(83, 1272): 1,58** T. Wald Heteroced. X ² (84): 47358,04*** T. B&P (LM) X ² (1): 3,10* T. Hausman EF/EA X ² (9): 67,71***

Tabela 3-B. Efeitos políticos nas Despesas de Investimento.

	Outros Edifícios			
	Instalações Desportivas	Equipamento Social	Outros	Total Outros Edifícios
Constante	2,703 (1,31)*	1,510 (1,60)*	-3,217 (-0,67)	1,872 (0,36)
Y(-1)	0,442 (9,15)***	0,053 (1,49)*	0,386 (5,30)***	0,392 (8,33)***
Y(-2)	-0,131 (-3,04)***	---	-0,183 (-2,94)***	-0,161 (-3,93)***
Transferencias	0,073 (4,64)***	0,021 (4,79)***	0,032 (2,77)***	0,131 (5,58)***
Ano Eleitoral	-0,394 (-1,90)**	-0,407 (-5,08)***	0,560 (2,89)***	-0,138 (-0,45)
Ano Anterior às Eleições	-0,321 (-1,67)**	-0,535 (-7,29)***	1,214 (6,00)***	0,044 (0,15)
Esquerda	0,370 (1,33)*	-0,173 (-1,68)**	-0,171 (-0,67)	0,112 (0,28)
% Pop. com menos de 15 anos	0,034 (0,76)	-0,045 (-3,27)***	-0,067 (-1,68)**	-0,023 (-0,36)
% Pop. com mais de 65 anos	-0,175 (-1,77)**	0,0004 (0,01)	-0,064 (-0,69)	-0,204 (-1,57)*
Categoria de População	-0,133 (-0,29)	-0,088 (-0,49)	2,201 (1,37)*	0,996 (0,61)
Densidade Populacional	-0,195 (-2,39)***	-0,04 (-0,63)	-0,036 (-0,46)	-0,204 (-1,54)*
	N.º Obs.: 1301 F(10, 1207): 20,78*** R ² : 0,4101 R ² Ajust.: 0,3647 T. F Var. Dummy F(83, 1207): 1,74*** T. Wald Heteroced. X ² (84): 50172,79*** T. B&P (LM) X ² (1): 2,41 T. Hausman EF/EA X ² (10): 155,29***	N.º Obs.: 1489 F(9, 1396): 9,74*** R ² : 0,1447 R ² Ajust.: 0,0884 T. F Var. Dummy F(83, 653): 1,0 T. Wald Heteroced. X ² (84): 48985,37*** T. B&P (LM) X ² (1): 0,06 T. Hausman EF/EA X ² (9): 55,01***	N.º Obs.: 1158 F(10, 1064): 7,89*** R ² : 0,3893 R ² Ajust.: 0,3359 T. F Var. Dummy F(83, 1064): 1,69*** T. Wald Heteroced. X ² (84): 15118,72*** T. B&P (LM) X ² (1): 1,97 T. Hausman EF/EA X ² (10): 131,07***	N.º Obs.: 1158 F(10, 1064): 17,40*** R ² : 0,4549 R ² Ajust.: 0,4073 T. F Var. Dummy F(83, 1064): 1,60** T. Wald Heteroced. X ² (84): 13961,99*** T. B&P (LM) X ² (1): 1,46 T. Hausman EF/EA X ² (10): 127,99***

Tabela 3-C. Efeitos políticos nas Despesas de Investimento.

Construções diversas							
	Viadutos e Arruamentos	Esgotos	Captação de Água	Viação Rural	Resíduos Sólidos	Outros	Total CD
Constante	-4,727 (-1,54)*	1,277 (0,65)	10,591 (2,95)***	-3,248 (-0,89)	0,777 (1,88)**	-3,367 (-0,91)	4,955 (0,72)
Y(-1)	0,319 (3,62)***	0,478 (7,87)***	0,246 (2,24)**	0,367 (8,71)***	-0,039 (-0,62)	0,388 (4,21)***	0,234 (5,61)***
Y(-2)	---	---	-0,135 (-2,15)**	---	---	-0,184 (-1,86)**	---
Transferencias	0,155 (3,52)***	0,030 (3,53)***	0,107 (4,36)***	0,164 (4,97)***	0,002 (0,78)	0,106 (3,67)***	0,678 (12,37)***
Ano Eleitoral	0,563 (1,45)*	-0,338 (-2,73)***	-0,044 (-0,15)	0,976 (2,75)***	-0,032 (-0,68)	0,361 (1,02)	1,132 (2,11)**
Ano Anterior às Eleições	0,257 (0,94)	-0,031 (-0,21)	0,160 (0,58)	0,440 (1,53)*	-0,020 (-0,42)	0,290 (0,78)	0,972 (1,92)**
Esquerda	-0,579 (-1,33)*	-0,229 (-1,15)	-0,425 (-1,43)*	0,428 (1,07)	-0,070 (-1,72)**	0,017 (0,04)	-0,914 (-1,21)
% Pop. com menos de 15 anos	0,024 (0,49)	-0,012 (-0,46)	0,116 (2,42)***	0,008 (0,14)	-0,019 (-2,32)**	-0,023 (-0,27)	0,148 (1,24)
% Pop. com mais de 65 anos	0,225 (1,17)	-0,058 (-1,02)	-0,242 (-1,99)**	-0,124 (-0,78)	-0,020 (-1,15)	0,420 (2,23)***	-0,237 (-0,86)
Categoria de População	0,210 (0,24)	0,149 (0,26)	-3,070 (-2,73)***	1,656 (1,37)*	0,008 (0,21)	-0,899 (-1,01)	-1,352 (-0,91)
Densidade Populacional	-0,055 (-0,70)	-0,040 (-1,53)*	-0,065 (-1,50)*	-0,032 (-0,53)	-0,010 (-1,60)*	-0,005 (-0,06)	-0,132 (-0,76)
	N.º Obs.: 1490 F(9, 1397): 15,56*** R²: 0,4990 R² Ajust.: 0,4660 T. F Var. Dummy F(83, 1397): 1,61** T. Wald Heteroced. X² (84): 1,6E+05*** T. B&P (LM) X² (1): 3,05* T. Hausman EF/EA X² (9): 149,89***	N.º Obs.: 1243 F(9, 1150): 11,25*** R²: 0,5357 R² Ajust.: 0,4986 T. F Var. Dummy F(83, 1150): 1,70*** T. Wald Heteroced. X² (84): 8,8E+05*** T. B&P (LM) X² (1): 1,05 T. Hausman EF/EA X² (9): 142,75***	N.º Obs.: 1158 F(10, 1064): 4,60*** R²: 0,4748 R² Ajust.: 0,4289 T. F Var. Dummy F(83, 1064): 2,87*** T. Wald Heteroced. X² (84): 1,3E+06*** T. B&P (LM) X² (1): 10,18*** T. Hausman EF/EA X² (10): 313,40***	N.º Obs.: 1492 F(10, 1399): 21,71*** R²: 0,6019 R² Ajust.: 0,5758 T. F Var. Dummy F(83, 1399): 2,55*** T. Wald Heteroced. X² (84): 85246,84*** T. B&P (LM) X² (1): 23,11** T. Hausman EF/EA X² (9): 277,16***	N.º Obs.: 1240 F(9, 1147): 1,91 R²: 0,0752 R² Ajust.: 0,0011 T. F Var. Dummy F(83, 1147): 0,91 T. Wald Heteroced. X² (84): 7,8E+07*** T. B&P (LM) X² (1): 0,43 T. Hausman EF/EA X² (9): 68,40***	N.º Obs.: 998 F(10, 904): 15,94*** R²: 0,5371 R² Ajust.: 0,4895 T. F Var. Dummy F(83, 904): 2,15*** T. Wald Heteroced. X² (84): 48811,91*** T. B&P (LM) X² (1): 3,72* T. Hausman EF/EA X² (10): 194,11***	N.º Obs.: 1243 F(9, 1150): 89,07*** R²: 0,8339 R² Ajust.: 0,8206 T. F Var. Dummy F(83, 1150): 2,48*** T. Wald Heteroced. X² (84): 35846,34*** T. B&P (LM) X² (1): 34,56*** T. Hausman EF/EA X² (9): 1176,09***

Tabela 4. Efeitos políticos nas Taxas de Crescimento do Emprego e do N.º de Empresas.

	Tx. Crescimento Emprego	Tx. Crescimento N.º Empresas
Constante	-0,081 (-0,56)	0,097 (0,68)
Y(-1)	-0,274 (-4,47)***	-0,300 (-4,13)***
Y(-2)	-0,190 (-4,01)***	-0,099 (-2,07)**
Y(-3)	-0,143 (-3,93)***	-0,059 (-1,73)**
Tx. Cresc. PIB	1,017 (5,69)***	0,377 (2,52)***
Ano Eleitoral	0,064 (4,27)***	0,060 (4,09)***
Esquerda	0,006 (0,39)	-0,004 (-0,24)
% Pop. com menos de 15 anos	-0,007 (-2,46)***	-0,006 (-2,03)**
% Pop. com mais de 65 anos	0,022 (4,17)***	0,014 (2,92)***
Categoria de População	-0,042 (-1,01)	-0,031 (-0,88)
Densidade Populacional	0,0004 (0,07)	-0,004 (-0,58)
	N.º Obs.: 1008 F(10, 914): 5,80*** R ² : 0,1949 R ² Ajust.: 0,1130 T. F Var. Dummy F(83, 914): 1,73*** T. Wald Heteroced. X ² (84): 82570,49*** T. B&P (LM) X ² (1): 0,19 T. Hausman EF/EA X ² (10): 153,39***	N.º Obs.: 1008 F(10, 914): 3,80*** R ² : 0,1715 R ² Ajust.: 0,0872 T. F Var. Dummy F(83, 914): 1,24 T. Wald Heteroced. X ² (84): 28734,78*** T. B&P (LM) X ² (1): 0,52 T. Hausman EF/EA X ² (10): 91,57***

Tabela 5-A. Efeitos políticos nas Taxas de Crescimento do Emprego por concelho e Classificação de Actividade Económica.

	CAE 10	CAE 31	CAE 32	CAE 33	CAE 34	CAE 35
Constante	-1,204 (-1,70)**	0,372 (0,51)	0,452 (0,23)	-0,083 (-0,12)	0,350 (0,92)	5,974 (1,42)*
Y(-1)	-0,126 (-2,72)***	-0,173 (-1,95)**	-0,132 (-1,42)*	-0,259 (-2,40)***	-0,156 (-1,54)*	-0,135 (-1,42)*
Y(-2)	-0,069 (-2,07)**	---	---	-0,200 (-2,33)**	-0,105 (-1,44)*	-0,162 (-1,91)**
Y(-3)	---	---	---	-0,171 (-3,00)***	---	---
Tx. Cresc. PIB	2,303 (1,68)**	-0,365 (-0,66)	14,618 (1,43)*	-1,018 (-0,95)	-0,570 (-0,37)	-0,716 (-0,50)
Ano Eleitoral	0,049 (0,63)	-0,056 (-1,42)*	1,212 (1,36)*	-0,018 (-0,22)	0,125 (1,18)	0,160 (0,87)
Esquerda	-0,019 (-0,19)	-0,181 (-1,57)*	-0,368 (-0,78)	0,125 (1,67)**	0,087 (1,26)	0,487 (1,19)
% Pop. com menos de 15 anos	0,029 (1,64)**	-0,010 (-0,71)	-0,100 (-1,12)	0,016 (0,79)	0,010 (0,51)	-0,006 (-0,25)
% Pop. com mais de 65 anos	0,003 (0,08)	-0,032 (-1,14)	0,068 (0,49)	0,039 (1,66)**	-0,023 (-0,64)	-0,023 (-0,47)
Categoria de População	0,255 (1,59)*	0,237 (1,90)**	-0,243 (-0,54)	-0,168 (-0,84)	-0,018 (-0,19)	-2,414 (-1,43)*
Densidade Populacional	-0,017 (-1,13)	-0,034 (-1,91)**	0,017 (0,33)	-0,009 (-0,64)	-0,007 (-0,68)	0,054 (2,11)**
	N.º Obs.: 989 F(9, 898): 2,48** R ² : 0,1196 R ² Ajust.: 0,0314 T. F Var. Dummy F(81, 898): 1,19 T. Wald Heteroced. X ² (82): 4,3E+05*** T. B&P (LM) X ² (1): 0,07 T. Hausman EF/EA X ² (9): 56,37***	N.º Obs.: 1137 F(8, 1046): 1,19 R ² : 0,1002 R ² Ajust.: 0,0227 T. F Var. Dummy F(82, 1046): 1,08 T. Wald Heteroced. X ² (83): 3,5E+05*** T. B&P (LM) X ² (1): 0,25 T. Hausman EF/EA X ² (8): 92,62***	N.º Obs.: 813 F(8, 735): 0,59 R ² : 0,1307 R ² Ajust.: 0,0396 T. F Var. Dummy F(69, 735): 1,25 T. Wald Heteroced. X ² (70): 3,0E+35*** T. B&P (LM) X ² (1): 2,89 T. Hausman EF/EA X ² (8): 108,85***	N.º Obs.: 910 F(10, 819): 1,70 R ² : 0,1682 R ² Ajust.: 0,0768 T. F Var. Dummy F(80, 819): 1,77*** T. Wald Heteroced. X ² (81): 3,6E+34*** T. B&P (LM) X ² (1): 0,01 T. Hausman EF/EA X ² (10): 94,23***	N.º Obs.: 615 F(9, 553): 0,76 R ² : 0,1138 R ² Ajust.: 0,0160 T. F Var. Dummy F(52, 553): 1,07 T. Wald Heteroced. X ² (53): 5,4E+05*** T. B&P (LM) X ² (1): 0,40 T. Hausman EF/EA X ² (9): 55,72***	N.º Obs.: 573 F(9, 511): 0,75 R ² : 0,1275 R ² Ajust.: 0,0234 T. F Var. Dummy F(52, 511): 1,30° T. Wald Heteroced. X ² (53): 6,4E+05*** T. B&P (LM) X ² (1): 0,02 T. Hausman EF/EA X ² (9): 53,43***

Tabela 5-B. Efeitos políticos nas Taxas de Crescimento do Emprego por concelho e Classificação de Actividade Económica*.

	CAE 36	CAE 38	CAE 50	CAE 61
Constante	0,192 (0,38)	-0,320 (-0,36)	3,194 (0,92)	0,127 (0,42)
Y(-1)	-0,150 (-3,15)***	-0,221 (-3,36)***	-0,155 (-2,38)***	-0,305 (-6,38)***
Y(-2)	-0,097 (-2,51)***	-0,197 (-3,17)***	-0,009 (-0,37)	-0,188 (-4,87)***
Y(-3)	---	-0,075 (-1,77)**	---	-0,124 (-3,68)***
Tx. Cresc. PIB	1,394 (1,71)**	-0,493 (-0,64)	1,698 (2,92)***	-0,154 (-0,65)
Ano Eleitoral	0,127 (1,78)**	-0,036 (-0,54)	0,074 (1,82)**	0,027 (1,34)*
Esquerda	0,083 (1,06)	-0,045 (-0,41)	-0,064 (-1,42)*	0,0003 (0,01)
% Pop. com menos de 15 anos	-0,013 (-1,05)	-0,007 (-0,55)	-0,010 (-0,97)	0,004 (1,00)
% Pop. com mais de 65 anos	0,006 (0,26)	-0,025 (-0,84)	0,013 (0,76)	-0,002 (-0,31)
Categoria de População	-0,045 (-0,30)	0,427 (1,50)*	-1,107 (-0,95)	0,012 (0,12)
Densidade Populacional	0,017 (1,03)	-0,001 (-0,12)	0,009 (0,96)	-0,003 (-0,31)
	N.º Obs.: 799 F(9, 717): 1,61 R ² : 0,1663 R ² Ajust.: 0,0721 T. F Var. Dummy F(72, 717): 1,77*** T. Wald Heteroced. X ² (73): 1,9E+34*** T. B&P (LM) X ² (1): 1,29 T. Hausman EF/EA X ² (9): 112,37***	N.º Obs.: 883 F(10, 791): 1,91 R ² : 0,1365 R ² Ajust.: 0,0372 T. F Var. Dummy F(81, 791): 1,17 T. Wald Heteroced. X ² (82): 1,8E+06*** T. B&P (LM) X ² (1): 0,32 T. Hausman EF/EA X ² (10): ---	N.º Obs.: 1077 F(9, 984): 1,82 R ² : 0,1340 R ² Ajust.: 0,0531 T. F Var. Dummy F(83, 984): 1,41** T. Wald Heteroced. X ² (84): 4,6E+05*** T. B&P (LM) X ² (1): 0,18 T. Hausman EF/EA X ² (9): 296,51***	N.º Obs.: 1008 F(10, 914): 5,09*** R ² : 0,1567 R ² Ajust.: 0,0709 T. F Var. Dummy F(83, 914): 1,18 T. Wald Heteroced. X ² (84): 21073,63*** T. B&P (LM) X ² (1): 0,07 T. Hausman EF/EA X ² (10): 91,36***

* Nota: Os sectores de actividade da Metalurgia de Base (CAE 37) e da Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água, devido à insuficiência de observações, não apresentam quaisquer resultados conclusivos.

Tabela 5-C. Efeitos políticos nas Taxas de Crescimento do Emprego por concelho e Classificação de Actividade Económica.

	CAE 63	CAE 70	CAE 80	CAE 83	CAE 99
Constante	-0,0008 (-0,00)	-1,086 (-1,16)	-0,317 (-0,22)	0,622 (0,91)	-0,249 (-0,47)
Y(-1)	-0,258 (-3,81)***	-0,203 (-3,04)***	-0,111 (-1,28)	-0,148 (-2,79)***	-0,249 (-2,86)***
Y(-2)	---	-0,196 (-2,61)***	---	---	---
Y(-3)	---	-0,099 (-1,87)**	---	---	---
Tx. Cresc. PIB	0,474 (1,04)	-2,722 (-0,81)	-0,471 (-0,26)	2,548 (2,73)***	0,826 (1,24)
Ano Eleitoral	0,032 (0,78)	-0,179 (-0,78)	0,471 (1,12)	0,222 (1,88)**	0,112 (1,42)*
Esquerda	-0,001 (-0,02)	-0,385 (-1,94)**	-0,540 (-1,44)*	-0,051 (-0,56)	0,020 (0,29)
% Pop. com menos de 15 anos	0,014 (1,64)*	0,040 (1,01)	-0,085 (-1,99)**	-0,023 (-1,34)*	-0,011 (-1,09)
% Pop. com mais de 65 anos	0,014 (0,93)	0,056 (1,15)	0,136 (1,38)*	-0,011 (-0,31)	0,073 (2,09)**
Categoria de População	-0,087 (-0,63)	0,214 (0,80)	0,179 (0,42)	---	-0,196 (-1,19)
Densidade Populacional	-0,009 (-1,02)	-0,030 (-1,05)	0,038 (0,58)	0,002 (0,08)	0,007 (0,77)
	N.º Obs.: 1119 F(8, 1027): 2,87 R ² : 0,2135 R ² Ajust.: 0,1438 T. F Var. Dummy F(83, 1027): 2,53*** T. Wald Heteroced. X ² (84): 9,5E+29*** T. B&P (LM) X ² (1): 11,05 T. Hausman EF/EA X ² (8): 457,83***	N.º Obs.: 761 F(10, 675): 1,39 R ² : 0,1571 R ² Ajust.: 0,0509 T. F Var. Dummy F(75, 675): 1,44** T. Wald Heteroced. X ² (76): 6,0E+06*** T. B&P (LM) X ² (1): 0,15 T. Hausman EF/EA X ² (10): 5,06	N.º Obs.: 720 F(8, 637): 0,89 R ² : 0,0923 R ² Ajust.: -0,0246 T. F Var. Dummy F(74, 637): 0,74 T. Wald Heteroced. X ² (75): 3,4E+33*** T. B&P (LM) X ² (1): 0,52 T. Hausman EF/EA X ² (8): 30,39***	N.º Obs.: 741 F(7, 660): 3,04 R ² : 0,1223 R ² Ajust.: 0,0159 T. F Var. Dummy F(73, 660): 0,95 T. Wald Heteroced. X ² (74): 3,8E+30*** T. B&P (LM) X ² (1): 0,00 T. Hausman EF/EA X ² (7): 37,33***	N.º Obs.: 1148 F(8, 1056): 1,47 R ² : 0,1375 R ² Ajust.: 0,0631 T. F Var. Dummy F(83, 1056): 1,35 T. Wald Heteroced. X ² (84): 3,2E+05*** T. B&P (LM) X ² (1): 0,25 T. Hausman EF/EA X ² (8): 140,76